



Programa aprovado pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UFPA – Resolução 2545/98. Reconhecido nos termos das Portarias N°. 84 de 22.12.94 da Presidente da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e No. 694 de 13.06.95 do Ministério da Educação e do Desporto. Doutorado autorizado em 1999.

**Autores de Agressão Sexual de Crianças e Adolescentes: Experiências Adversas na Infância e Fatores Associados**

Maira de Maria Pires Ferraz

Belém-Pará  
2021



## **Autores de Agressão Sexual de Crianças e Adolescentes: Experiências Adversas na Infância e Fatores Associados**

Maira de Maria Pires Ferraz

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Teoria e Pesquisa do Comportamento.

**Área de Concentração:** Ecoetologia

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lília Iêda Chaves Cavalcante

**Coorientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Milene Maria Xavier Veloso

Belém-Pará  
2021

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

**UFPA/Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento/Biblioteca**

---

- F381a Ferraz, Maira de Maria Pires, 1995-  
Autores de agressão sexual de crianças e adolescentes:  
experiências adversas na infância e fatores associados / Maira de Maria  
Pires Ferraz. — 2021.  
192f. II
- Orientador: Lília Iêda Chaves Cavalcante  
Coorientador: Milene Maria Xavier Veloso
- Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de  
Teoria e Pesquisa do Comportamento, Programa de Pós-Graduação em  
Teoria e Pesquisa do Comportamento, Belém, 2021.
1. Psicologia: análise do comportamento. 2. Psicologia infantil. 3.  
Ecoetologia. 4. Abuso sexual (Infância e adolescência). 5. Violência sexual  
(Infância e adolescência). 6. Infância – experiências adversas.  
I. Título.

CDD - 23. ed. 150.724

---

**Catálogo na fonte: Maria Célia Santana da Silva- CRB-2/780**



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

Maira de Maria Pires Ferraz, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém-PA, Brasil.

Contato: Maira de Maria Pires Ferraz

Mail: [mairapferraz@gmail.com](mailto:mairapferraz@gmail.com)



Programa aprovado pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UFPA – Resolução 2545/98. Reconhecido nos termos das Portarias N°. 84 de 22.12.94 da Presidente da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e No. 694 de 13.06.95 do Ministério da Educação e do Desporto. Doutorado autorizado em 1999.

## **Dissertação de Mestrado**

# **“Autores de Agressão Sexual de Crianças e Adolescentes: Experiências Adversas na Infância e Fatores Associados.”**

**Aluna: Máira de Maria Pires Ferraz.**

**Data da Defesa: 26 de Janeiro de 2021.**

**Resultado: Aprovado.**

### **Banca Examinadora:**

---

Prof.ª Dr.ª Lília Iêda Chaves Cavalcante (orientadora – UFPA).

---

Prof.ª Dr.ª Milene Maria Xavier Veloso (co-orientadora – UFPA).

---

Prof.ª Dr.ª Daniela Castro dos Reis (membro 1 – UFPA).

---

Prof.ª Dr.ª Isabel Rosa Cabral (membro 2 – UFPA).

Termo de Autorização e Declaração de Distribuição não exclusiva para Publicação Digital no  
Repositório Institucional da UFPA

**IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR E DA OBRA**

Autor\*: Maira de Maria Pires Ferraz

RG: 7000985 CPF: 000.518.242-56 E-mail: mairapferraz@gmail.com fone: (91) 981120268

Vínculo com a UFPA: Discente Unidade: Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento

Tipo do documento: ( ) Tese (x) Dissertação ( ) Livro ( ) Capítulo de Livro ( ) Artigo de Periódico

Título do Trabalho: Autores de Agressão Sexual de Crianças e Adolescentes: Experiências Adversas na Infância e Fatores Associados

Se Tese ou Dissertação: Data da Defesa: 26/01/2021 Área do Conhecimento: Desenvolvimento Humano

Agência de Fomento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)

Programa de Pós-Graduação em: Teoria e Pesquisa do Comportamento

**DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO EXCLUSIVA**

O referido autor:

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade Federal do Pará os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros, está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO**

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a UFPA a disponibilizar de acordo com a licença pública *Creative Commons* Licença 3.0 *Unported*, e de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra citada, conforme permissões abaixo por mim assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a partir desta data.

Permitir o uso comercial da obra?

(X) Sim

( ) Não

Permitir modificações em sua obra?

(X) Sim, contanto que compartilhem pela mesma licença

( ) Não

O documento está sujeito ao registro de patente?

( ) Sim

(X) Não

A obra continua protegida conforme a Lei Direito Autoral.

Belém(PA), 05/04/2021

*Maira de Maria Pires Ferraz*

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos do Autor

Ferraz, M. M. P. F. (2021). *Autores de Agressão Sexual de Crianças e Adolescentes: Experiências Adversas na Infância e Fatores Associados*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento. Universidade Federal do Pará, Belém-PA, Brasil, 192p.

## RESUMO

Estudos sobre os diferentes perfis dos autores de agressão sexual de crianças e adolescentes (AASCA) são encontrados com mais frequência na literatura da área nas últimas décadas, contudo, na população brasileira, a investigação acerca de sua trajetória de vida tem recebido menos atenção, principalmente na perspectiva da bioecologia do desenvolvimento humano. Este estudo teve por objetivo demonstrar possíveis relações entre Experiências Adversas na Infância (EAI) e fatores pessoais e situacionais de AASCA do sexo masculino (N = 30), que cumpriam pena em unidades prisionais localizadas nas mesorregiões do estado do Pará-Brasil. Para tanto, foi construído um sistema de categorias apoiado no instrumento *ACE-IQ*, que define as EAI como vivências potencialmente traumáticas que se tornam fonte de estresse crônico, com desfechos negativos para o desenvolvimento em idades posteriores. Os resultados foram analisados a partir de duas etapas: a primeira, quantitativa, onde os descritores da ocorrência, frequência e tipologia de EAI foram identificados, e uma segunda, quanti-qualitativa, em que trechos das entrevistas com os AASCA foram inseridos no *Software* IRAMUTEQ para realização de análises textuais simples e multivariadas. Neste grupo amostral, 96,67% dos AASCA relatou ter vivenciado ao menos uma subcategoria de EAI, enquanto mais da metade (60%) revelou quatro ou mais, com média de 4,36 EAI por participante. O abuso físico foi a EAI mais relatada (70%), estando relacionada principalmente à figura da mãe, enquanto a morte e/ou separação dos pais (56,67%) e o abuso de substâncias no contexto doméstico (53,33%) estiveram relacionadas ao pai. Cerca de 40% dos participantes relataram experiências envolvendo o abuso sexual, cujos relatos especificavam características como idade e vínculo com o possível autor da agressão, enquanto as violências sociais apareceram principalmente em contextos de transição da infância para a adolescência. Observou-se que experiências de morte e/ou separação dos pais, negligência emocional e violência doméstica na trajetória de vida de AASCA podem elevar o risco de vivenciar abuso sexual na infância. AASCA com maiores *scores* de EAI agrediram suas vítimas de forma mais recorrente e com menor necessidade do uso de álcool e/ou outras drogas. Os resultados confirmaram a relação entre a frequência e a tipologia de EAI e fatores referentes à prática da agressão sexual, demonstrando que esta é uma variável a ser considerada na investigação com AASCA, uma vez que os efeitos do estresse por estas gerado podem manifestar-se em curto e longo prazos, o que pode implicar na adoção futura de comportamentos sexualmente abusivos. Sugere-se que estudos posteriores possam aplicar diretamente o *ACE-IQ* em amostras maiores, com a realização de pós-teste para conferir maior confiabilidade aos relatos coletados.

Palavras-chave: Autores de Agressão Sexual; Crianças e Adolescentes; Experiências Adversas na Infância

Ferraz, M. M. P. F. (2021). *Sex Offenders of Children and Adolescents: Adverse Childhood Experiences and Associated Factors*. Master's Dissertation, Postgraduate Program of Behavior Theory and Research. Federal University of Pará, Belém-PA, 192p.

## ABSTRACT

Studies that identify the different profiles of sex offenders against children and adolescents have been more explored in the literature, however, the investigation of their life trajectory remains less observed in the Brazilian population, mainly from the perspective of Bioecological Theory of Human Development. This study aimed to demonstrate possible relationships between Adverse Childhood Experiences (ACE) and personal and situational factors in the bioecology of the development of male sex offenders against children and adolescents ( $n = 30$ ), who were serving time in prison units located in the mesoregions of the state of Pará. To this aim, a system of categories was built based on the ACE-IQ Test instrument, which defines ACE as potentially traumatic experiences that become a source of chronic stress, with negative outcomes for development at later ages. The results were analyzed from two different stages: the first, quantitative, where the descriptors of the occurrence, frequency and typology of ACE were identified, and a second, quanti-qualitative, in which excerpts from the interviews with sex offenders were inserted into the Software IRAMUTEQ to perform simple and multivariate textual analysis. In this sample, 96.67% of sex offenders reported having experienced at least one subcategory of ACE, while more than half (60%) revealed four or more, with an average of 4.36. Physical abuse was the most reported ACE (70%), being mainly related to the figure of the mother, while the death and/or divorce of parents (56.67%) and substance abuse in the domestic context (53%, 33) were related to the father. About 40% of the participants reported experiences involving sexual abuse, whose reports specified characteristics such as age and bond with the possible perpetrator, while social violence appeared mainly in contexts of ecological transition from childhood to adolescence. It was observed that experiences of death and/or divorce of the parents, emotional neglect and domestic violence in the trajectory of sex offenders in this sample can increase the risk of experiencing sexual abuse in childhood. Participants with higher ACE scores abuse children more frequently and with less need of alcohol or other drugs use. The results reveal the existence of a relationship between the frequency and typology of ACE and factors related to the commitment of sexual aggression, demonstrating that this is a variable to be considered in the investigation with sex offenders, since the effects of stress resulting from such experiences can manifest both in the short and long term, influencing the future adoption of sexually abusive behaviors. It is suggested that further studies may directly apply the ACE-IQ Test to larger samples, with the realization of a post-test to provide greater reliability to the collected reports.

Keywords: Sex Offenders, Children and adolescents, Adverse Childhood Experiences



*Dedico esta dissertação em memória de Alberto Pires, meu tio, amigo e professor insubstituível. Um contador de histórias e um defensor da educação como instrumento de mudança. Grande incentivador da minha escrita e responsável por atizar em mim a inquietude com os porquês do mundo, tão necessária para o fazer científico. Se hoje me torno mestre, é porque antes foste o meu. Que o teu legado ressoe pela eternidade.*

## AGRADECIMENTOS

Enfim, o produto de dois anos e meio de intensa gestação. O desafio de conceber uma investigação tão emocionalmente mobilizadora em um primeiro momento me paralisou. No entanto, as dores e dúvidas do início se transformaram em questionamentos e ideias, que se transformaram em diálogos e hipóteses, que se traduziram em palavras escritas. Incutidas nas frases que compõem este trabalho, estão as vozes de todas as pessoas com quem dividi os últimos anos, em especial, o terrível ano de 2020, e a elas devo minha gratidão.

Agradeço em primeiro lugar às minhas orientadoras Lília Cavalcante e Milene Veloso.

Professora Lília, muito obrigada por transmitir tanta sede de conhecimento na mesma medida em que transmite calma e tranquilidade. Por me mostrar que rigor científico pode caminhar junto ao afeto sem contradição. Por fazer questão de observar com seus olhinhos atentos cada movimento dos seus orientandos, não por julgar seus passos, mas por compreender a importância de conhecer e acolher seus ritmos e peculiaridades. Obrigada por compreender as minhas limitações, por sempre se colocar à disposição, mesmo quando as minhas perguntas e confusões estouraram o tempo planejado. Nem nos meus melhores sonhos imaginaria contar com uma orientação tão humana e competente.

Professora Milene, obrigada por continuar me ensinando, desde os tempos da iniciação científica, sobre paixão. Que tão necessário quanto estruturas e métodos é que os olhos brilhem e o coração pulse no compasso daquilo que estamos prestes a destrinchar. Sem você, talvez nada disso fosse possível. Lília e Milene, vocês são pessoas generosas, dispostas a compartilhar o melhor de si com quem cruza os seus caminhos. E eu tive a sorte de cruzar. Muito obrigada!

Agradeço aos meus companheiros do LED, em especial à Viviam, Matheus, João Victor, Nathália e Leonardo, pelos textos, lágrimas e afeto compartilhado desde a primeira aula tímida até os dias de hoje. Vocês são pessoas incríveis e pesquisadores excepcionais, que se

importam em crescer levando os outros consigo. Tornar o espaço da ciência muito mais cooperativo que competitivo é revolucionário!

A Viviam, por ter estado comigo para muito além do contexto acadêmico. Pelos medos, tristezas, inseguranças e histórias divididas. Por ter sido meu suporte em momentos decisivos. Pelas tardes de coleta em que apesar do peso da nossa atividade, tu tornavas tudo mais leve. Pelas mãos na roda com o Iramuteq. Sem ti esse trabalho nem existiria. Te encontrar foi uma grata surpresa que eu espero levar por um bom tempo.

Aos integrantes do GEAV – que grupo sensacional vocês são! Obrigada pela acolhida e sensação de pertencimento, pelas tardes de videochamada tentando sobreviver ao que restou do mundo produzindo conhecimento. Vocês foram boa parte da motivação para continuar 2020.

Gostaria de agradecer a todos os amigos que direta ou indiretamente estiveram por perto nesses dois anos, sendo jovens e assistindo tudo que acreditamos ruir num país cada vez mais bestial, sentindo desespero nas entranhas, e ainda assim ousando gargalhar em meio ao caos. Em especial, a Vitória, Rebeca, Bruce, Israel, Pedro, Laura, Juliana, Swan, Clarice, Calil, Paula, Paulo... nesses meses de isolamento, vocês foram o vidrinho de emergência que quebrei toda semana em caso de surto. Os meus antídotos de felicidade e conforto no meio de uma catástrofe global sem precedentes. Obrigada por todas as conversas por videochamada até 6 da manhã, por todos os projetos à distância, nosso podcast, tudo que a nossa cabeça criou, nossas mil e uma maneiras de reinventar uma realidade totalmente corrompida. Vocês são o afeto coletivo que eu acredito, aquele que persiste mesmo nas piores condições de existência. No futuro, eu vou contar como sobrevivi e vocês estarão na primeira linha.

Agradeço a Roberta, por ser meu salva-vidas desde abril de 2019.

Agradeço ao Bruce, meu amor e companheiro, por me conhecer do avesso e continuar me amando. Por tudo que a gente sonha junto. Por tudo que a gente ri junto. E pelo que a gente chora. Se tiver junto de ti, sempre vai ser bom. Obrigada por me estimular em cada passo que

eu dou, por me ajudar com formatações, e por seu meu coach preferido since 2013. Meu amor por ti é um dos mais bonitos sentimentos que já experimentei e sou grata por dividir essa vida contigo. A Denize Paiva, minha sogra, por me oferecer casa e colo sempre que precisei.

Agradeço a minha família, porque olhando para vocês consigo entender melhor quem eu sou e porquê eu sou. Pela união diante de uma perda irreparável para nós. A ti, meu tio Alberto, por me apresentar a didática mais incrível que pude ver. E por ter encontrado tempo, do pouco que tiveste, para me ensinar sobre aulas, apresentações e vida. A minha avó e segunda mãe Maria, meus tios e tias, meus primos. Amo a cada um verdadeiramente.

A minha mãe Regina e meu irmão Nilo, meu primeiro contexto de desenvolvimento. Pela convivência intensificada nos últimos meses, pela paz que reina em quase todos os momentos no lar dos Pires Ferraz. Pelos nossos gatinhos Mion, Mima e Mia. Por sermos todos progressistas. Pela lembrança sempre presente do papai. Pelo respeito mútuo. Pelo amor incondicional. Sem o ambiente oferecido por vocês, este trabalho não seria possível (e nem qualquer outra realização seria). A ti, minha mãe, que sonhaste com o mestrado, que falas tão orgulhosa das minhas conquistas. Absolutamente nada disso seria sem ti.

A Deus, que de alguma forma se manifesta em todas estas relações.

Agradeço a todos os profissionais que oportunizaram a entrada de integrantes do GEAV nos ambientes de pesquisa em que estivemos. Aos participantes dessa pesquisa, por dividirem conosco histórias de vida tão difíceis. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de financiamento que contribuiu para a execução desse trabalho.

Agradeço a todos os pesquisadores que persistem no desafio inimaginável que é seguir produzindo conhecimento científico em prol de políticas públicas de qualidade em pleno Brasil de 2020. Que apesar de todo ataque e obscurantismo instalado nos últimos anos, possamos seguir resistindo e acreditando no papel do ensino público como transformador de vidas e agente de mudanças.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Conceitos teóricos auxiliares do MBDH relevantes para a compreensão do impacto desenvolvimental de EAI em AASCA.....	40
<b>Figura 2.</b> Quadro demonstrativo de estudos empíricos sobre as consequências isoladas de EAI. (continua).....	47
<b>Figura 3.</b> Distribuição de ACE-score na amostra de AASCA .....	76
<b>Figura 4.</b> Prevalência de EAI vivenciadas por AASCA (n=30).....	78
<b>Figura 5.</b> .Prevalência de Experiência Adversa na Infância de AASCA de acordo com a sua tipologia.....	83
<b>Figura 6.</b> Análise de Similitude temática do relato de Experiências Adversas na Infância de AASCA .....	99
<b>Figura 7.</b> Dendograma da análise dos relatos de EAI de AASCA pelo método de Classificação Hierárquica Descendente (CHD).....	109

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Distribuição de frequência de fatores pessoais de AASCA.....	69
Tabela 2 Distribuição de frequência de fatores situacionais da AASCA.....	72
Tabela 3 Risco Relativo (RR) de AASCA relatar abuso sexual na presença de relatos de morte e/ou separação dos pais, negligência emocional e violência doméstica .....	87
Tabela 4 Risco Relativo (RR) da AASCA relatar abuso emocional na presença de relatos de morte e/ou separação dos pais e abuso físico .....	88
Tabela 5 Risco Relativo (RR) de AASCA relatar negligência física na presença de relatos de morte e/ou separação dos pais .....	88
Tabela 6 Frequência e associação de variáveis situacionais como o resultado do ACE-Score .....	91
Tabela 7 Frequência e associação de Experiências Adversas na Infância de acordo com o ACE Score de AASCA .....	93
Tabela 8 Experiências Adversas na Infância da AASCA de acordo com o vínculo com a vítima .....	95
Tabela 9 Experiências Adversas na Infância de acordo com o Grupo etário da vítima .....	96
Tabela 10 Segmentos de texto representativos da Classe 1 – Morte dos pais e abuso de substâncias por familiares .....	111
Tabela 11 Segmentos de texto representativos da Classe 2 – Negligência e Separação dos pais .....	114
Tabela 12 Segmentos de texto representativos da Classe 3 – Abuso Físico e Violência Doméstica .....	117
Tabela 13 Segmentos de texto representativos da Classe 4 – Violência moral, bullying e envolvimento em lutas físicas .....	121
Tabela 14 Segmentos de texto representativos da Classe 5 – Abuso Sexual .....	126

## LISTA DE SIGLAS

- AASCA – Autores de agressão sexual contra crianças e adolescentes
- ACE – Adverse Childhood Experiences
- ACE-IQ – Adverse Childhood Experiences International Questionnaire
- ACE-Study - Adverse Childhood Experiences Study
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CDC - National Center for Chronic Disease Prevention and Health Promotion
- CHD – Classificação Hierárquica Descendente
- CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico
- EAI – Experiências Adversas na Infância
- EASCA – Estudos do Agressor Sexual de Criança e Adolescente
- FCBS - Formulário de Caracterização Biopsicossocial
- GEAV – Grupo de Estudos de Autores de Violência
- IST – Infecções Sexualmente Transmissíveis
- LED – Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento Humano
- MBDH – Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano
- OMS – Organização Mundial da Saúde
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PIBIC – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica
- PPGTPC – Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento
- SUSIPE - Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará
- SEAP - Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
- WHO – World Health Organization
- UFPA – Universidade Federal do Pará

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>Apresentação</b>	18
<b>2</b>	<b>Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: Principais conceitos e definições</b>	23
<b>3</b>	<b>Autores de Agressão Sexual Contra Crianças e Adolescentes: Perspectivas de Análise</b>	28
<b>4</b>	<b>Autores de Agressão Sexual Contra Crianças e Adolescentes Sob o Olhar da Bioecologia do Desenvolvimento Humano</b>	37
<b>5</b>	<b>Experiências Adversas na Infância de Autores de Agressão Sexual Contra Crianças e Adolescentes: repercussões desenvolvimentais</b>	43
<b>6</b>	<b>Objetivos</b>	57
	6.1 Objetivo geral	57
	6.2 Objetivos específicos	57
<b>7</b>	<b>Método</b>	58
	7.1 Delineamento da pesquisa	58
	7.2 Contexto da pesquisa	58
	7.3 Participantes	59
	7.4 Ambiente da coleta	59
	7.5 Instrumentos e Materiais	60
	7.5.1 Roteiro da entrevista semiestruturada (Apêndice B)	60
	7.5.2 Adverse Childhood Experiences International Questionnaire (ACE-IQ) (Anexo A)	61
	7.6 Procedimentos de coleta	63
	7.7 Procedimentos de análise	64
	7.8 Cuidados Éticos	67
<b>8</b>	<b>Resultados e discussão</b>	68
<b>9</b>	<b>Considerações Finais</b>	134
	<b>Referências</b>	140
	Apêndice A – Tabela de caracterização geral dos participantes (AASCA)	168
	Apêndice B – Roteiro de Entrevista Semiestruturada	169



Apêndice C – Quadro comparativo entre Roteiro de Entrevista Semiestruturada e ACE IQ179	
Anexo A - Adverse Childhood Experiences International Questionnaire ( <i>ACE-IQ</i> ).....	183
Anexo B - Adverse Childhood Experiences International Questionnaire ( <i>ACE-IQ</i> ) Tradução Portuguesa (Silva, 2017).....	187
Anexo C – Parecer Circunstanciado do Comitê de Ética.....	191

## 1 Apresentação

A violência sexual contra crianças e adolescentes é um fenômeno complexo que envolve concepções culturais enraizadas em relações de poder histórica e socialmente construídas e, por isso, difíceis de serem alteradas por ações isoladas e unifocais. A complexidade desse fenômeno social e cultural pode ser explicada por sua multideterminação, uma vez que inclui aspectos relacionais e subjetivos das pessoas envolvidas (vítimas, autores da agressão e suas famílias) e deixa marcas ao longo das suas trajetórias de vida. Estas consequências podem se expressar por disfunções orgânicas, psicológicas, cognitivas e comportamentais, sendo capazes de alterar de forma significativa o modo como essas pessoas percebem e lidam com seu contexto, tendo impacto direto na forma como se relacionam consigo e com os outros, inclusive em uma perspectiva geracional.

Embora se saiba que parte significativa dos abusos sexuais são cometidos por pessoas próximas da vítima, sejam familiares, vizinhos ou conhecidos, as políticas públicas de prevenção e intervenção a essas situações costumam atender unicamente as vítimas, negligenciando uma parte importante dessa problemática, que são os autores dessa forma de violência (De Souza & Da Silva Maciel, 2018). Nesse sentido, compreender a violência sexual contra crianças e adolescentes como uma séria questão de saúde pública, requer a efetivação de uma orientação protetiva para os dois polos desta relação (vítimas e autores), com o intuito de prevenir de forma efetiva a sua reincidência e disseminação.

No entanto, o número reduzido de políticas públicas que contemplem de forma particular os autores de agressão sexual contra crianças e adolescentes reflete a extensão em que este tema parece ser marginalizado no âmbito científico e social, resultando em um conhecimento ainda incipiente sobre os contextos, as experiências e os fatores no curso do desenvolvimento que podem propiciar o engajamento em comportamentos sexualmente agressivos e ao envolvimento em situações de violência (Reis, 2016).

Nesse sentido, a presente pesquisa pretendeu verificar possíveis relações entre experiências adversas na infância e fatores pessoais e situacionais que caracterizam autores de agressão sexual de crianças e adolescentes. Entende-se que o estudo de tais experiências e os fatores que lhes são associados permitiu uma melhor compreensão das características ecológicas dos ambientes influentes na trajetória de vida das pessoas envolvidas, bem como a percepção desses sujeitos acerca das adversidades colocadas ao seu desenvolvimento biopsicossocial, ou para a manifestação de uma conduta sexual agressiva.

Este estudo também objetivou identificar a ocorrência, a frequência e a tipologia de Experiências Adversas na Infância (EAI) no relato de autores de agressão sexual contra crianças e adolescentes (AASCA) a partir de um sistema de categorias adaptadas do *Adverse Childhood Experiences International Questionnaire (ACE-IQ)* (Anexo A), um instrumento de rastreio e auto relato publicado pela *World Health Organization (WHO)*, no Brasil, Organização Mundial da Saúde (OMS) no ano de 2011, a partir dos estudos de Felitti, Anda, Nordenberg, Williamson, Spitz, Edwards, Koss e Marks (1998). Nele, as EAI são conceituadas como vivências potencialmente traumáticas que se tornam fonte de estresse, com desfechos negativos em idades posteriores – da infância até outros ciclos do desenvolvimento.

Esta dissertação orientou-se por um projeto de pesquisa derivado do Grupo de Estudos de Autores de Violência (GEAV), anteriormente EASCA (Estudos do Agressor Sexual de Criança e Adolescente), pertencente ao Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento (LED), no Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento (PPGTPC) da Universidade Federal do Pará (UFPA). O GEAV/LED tem empregado esforços para inserir no estudo dessa temática novos elementos à discussão até então apresentada pela psicologia do desenvolvimento e outras áreas, com destaque para as condições desenvolvimentais do indivíduo inserido em sociedade. As pesquisas desenvolvidas pelo grupo procuram trazer inovações na medida em que ampliam o conhecimento científico acerca da relação entre a

trajetória de vida de autores de agressão e o cometimento do ato violento. Elas visam, assim, a compreensão das condições ecológicas que permitiram o desenvolvimento desta conduta agressiva.

Esta linha de investigação começou a se delinear no referido programa a partir do projeto de tese de doutorado de Daniela Castro dos Reis, intitulado “*Autores de Agressão Sexual de Crianças e Adolescentes: Características Biopsicossociais e Trajetórias de Vida*”, iniciado em 2013 e finalizado em 2016, a partir da qual derivaram publicações em livros e periódicos, além da outorga de Menção Honrosa do Prêmio Capes (Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior) de Tese 2016, na área de Psicologia.

No ano de 2014, foi aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq) o projeto de pesquisa “*Autores de Agressão Sexual de Crianças e Adolescentes na Mesorregião Metropolitana de Belém: Perfil, Fatores e Contextos de Desenvolvimento Biopsicossocial*”, coordenado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lília Iêda Chaves Cavalcante, docente e pesquisadora do PPGTPC. Este projeto propôs aumentar o quantitativo de municípios acessados e intensificar a pesquisa nas comarcas da Mesorregião Metropolitana de Belém (Belém, Ananindeua, Santa Izabel e Castanhal) para proceder à pesquisa empírica, nomeadamente, a caracterização dos processos jurídicos dos AASCA e a condução de entrevistas semiestruturadas a fim de conhecer a trajetória de vida destes sujeitos. Parte do material coletado a partir desse projeto motivou as análises realizadas nesta pesquisa.

Com o interesse crescente de alunos de graduação e pós-graduação na investigação acerca dos autores de agressão, o GEAV se consolidou como um grupo de estudos em diversos níveis e perspectivas que auxiliem no aprofundamento dentro da área de estudos em violência. Deste esforço de pesquisa coletivo, resultou a dissertação de mestrado de Lucilene Paiva da Costa intitulada “*Características Biopsicossociais de Autores de Agressão Sexual de Criança*”

*e/ou Adolescentes em Contexto Intrafamiliar e Extrafamiliar*”, além de Planos de Trabalho de Iniciação científica executados de 2015 até então.

Em 2019, o projeto de produtividade intitulado “*Jovens Vítimas e Autores de Agressão Sexual em Mesorregiões do Pará: Fatores e Contextos de Desenvolvimento Biopsicossocial*”, coordenado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Lília Iêda Chaves Cavalcante foi aprovado, permitindo a investigação de outra faixa etária também reconhecida como uma das protagonistas de situações que envolvem agressão sexual. Nesse sentido, a aprovação do referido projeto ampliou o foco de análise e permitiu agregar mais projetos de mestrado, doutorado e planos de trabalho na iniciação científica que contribuam para a coleta e análise de dados propostas.

Somado a isso, ressalta-se que o interesse da autora pela temática de autores de agressão sexual de crianças e adolescentes (AASCA) foi construído a partir do Plano de Trabalho apoiado pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal do Pará intitulado “*Perfil e caracterização da violência contra crianças e adolescente em Belém-PA: análise das notificações*”. Esse plano esteve vinculado ao projeto “*Violência contra crianças e adolescentes: indicadores e estratégias de enfrentamento*”, coordenado, em 2015, pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Milene Maria Xavier Veloso, e que hoje é responsável pela coorientação da presente dissertação.

Esse projeto permitiu acesso às fichas de notificação de violência sexual contra crianças e adolescentes registradas entre os anos de 2009 a 2013, no município de Belém-PA, sistematizadas pelo Departamento de Vigilância em Saúde, órgão da Secretaria Municipal de Saúde, com o objetivo de caracterizar o perfil das vítimas e dos autores de agressão. Nessa ocasião, foi possível perceber a carência de informações consistentes sobre estes autores registradas pelo órgão, além da necessidade destas para melhor composição do perfil (ou dos perfis) das várias formas de violência que se delineavam a partir dos dados das notificações.

Destarte, a presente pesquisa está situada em uma história que é tanto pessoal quanto coletiva. Uma história que pretende contribuir para um esforço de pesquisa pouco explorado no Norte do país, cujas condições de vida são particulares e diferem das experimentadas em outras regiões do Brasil. Em nível nacional, espera-se que este trabalho contribua para a área de pesquisa relacionada a autores de agressão, assim como possa preencher lacunas referentes à investigação de sua trajetória de vida para além da coleta de dados sociodemográficos, a partir de uma adaptação das categorias investigadas pelo *Adverse Childhood Experiences International Questionnaire (ACE-IQ)* (Anexo A).

A OMS, enquanto uma agência da Organização das Nações Unidas (ONU) responsável por temas relacionados à saúde da população mundial, incentiva o uso do *ACE-IQ* na pesquisa em saúde pública e desenvolvimento humano. Nesse sentido, esta dissertação poderá dar maior visibilidade à utilização deste instrumento em pesquisas sobre esse construto realizadas no Brasil. Entende-se que investigar as experiências adversas na infância autorrelatadas por autores de agressão sexual de crianças e adolescentes e sua associação com fatores pessoais e situacionais é uma estratégia interessante para a descrição e análise de categorias como as previstas pelo *ACE-IQ*. Além disso, defende-se que investigar as experiências adversas na infância com base nos pressupostos teóricos da Bioecologia do Desenvolvimento Humano, permitirá compreender mecanismos a partir dos quais desenvolvem-se condutas sexualmente agressivas. O conhecimento gerado permite vislumbrar estratégias efetivas de proteção e prevenção desses comportamentos, assim como ampliar o entendimento das condições necessárias para dirimir distintas formas de agressão sexual e evitar sua reprodução.

## **2 Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: Principais conceitos e definições**

A violência sexual contra crianças e adolescentes é uma problemática entendida de forma consensual como um grave problema de saúde pública, uma vez que possui profundas raízes históricas e culturais, assim como consequências que se estendem para além do ciclo de vida das pessoas envolvidas. Segundo a Organização Mundial da Saúde (2014), 25% dos adultos de todo o mundo sofreram abuso sexual na infância, sendo 18% desses casos perpetrados contra meninas e 7,6% contra meninos. De acordo com o Balanço Anual da Ouvidoria do Ministério da Mulher e dos Direitos Humanos, no Brasil, em 2019, o Disque 100 recebeu 86 mil denúncias de violações de direitos contra crianças e adolescentes em todo o país, sendo que 17.00 dessas denúncias se referiam à violência sexual.

Na região norte do país, esse tipo de violência ganha contornos ainda mais preocupantes, tendo em vista a fragilização do Estado, determinante para o agravamento das desigualdades sociais e para a precarização de condições mínimas de habitação, situação na qual a violência estrutural cria um cenário propício para o surgimento da violência sexual (Costa, Penso, Conceição & Carreiro, 2017; Vieira, Oliveira & Sókora, 2017). O agravamento deste tipo de violência na referida região é constatado por diversos estudos que utilizam como fonte as notificações do setor saúde (Rocha & Ferreira, 2019; Waiselfisz, 2012; Veloso, Magalhães & Cabral, 2017), demonstrando que o Pará é um dos estados com municípios que mais concentram taxas de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil.

O debate sobre a violência sexual infanto-juvenil tem adquirido um interesse crescente por parte da sociedade e da comunidade acadêmica, em especial após a publicação do Relatório Mundial de Violência e Saúde pela Organização Mundial da Saúde (Krug, Mercy, Dahlberg & Zwi, 2002), que passou a adotar uma linguagem comum para abordar o fenômeno segundo a área da saúde pública. No entanto, Vieira (2018) pontua a existência de uma divergência conceitual na literatura especializada após as publicações dos primeiros estudos, dada a

complexidade e multicausalidade do fenômeno, além dos valores éticos, políticos e ideológicos subjacentes a estas conceituações (Faleiros & De Oliveira Campos, 2000).

Não obstante, há relativo consenso quanto à sua definição conceitual, sendo entendido, em uma perspectiva de um comportamento de agressão objetivo, como toda ação que obriga a criança ou o adolescente a manter contato sexual de qualquer nível a partir do uso da força, intimidação, chantagem, coerção, suborno, manipulação ou ameaça (Brasil, 2018). Este tipo de relação se configura enquanto uma violação de direitos advinda da constituição de uma relação de poder desigual e historicamente construída entre adultos e crianças ou entre adolescentes e crianças, no que tange aspectos do desenvolvimento físico, psíquico, social e sexual dos envolvidos, podendo emergir em interação com outras expressões de violência, tais como, física, psicológica e negligência (Azevedo & Guerra, 2009; Libório & Castro, 2010).

A violência sexual trata-se, portanto, de um conceito amplo que, segundo Libório e Castro (2010), engloba tanto o abuso sexual como a exploração sexual, sendo o principal fator que diferencia as duas tipologias o estabelecimento de uma relação comercial no caso da última. O presente estudo focará no abuso sexual, entendido como aquele que ocorre nas relações interpessoais e onde estão inscritos os casos de abuso extrafamiliar, definidos pela não existência de vínculo familiar entre vítima e autor da agressão, podendo ou não ser conhecido da vítima; e as situações de abuso intrafamiliares, quando existe uma relação familiar entre os envolvidos (Alves, Santos, Oliveira & Ramos, 2013).

De acordo com o Ministério dos Direitos Humanos, em um documento publicado em 2018, intitulado “Violência contra Crianças e adolescentes: análise dos cenários e Propostas de Políticas Públicas”, o termo “abuso intrafamiliar” não se refere apenas ao espaço físico onde a violência ocorre, mas também ao tipo de relação estabelecida entre autor e vítima. Nessa perspectiva, o abuso intrafamiliar pode ser cometido dentro ou fora do contexto do lar, tanto



por algum membro da família, como por pessoas que assumem responsabilidade parental sobre a vítima, sem que sejam necessários laços de consanguinidade.

O tipo de relação existente entre autor e vítima da agressão sexual é um fator que define a forma como o abuso sexual acontece, uma vez que sua configuração não se dá de forma homogênea, podendo se fazer ou não por meio do uso direto da violência. Em relação às crianças e adolescentes, é mais comum que haja um aliciamento anterior ao cometimento de atos diretos e mais graves como o estupro. Por aliciamento entende-se como o processo de sedução emocional e manipulação afetiva da criança e do adolescente, a partir de uma aproximação progressiva da vítima e/ou sua família. Esta aproximação normalmente obedece a um ciclo que começa na conquista da confiança da vítima, até seu isolamento e chantagem emocional, a fim de reforçar o silêncio e o segredo sobre a situação provocada (Sanderson, 2005).

Baseado em uma série de modelos explicativos anteriores (Finkelhor & Browne, 1985; Furniss, 1993; Sgroi, 1982; Spiegel, 2013; Summit, 1983) foi proposto por Hohendorff e Patias (2017) um modelo conceitual integrativo da violência sexual contra crianças e adolescentes, obedecendo a cinco estágios que descrevem uma dinâmica semelhante à relatada por Sanderson (2005): preparação, episódios, silenciamento, narrativa, repressão e superação. Uma das consequências dessa configuração característica da violência sexual é a perpetuação do abuso ao longo dos anos, caracterizando-o enquanto violência de repetição, de difícil verbalização para terceiros (Martins & Jorge, 2010). Como a prevalência deste tipo de violência se dá em âmbito intrafamiliar, a convivência da criança com uma socialização desigual em relação aos papéis de gênero nesse cenário pode, ainda, fazer com que práticas abusivas sejam naturalizadas e banalizadas no seio familiar, o que também contribui para a sua perpetuação por longos períodos (Deslandes, Assis & Santos, 2005).

A cronicidade da violência sexual é um dos fatores que intensificam o impacto do seu cometimento, interferindo na organização de processos psíquicos, sociais e neurobiológicos da criança e do adolescente, provocando danos de curto, médio e longo prazo em características relacionadas à sexualidade, a biologia, a psicologia e ao comportamento e cognição da vítima. O grau de severidade dessas consequências pode variar em função da duração do abuso, da idade da vítima e de sua predisposição individual ao desenvolvimento de sintomas/transtornos mentais, da intensidade da agressão e de vínculo da vítima com o autor da agressão, além da existência ou não de uma rede de apoio social e de figuras protetoras, como fatores que podem intermediar a ocorrência destas consequências frente a uma situação de abuso (Amazarray & Koller, 1998; Hohendorff & Patias, 2017). Os autores Lussier, Bouchard e Beauregard (2011), em estudo que investigou 377 indivíduos admitidos em uma penitenciária canadense por crimes sexuais entre os anos de 1994 e 2000, demonstraram que, em especial em contexto intrafamiliar, os abusos tendem a ser mais duradouros e se repetirem em múltiplas ocasiões.

Entre as principais consequências físicas da violência sexual estão lesões corporais, mutilações e infecções sexualmente transmissíveis (ISTs); entre as emocionais, sentimento de culpa, medo, ansiedade e raiva podem emergir e tornarem-se frequentes; entre as consequências cognitivas, é possível citar déficits na autoestima e autoimagem, assim como no desenvolvimento de habilidades sociais e na aprendizagem; quanto à sexualidade, estima-se que sejam desencadeadas questões relacionadas à identidade de gênero, orientação sexual e dificuldade à posterior intimidade sexual (Davis & Petretic-Jackson, 2000; Finkelhor & Browne, 1985; Hoherdorff, Habigzang & Koller, 2014; Silva, 2017).

Da mesma forma, as consequências comportamentais podem envolver agressividade, baixo rendimento escolar, comportamento autodestrutivo e comportamento hipersexualizado, além do desenvolvimento de psicopatologias como o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), como discutem Hoherdorff (2014) e Vertamatti (2017). Cabe ressaltar ainda que há

evidências de que a exposição prolongada a situações que desencadeiam um forte nível de estresse, a exemplo do abuso sexual, pode influenciar no aparecimento de danos à saúde em longo prazo, tais como doenças orgânicas crônicas e deficiências no sistema imunológico, assim como comprometer o desenvolvimento das funções cerebrais e contribuir para o engajamento em comportamentos de risco na vida adulta (Levenson, Willis & Prescott, 2015; Zuo, Wang, Liu, Hu, Zhao, Huang & Lin, 2019).

Assim, considera-se que a violência sexual contra crianças e adolescente é um fenômeno revestido de gravidade e complexidade, tendo em vista que interfere na organização dos processos psíquicos e sociais dos envolvidos, onde estão inclusas não somente as vítimas, como também seus familiares e os autores deste tipo de agressão (Faleiros & De Oliveira Campos, 2000). É evidente que as consequências derivadas das situações de violência sexual observadas (ou notificadas) se configuram de maneira diferenciada para autores e vítimas. Por outro lado, ao ajustar o foco de análise em retrospecto, é possível que se encontre similaridades na trajetória de vida de autores e vítimas de violência sexual (DeCamp, Zaykowski & Lunn, 2018; Plummer & Cossins, 2016), se fazendo necessário investigar estas trajetórias e sua relação com as possíveis motivações para a prática da violência sexual nas mais diversas perspectivas de análise.

### **3 Autores de Agressão Sexual Contra Crianças e Adolescentes: Perspectivas de Análise**

Embora o interesse pela investigação da violência sexual contra crianças e adolescentes tenha direcionado um aumento gradativo dos estudos sobre o perfil, as características e a condição psicossocial dos envolvidos, as publicações ainda se concentram principalmente nas vítimas. De acordo com Costa, Cavalcante e Reis (2018), a lacuna referente aos estudos sobre autores de agressão sexual se deve, em parte, à dificuldade de acesso direto às informações acerca desses indivíduos, uma vez que os estudos se concentram em autores de agressão sentenciados para cumprimento de pena. A barreira para conseguir acesso direto a este grupo também delimita a amplitude dos perfis acessados, em virtude de estes corresponderem quase que exclusivamente à população carcerária, que possui características sociodemográficas já bem relatadas na literatura por parâmetros de cor, classe social e escolarização (Araújo & Fidalgo, 2019; Filho & Bueno, 2017; Monteiro & Cardoso, 2013; Wermuth & Assis, 2016).

O estudo de Moura (2019), por exemplo, que teve por objetivo mapear os estressores de 93 condenados por crimes sexuais, identificou a baixa escolaridade como frequente fator de risco para esta população, assim como o trabalho de Grimaldi, Costa, Nascimento, Claudiana e Costa (2018), que analisou de maneira documental o perfil de 900 AASCA em Feira de Santana/Bahia. Na mesma direção, o estudo de Schaaf, Jeglic, Calkins, Raymaekers e Leguizamo (2016) analisou diferenças étnico-raciais em 499 AASCA, enquanto que Teixeira, Resende e Perissinotto (2020) estimaram autodeclarados não brancos como 43,3% da amostra de 30 AASCA. No entanto, é importante ressaltar que estas características acessadas pelos estudos mencionados podem não ser representativas da amostra total de pessoas que agridem sexualmente crianças e adolescentes, já que por um critério de conveniência, os participantes desses estudos compunham a população carcerária. No Brasil, essa população é descrita como majoritariamente da cor preta, jovem e com baixa escolaridade, remontando o passado escravocrata do país (Wermuth, 2018).

Associada a essa lacuna na produção científica, a discussão sobre autores de agressão sexual de crianças e adolescentes (AASCA) na sociedade brasileira continua a partir do lugar comum que confere a estes agentes um caráter estritamente ligado a imagens que são a representação do horrendo, do monstruoso. Como resultado deste duplo reducionismo, vê-se que não apenas o entendimento coerente sobre o fenômeno da violência é comprometido, como também as possíveis estratégias para sua redução e prevenção podem ser limitadas a uma perspectiva meramente punitivista. A adoção desta perspectiva ignora que o modo como se estrutura o sistema prisional contribui para a reprodução de práticas de cunho racista, classista e misóginas dentro e fora das instituições carcerárias, assim como produz maiores índices de reincidência, criminalidade e pobreza no contexto familiar do AASCA encarcerado, que muitas vezes também corresponde ao mesmo ambiente relacional da vítima (Café & Nascimento, 2012; Davis, 2020; Taylor, 2019).

Se por um lado a punição não figura como medida suficiente para perfazer mazelas sociais como a que se apresenta, por outro, é necessário elaborar estratégias que possam auxiliar para sua melhor compreensão e enfrentamento. Nesse sentido, as diversas perspectivas de análise e categorizações derivadas da literatura especializada na área de estudo sobre AASCA podem servir como sustentáculo para este planejamento. Uma das principais conclusões destes estudos é que AASCA são um grupo extremamente diferenciado entre si, sendo mais coerente falar em diversos perfis do que apenas um (Costa, Cavalcante & Reis, 2018, Serafim, Saffi, Rigonatti, Casoy & Barros, 2009; Vieira, 2010). Para ilustrar esta diversidade de classificações, serão elencadas a seguir pesquisas que trazem as categorizações mais frequentes de AASCA encontradas na literatura nacional e internacional.

Em primeiro lugar, o estudo de Davidson (2001) diferencia os AASCA em duas categorias que possuiriam motivações distintas para o abuso sexual: os exploradores sexuais, sendo constituídos tanto de abusadores sexuais intrafamiliares e extrafamiliares, que fazem uso

direto do corpo da criança e/ou adolescente, quanto daqueles que se beneficiam da relação comercial estabelecida neste uso; e os pedófilos, caracterizados pela psiquiatria como portadores de uma parafilia sexual que direciona o desejo e as fantasias sexuais exclusivamente para o corpo infantil, podendo chegar a cometer ou não o abuso (Felipe, 2006; Feelgood & Hoyer, 2008; Oliveira, 2016).

Embora uma série de estudos tenha se utilizado da pedofilia enquanto uma categoria diagnóstica para categorizar as amostras estudadas (Barros, 2017; Bertoli, Benato & Machado, 2017; Lett, Mohnke, Amelung, Brandl, Schiltz, Pohl, & Wittfoth, 2018; Silva, Pinto & Milani, 2013), de acordo com Holmes e Holmes (2002), apenas 2% a 10% dos perpetradores de abuso sexual de crianças e adolescentes são realmente pedófilos, respondendo mais a circunstâncias situacionais. Estes são nomeados pelo autor como abusadores situacionais, sendo em geral pertencentes à classe econômica baixa, exibindo inteligência abaixo da média, comportamentos criminais variados, recorrendo à pornografia para a satisfação dos desejos sexuais, e sendo o abuso sexual executado de forma não planejada e mais espontânea. Por outro lado, os agressores sexuais que se enquadram nos critérios diagnósticos da pedofilia estariam classificados como molestadores preferenciais, apresentando inteligência acima da média, comportamentos ritualizados, atos direcionados para a satisfação da fantasia em si, além de apresentarem o comportamento sexual desviante a partir da adolescência e de forma crônica, até a vida adulta.

Nessa direção, Serafim et al., (2009) abordam a categorização de AASCA tendo como eixo de análise de seu perfil psicológico, nomeadamente: Pedófilo portador de transtorno parafilico de perfil abusador, correspondendo àqueles que expressam o comportamento sexual inadequado de forma menos invasiva, apresentando com frequência carência em habilidades sociais; Pedófilo portador de transtorno parafilico de perfil molestatador, tendo como principal característica a utilização da violência expressa na manifestação de seus atos; e Molestatador situacional, cujo desejo sexual não é exclusivamente infantil e o critério de escolha das vítimas

se dá por oportunidade e disponibilidade, não podendo, portanto, ser diagnosticado como pedófilo.

Os estudos que investigam os aspectos teóricos, motivacionais e de caracterização da agressão sexual e dos AASCA ora privilegiam aspectos biológicos e fisiológicos, relatando possíveis transtornos psicopatológicos, ora enfatizam aspectos sociais e culturais (Verônico, 2015). Em especial no Brasil, a maior parte dos estudos investigam características sociodemográficas a partir de dados secundários extraídos de fontes documentais (Costa, Rocha & Cavalcante, 2018; Hohendorff, Costa, Habigzang & Koller, 2014). Desses dados, é possível identificar características biológicas do autor de agressão como sexo e idade.

O estudo de Ferraz (2018), que analisou as notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Belém-Pará, identificou que AASCA são majoritariamente do sexo masculino e encontram-se na idade adulta, situando-se na faixa etária de 25 e 59 anos, estabelecida pelo Ministério da Saúde. Faixas etárias aproximadas também foram encontradas nos estudos de Jeglic, Mercado e Levenson, (2012); Martins e Jorge (2010) e Titcomb, Goodman-Delahunty e Puisseau (2012). No entanto, importa destacar que neste último estudo em específico, crianças e adolescentes entre 10 a 19 anos também foram identificados como AASCA, vitimando proporcionalmente mais meninos que meninas. Estudos recentes relatam que jovens, em particular adolescentes, são responsáveis por uma parcela significativa dos casos de agressão sexual contra outras crianças e adolescentes (Abaid & Dell'Aglio, 2014, Borges & Zingler, 2013; Van Den Berg, Bijleveld & Hendriks, 2017; McKillop, Rayment-McHugh & Bojack, 2020).

De maneira semelhante, Vieira (2010) identificou que indivíduos mais novos cometeram agressão sexual em pessoas ainda mais jovens. Estudo sobre AASCA que se encontram na faixa etária da adolescência, conduzido por Costa et al. (2017), identificou que a estruturação de moradia precária pode ser um fator facilitador do surgimento de violência

sexual entre crianças e adolescentes, em especial quando, neste contexto, os adolescentes tornam-se os responsáveis pelo cuidado e proteção de outras crianças, criando um quadro de dependência e intimidade entre os componentes dessa relação.

Por se tratarem de etapas do desenvolvimento distintas, a adolescência e a vida adulta diferenciam-se em termos de marcadores cognitivos, neurobiológicos e comportamentais. Nesse sentido, McKillop, Rayment-McHugh, Smallbone e Bromham (2018) demonstram que os AASCA que cometeram a primeira agressão sexual na adolescência e na vida adulta apresentam perfil e motivações diferenciadas, e por isso, devem ser tratados como dois grupos independentes. Assim, de acordo com o estudo conduzido pelos autores comparando as duas amostras, a média de idade para a ocorrência da primeira agressão sexual por AASCA adolescentes foi de 14 anos, abusando majoritariamente de crianças menores ( $\bar{x} = 8.6$ ) em contexto extrafamiliar e com uso de coerção, relatando motivação sexual para o ato. Por outro lado, adultos agrediram sexualmente pela primeira vez, em média, aos 34 anos sob influência de estados emocionais negativos no momento da violência, sendo suas vítimas preferenciais crianças maiores ( $\bar{x} = 10.8$ ) pertencentes ao seu núcleo familiar, tendo privilegiado o uso da sedução no convencimento e manutenção do silêncio da vítima.

Assim, as características diversas e heterógenas dessa população encontradas na literatura podem ser explicadas não por uma causa única, mas pela interação de fatores disposicionais, cognitivos, situacionais e culturais presentes em sua trajetória de desenvolvimento (Machado, 2010). Isso quer dizer que há uma multiplicidade de fatores que são interdependentes, e que podem potencializar os comportamentos agressivos, como as circunstâncias sociais e familiares, a pobreza das relações afetivas, a experiência de negligência e maus tratos na infância, sem que necessariamente os indivíduos apresentem algum transtorno psicopatológico. Em especial no Brasil e seus municípios, os indicadores de violência sexual contra crianças e adolescentes sugerem que seus perpetradores possuem principalmente um



perfil situacional em detrimento de um perfil patológico (Costa et al., 2017; Reis & Cavalcante, 2018; Verônico, 2015), o que faz aumentar o interesse pelo estudo de circunstâncias sociais e familiares que têm sido reconhecidas como fatores associados à manifestação desta forma de agressão.

Para orientar a investigação desses fatores explicativos acerca das principais características de AASCA, quatro perspectivas teóricas são frequentemente identificadas (Oliveira, 2016). A perspectiva *biológica* costuma explicar o comportamento sexualmente desviante a partir de variáveis orgânicas, neurobiológicas e psicopatológicas. Assim, são temas destes estudos os padrões de excitabilidade fisiológica (Marshall, 2014), a concentração de testosterona no sangue (Rebocho, 2007), condições genéticas (Marshall e Barbaree, 1990) sintomatologias psicopatológicas e traços de personalidade impulsivos e agressivos (Rodrigues, 2017, Garméndia & Lòpez-Pinar, 2017), e por fim, modificações de substâncias cerebrais decorrentes de exposição a situações de estresse precoce e vivências traumáticas na infância de ofensores sexuais (Levenson, Willis & Prescott, 2014; Zuo et al., 2019).

A perspectiva *cognitiva* (Beck, 2005) investiga o processamento das informações advindas do ambiente externo pelos seres humanos, a fim de demonstrar que a forma com que os indivíduos percebem os acontecimentos pode estar relacionada às crenças centrais e intermediárias desenvolvidas por meio da aprendizagem social em sua história de vida, crenças estas que guiarão seus pensamentos automáticos e comportamentos posteriores, interferindo na sua percepção da realidade (Rebocho, 2007; Sayago & Dornelles, 2011). Essa perspectiva é adotada em um volume significativo de pesquisas que abordam os AASCA (Pereira, 2007, Ward, Hudson, Johnston & Marshall, 1997; Vieira, 2010), sob a hipótese que este público apresenta esquemas cognitivos diversificados da população normal.

Nesse sentido, os componentes básicos verificados nos estudos sobre os AASCA que adotam esta perspectiva encontram-se principalmente focados na verificação da empatia em

relação à vítima, nas formas de apego na infância e nas distorções advindas dos esquemas cognitivos (Oliveira, 2016; Reis & Cavalcante, 2019). As chamadas distorções cognitivas são uma espécie de erro no processamento de informação que é capaz de levar o indivíduo a desenvolver interpretações distorcidas de si, do mundo e do futuro, influenciando no seu comportamento e na percepção da violência cometida como lícita. Tais distorções são frequentemente verificadas no discurso e comportamento dos AASCA, a partir da minimização ou negação dos comportamentos sexuais agressivos, da vitimização e da racionalização para justificar o cometimento do ato (Vieira, 2010).

Outra possibilidade para abordar o fenômeno da agressão sexual com o foco de análise voltado para os AASCA é a perspectiva *sociocultural*, que analisa fatores concernentes à socialização e aprendizagem de valores culturais dominantes como determinantes para a condução de comportamentos sexuais abusivos (Vieira, 2010). Aliada a esse entendimento, a perspectiva *feminista*, a partir dos estudos de gênero, considera que o patriarcado, como um sistema político, social e econômico de dominação-exploração, acirra as desigualdades pautadas no sexo biológico, além de fomentar as desigualdades geracionais em uma sociedade adultocêntrica (Marchi, 2011; Lavoratti & Silvestre, 2013; Saffioti, 2004; Scott, 1995).

Assim, dentro dessa perspectiva, a violência contra crianças e adolescentes pode ser entendida como uma expressão da violência de gênero, refletida no papel social conferido aos homens que agredem como agentes de dominação, devendo demonstrar seu poder a partir de uma concepção de virilidade que se afirmará por meio do uso da violência nas relações interpessoais e de mecanismos psicológicos voltados a reforçar suas identidades sociais masculinas (Pinto, 2016; Bordieu, 2005). Em consequência da construção deste tipo de masculinidade, é perpetuado um padrão relacional que torna a violência uma expressão equivocada do poder (Laurenti & Barros, 2002; Freitas, 2015), sendo justamente na vivência da impotência e impossibilidade de controle e dominação que o homem tenderia a praticar atos

violentos (Saffioti & Almeida, 1995). A revisão sistemática proposta por Plummer e Cossins (2016) coaduna com esta perspectiva, uma vez hipotetiza que o abuso sexual pode ter consequências diferentes para meninas e meninos, sendo que, estes últimos experimentaríamos questões envolvendo perda do poder masculino presumido, o que poderia afetar o processo de construção da masculinidade destes indivíduos.

Ao encontro a uma abordagem sociocultural, ressaltam-se pesquisas teóricas que utilizam o termo Cultura do Estupro, que é definida pela legitimação social da ideia de que a relação sexual envolve um comportamento agressivo e instintivo dos homens (Campos, Machado, Nunes & Reis Silva, 2017; Johnson & Johnson, 2017). Estudos associados relacionam esta cultura ao consumo de pornografia, em especial quando as características desse conteúdo se referem a imagens, atividades e vestiários próprios da infância e da adolescência (Pinto, 2016; Libório & Castro, 2010). Esse imaginário sobre a sexualidade viril reafirmaria o lugar do masculino enquanto portador de uma disponibilidade prévia para a iniciativa sexual (Machado, 1998). Em decorrência disso, borram-se as fronteiras entre uma relação sexual consensual e uma relação forçada, o que também influenciaria na percepção de condutas sexualmente abusivas como aceitáveis e justificáveis por parte de homens comuns (Engel, 2017).

Por fim, na direção de uma abordagem mais integrativa para o fenômeno, a perspectiva *contextual* propõe a investigação de variáveis situacionais, referentes às circunstâncias imediatas em que se deram as agressões, associadas àqueles referentes ao contexto mais remoto e retrospectivo, como fatores de risco individuais para o desenvolvimento do autor de agressão e o contexto de socialização no qual este indivíduo se desenvolveu (Oliveira, 2016).

Como circunstâncias situacionais, entende-se por aquelas que estão em vigor no ambiente imediato e atual do AASCA, em especial às que dizem respeito às características da violência cometida. Nesse sentido, podem-se citar o uso de álcool no momento da violência; a

motivação e a intenção do cometimento da agressão; a relação entre o autor e a vítima; o local de ocorrência da violência; as interações entre autor e vítima que precipitaram a agressão e as estratégias de aproximação e perpetuação das situações de abuso (Mc. Killop et al, 2018; Lussier, Blokland, Mathesius, Pardini & Loeber 2015; Smallbone & Cale, 2015). O estudo de Marini, Leibowitz, Burton e Stickler (2013) realizado com 406 AASCA adolescentes demonstrou como tais variáveis situacionais podem interagir entre si, identificando o uso de substâncias psicoativas como importante mediador da força utilizada em crimes sexuais, logo, como um possível preditor da severidade do ato.

Por outro lado, os fatores contextuais podem ser entendidos como características pessoais, experiências individuais e disposições que moldam o desenvolvimento dos AASCA. Caso esses fatores sejam vivenciados em contextos não ideais e tragam prejuízos para o desenvolvimento de recursos positivos, é possível que sejam classificados enquanto fatores de risco, uma vez que colocam os AASCA em situação de vulnerabilidade, tendo como possível desfecho a adoção de comportamentos disfuncionais para lidar com os eventos vivenciados em sua trajetória de vida (Tharp, DeGue, Valle, Brookmeyer, Massetti & Matjasko, 2012; Pullman, Leroux, Motayne & Seto, 2014).

Entre esses fatores pessoais, familiares e contextuais, é possível citar: idade, escolaridade, raça, histórico de comportamento agressivo, comportamento antissocial, envolvimento precoce com a justiça, baixo rendimento escolar, problemas com autoestima, consumo de pornografia, estilos parentais negativos, exposição à pobreza e violência comunitária, além de histórias de abuso sexual, físico, psicológico e negligência parental no contexto doméstico vivenciados na infância e adolescência (Cole & Cole, 2004; Lussier, 2015; Paludo & Schiró, 2012).

#### **4 Autores de Agressão Sexual Contra Crianças e Adolescentes Sob o Olhar da Bioecologia do Desenvolvimento Humano**

Pensar nos AASCA a partir de seus contextos de desenvolvimento significa pensar na ecologia vivenciada por eles em seus diferentes sistemas, tendo como norte a proposição de que o desenvolvimento humano ocorre na interação entre as características da pessoa e os diferentes sistemas ecológicos onde indivíduo estudado se situa (Habigzang, Koller, Azevedo, & Machado, 2005). Nesse sentido, a perspectiva *contextual* é hoje associada e ampliada apontando em direção a uma perspectiva *sistêmica*, o que permitiria não limitar a análise aos efeitos do contexto sobre o desenvolvimento, mas incluir o processo pelo qual isso ocorre. Ou seja, o processo diz respeito ao modo como o contexto (próximo e remoto) interage com a pessoa, produzindo desenvolvimento (Bronfenbrenner, 2011). Um dos modelos teóricos possíveis dentro desta perspectiva é o da Bioecologia do Desenvolvimento Humano (MBDH).

O MBDH considera o desenvolvimento humano como um fenômeno de continuidades e mudanças nas características biopsicológicas da pessoa desenvolvente, produzidas a partir de um conjunto de processos de interação recíproca entre as propriedades da pessoa e de seu contexto. Em outras palavras, o modelo busca compreender *como* as propriedades da pessoa e do ambiente interagem, que atividades a pessoa desenvolvente realiza, quais papéis assume e que relações estabelece para alcançar estes resultados. À bioecologia interessa, portanto, compreender não somente o conteúdo dos processos de desenvolvimento e as forças ambientais sobre eles, mas também como essa interação acontece e quais são os seus resultados em termos de desenvolvimento.

Assim, o MBDH permite entender o desenvolvimento humano a partir de seus níveis estruturais e funcionais: Processo (P) – Pessoa (P) – Contexto (C) – Tempo (T) (Bronfenbrenner, 1996/2011). Nesse sentido, o *Processo (P)*, núcleo principal do modelo, diz respeito a padrões duradouros de interação recíproca e progressivamente mais complexa entre

as características da pessoa e o seu contexto, incluindo as relações estabelecidas com outras pessoas, objetos e símbolos em seu ambiente imediato, através de uma base estável e duradoura de tempo. Tais processos tem o potencial de gerar capacidades, motivação, conhecimentos, recursos e habilidades para exercer atividades cada vez mais complexas, atuando, portanto, como motores do desenvolvimento humano.

A *Pessoa (P)* é entendida como ser biopsicossocial que tem a capacidade de influenciar no aparecimento e no funcionamento dos processos proximais. Em relação aos AASCA, as características pessoais de força podem ser expressas como disposições temperamentais e de comportamento, como impulsividade e agressividade; os recursos biopsicológicos podem sinalizar experiências passadas, habilidades específicas, cuidados parentais e oportunidade educacionais; e as qualidades de demanda, podem ser representadas por aquelas que podem atrair ou inibir estímulos de forma mais direta, podendo ser exemplificadas pela idade, o gênero e a cor da pele do AASCA (Reis, 2016). Tais características podem atuar como forças propulsoras do desenvolvimento, impulsionando o envolvimento deste indivíduo em processos proximais e suplantando possíveis efeitos negativos de ambientes desfavoráveis nos quais ele se desenvolve; ou como forças disruptivas, que aumentam a probabilidade do engajamento em comportamentos de risco.

O *Contexto (C)* corresponde ao ambiente em que a pessoa se desenvolve, sendo constituído de uma série de estruturas que estão em constante interação, quais sejam: o Microsistema, que inclui o ambiente imediato percebido pela pessoa, onde as atividades, relações e papéis serão desempenhados nas relações face a face; o Mesosistema, referente às regiões de interconexão entre os ambientes imediatos; o Exossistema, que diz respeito a ambientes em que a pessoa desenvolve não está em contato direto, mas que tem o potencial de afetar seu desenvolvimento e vice-versa; e o Macrossistema, que é entendido como uma

série de valores sociais derivados de uma determinada cultura, provenientes das macro instituições que permeiam o todo social, e portanto, todos os outros sistemas.

Como exemplos de contextos em que os AASCA se desenvolvem, destacam-se a família, a escola e o grupo de pares, a igreja, o local de trabalho próprio e dos pais, o sistema judiciário, a mídia e as instituições sociais munidas de valores patriarcais e adultocêntricos (Fazenda, 2010; Sehn, Porta & Siqueira, 2018). Assim, é relevante que o foco de análise do contexto em relação aos AASCA esteja, inclusive, nas características físicas, sociais e simbólicas dos diversos ambientes em que estes estiveram e estão situados, a fim de identificar a forma como estes indivíduos se relacionam com as pessoas, objetos e símbolos presentes em seu contexto ecológico imediato e mais remoto.

O Tempo (T) é constituído pelas mudanças e continuidades ao longo do ciclo de vida e no decorrer de gerações. O tempo possui uma estrutura isomórfica aos sistemas ecológicos do contexto, sendo constituído pelo Microtempo, como continuidades e descontinuidades em processos proximais, o Mesotempo, que se refere à regularidade em que as interações e processos acontecem, e o Macrottempo, que abarca as mudanças e expectativas de uma sociedade através de gerações. Nesse sentido, os aspectos da trajetória de desenvolvimento do AASCA que podem ser situados no núcleo Tempo (T) são a duração das interações familiares, a permanência de contato e moradia com os pais na infância e adolescência, o período de convivência com o grupo de pares e a mudança de condição econômica e política do país (Reis, 2016). Na abordagem deste núcleo em específico, é importante considerar o grau de instabilidade, inconsistência e imprevisibilidade produzido na trajetória de vida de AASCA investigando as mudanças bruscas de atividades, relações e papéis por eles desempenhadas em seu contexto imediato.

Outros conceitos importantes referentes à Teoria Bioecológica que podem auxiliar na compreensão de como as experiências adversas na infância de AASCA podem ter impactado

em seu desenvolvimento de forma a produzir, entre os diversos resultados desenvolvimentais, o comportamento sexualmente abusivo, estão listados no quadro demonstrado pela Figura 1.

Proposição	Conceito	Resumo	Referência
Proposição I	Experiência	Inclui não apenas as condições objetivas dos contextos de desenvolvimento, mas também a maneira na qual são experienciadas subjetivamente pelas pessoas	Bronfenbrenner, 1999-2011, p. 44
Proposição VI	Terceiro Responsável	O estabelecimento de padrões de interação entre pais e filhos depende do envolvimento de um terceiro responsável, que auxilie, incentive e expresse afeto pela criança cuidada, estando engajado em atividades conjuntas com elas	Bronfenbrenner, 1999-2011, p. 49
Hipótese 4	Propriedades da Díade	O impacto desenvolvimental de uma díade aumenta em função do nível de reciprocidade, mutualidade de sentimentos positivos e uma gradual alteração de equilíbrio de poder em favor da pessoa em desenvolvimento.	Bronfenbrenner, 1979-1996, p. 49
Proposição V	Internalização a partir de uma Díade Primária	O estabelecimento de um forte apego emocional mútuo conduz à internalização das atividades e dos sentimentos de afeto expressados pelos pais e motivam o engajamento da criança em atividades relacionadas ao ambiente físico, social e simbólico.	Bronfenbrenner, 1999-2011 p. 49
Preposição E e Hipótese 8	Efeito de Segunda Ordem	Influência indireta de terceiras pessoas sobre a interação entre os membros de uma díade, sendo o potencial desenvolvimental da díade original aumentado quando as díades externas envolvem sentimentos positivos e apoio mútuo, e prejudicado quando as terceiras pessoas desencorajam ou interferem nas atividades realizadas pela díade original.	Bronfenbrenner, 1979-1996, p. 54-62
Definição 6	Transição Ecológica	Sempre que a posição da pessoa no meio ambiente ecológico é alterada em resultado a uma mudança de papel, ambiente ou ambos	Bronfenbrenner, 1979-1996, p.22
Hipótese 9 e 10	Expectativa de Papel	Desempenhar um papel social tende a evocar percepções, atividades e padrões de relação coerentes com a expectativa mútua atrelada a ele, em especial quando bem estabelecido na estrutura institucional da sociedade	Bronfenbrenner, 1979-1996, p. 74
Hipótese 12	Efeito do grupo sobre papéis sociais	A tendência a provocar comportamentos de acordo com as expectativas para um determinado papel é uma função da existência de outros papéis no ambiente, que atraem ou inibem comportamentos associados ao papel determinado	Bronfenbrenner, 1979-1996, p. 74
Hipótese 13	Expectativas autorealizadoras de competitividade	A colocação de pessoas em papéis sociais em que se espera que ajam competitivamente ou cooperativamente tende a eliciar e intensificar atividades e relações interpessoais que são compatíveis com as expectativas dadas	Bronfenbrenner, 1979-1996, p. 74
Princípio 4	Relação pessoa-contexto	Características da pessoa não exercem influência no desenvolvimento de forma isolada e têm como resultado a existência de uma interação das características psicológicas da pessoa com o ambiente específico no qual ela se situa.	Bronfenbrenner, 1999-2011, p. 175

**Figura 1.** Conceitos teóricos auxiliares do MBDH relevantes para a compreensão do impacto desenvolvimental de EAI em AASCA.



As proposições, hipóteses, definições e princípios são ferramentas teóricas utilizadas por Bronfenbrenner em suas principais obras, como os livros *Ecologia do Desenvolvimento Humano* (1979/1996) e *Bioecologia do Desenvolvimento Humano: tornando os seres humanos mais humanos* (1999/2011) com a finalidade de sintetizar formulações gerais a partir da análise e discussão de estudos empíricos recuperados nestes livros. Estes conceitos podem auxiliar não somente na compreensão do processo de vinculação de AASCA às principais pessoas e contextos em sua trajetória de vida, como os pais e o grupo de pares, mas também na demonstração de como se estruturam as suas principais características pessoais e como elas podem impactar e ter sido impactadas pelas condições ecológicas em que AASCA estiveram inseridos.

Dessa forma, considera-se que a utilização de uma perspectiva bioecológica para auxiliar na abordagem teórica sobre os AASCA poderá contribuir sobremaneira para a compreensão dos *processos* pelos quais as características pessoais destes autores interagiram e interagem com seu contexto, produzindo entre os diversos resultados desenvolvimentais, o engajamento em condutas sexualmente abusivas enquanto um comportamento de risco.

Para compreender esses processos, torna-se essencial conceber a experiência do sujeito, nomeadamente, o modo como a pessoa percebe e lida com o seu ambiente, uma vez que este é composto não apenas de condições objetivas – aquelas que de fatos ocorreram em sua trajetória, mas também condições subjetivas – o modo como estes elementos reais são percebidos e simbolicamente introjetados na experiência do indivíduo. Assim, tais elementos objetivos e subjetivos exercem igual importância e têm em si a capacidade de dirigir o desenvolvimento humano, da mesma forma que a pessoa em desenvolvimento tem a capacidade de modificar ambas as forças na medida em que vivencia sucessivos estágios de desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1999/2011).

Nesse sentido, conforme os pressupostos teóricos da perspectiva bioecológica, os processos psicológicos e sociais vivenciados na infância tornam-se sedimentares para as experiências subsequentes, em especial se ocorrerem de maneira estável por longos períodos de tempo. De acordo com esta premissa, ambientes desorganizados, ou seja, aqueles permeados por extrema inconstância, imprevisibilidade e fragilidade de relações, tendem a influenciar nos resultados desenvolvimentais apresentados por crianças que frequentam estes ambientes, podendo estas manifestarem dificuldades recorrentes na manutenção, controle e reintegração do seu próprio comportamento (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

Adicionalmente, em uma situação em que nenhum dos genitores ou outra figura protetiva se engaja em processos proximais positivos com a criança, a exemplo do que ocorre em um ambiente familiar disruptivo, onde as relações entre seus membros se constituem de maneira hostil e abusiva, o estabelecimento de díades primárias que funcionem como amortecedores contra os efeitos negativos deste ambiente físico e simbolicamente desorganizado fica impossibilitado (Bronfenbrenner, 1999/2011).

Assim, é possível afirmar que quando figuras parentais desempenham papéis pouco eficientes como vínculos apoiadores, as crianças e os adolescentes deixados sob sua responsabilidade tornam-se mais suscetíveis a experiências de desenvolvimento adversas. Esta e outras experiências como abuso sexual, físico e psicológico, assim como a separação ou morte dos pais e a convivência com um cotidiano comunitário violento têm sido frequentemente apontadas em relatos de trajetórias de vida de AASCA, especialmente quando tais adversidades ocorreram durante sua infância e adolescência, tornando-se fatores imprescindíveis para o entendimento de condutas agressivas posteriormente manifestadas por esses indivíduos (Tharp, DeGue, Valle, Brookmeyer, Massetti e Matjasko, 2013).

## **5 Experiências Adversas na Infância de Autores de Agressão Sexual Contra Crianças e Adolescentes: repercussões desenvolvimentais**

Uma das premissas que orientam o estudo do desenvolvimento humano é a de que o ambiente imediato em que as pessoas se desenvolvem e as relações que constituem, em especial nos primeiros anos de vida, tornam-se juntos blocos estruturantes para os recursos cognitivos, afetivos e relacionais constituídos posteriormente (Bronfenbrenner & Morris, 1998; Shonkoff, Garner, Siegel, Dobbins, Earls & McGuinn 2012; Zuo et al., 2019). Quando este ambiente é permeado por instabilidade, imprevisibilidade de eventos e rupturas de relações de confiança, estas funções tornam-se potencialmente comprometidas, podendo desencadear mecanismos de desregulação psicológica, comportamental e biológica, além de fragilizar as estruturas de suporte social.

Nessa direção, de acordo com a OMS (2011), as Experiências Adversas na Infância (EAI) são conceituadas como vivências potencialmente traumáticas transcorridas até os dezoito anos de idade que se tornam fonte de estresse. Ressalta-se que o termo infância é utilizado para abarcar o período entre 0 a 18 anos de idade, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU) a partir da Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) e com as principais normativas internacionais, tal como definido nos documentos da OMS que exploram o construto. De maneira geral, a definição de estresse está relacionada à sensação de ameaça real ou imaginária, que caso vivenciada continuamente e sem o apoio de um adulto que desempenhe uma função protetiva, pode ocasionar um desarranjo na integridade física e psicológica da criança ou do adolescente (Pedrosa, 2018).

Assim, entende-se que o estresse não é por si uma força disruptiva para o desenvolvimento, mostrando-se por vezes necessário. No entanto, torna-se nocivo quando requer do indivíduo uma constante ativação dos sistemas de resposta à sensação de ameaça proveniente de experiências sentidas como adversas, com a ausência do suporte necessário para

tal, o que pode ser conceituado como um estado de estresse crônico ou estresse tóxico (Franke, 2014; Murray, 2018; Center On The Developing Child, 2007).

Os efeitos decorrentes do estresse contido em tais experiências têm sido demarcados como passíveis de manifestar-se ao longo da trajetória de vida do indivíduo, desde a própria infância até à idade adulta, tendo sido reunido algum consenso científico quanto à sua severidade em longo prazo na saúde e no bem-estar das pessoas envolvidas (Al-Shawi & Lafta, 2015; Bellis, Lowey, Leckenby, Hughes, & Harrison, 2013). Ademais, fatores neurobiológicos, comportamentais e psicológicos parecem estar associados a esse impacto (Silva, 2017), isto é, aos efeitos de longa duração derivados de experiências localizadas na infância.

O termo Experiências Adversas na Infância (EAI) tem sido amplamente utilizado em pesquisas que exploram o impacto de seus efeitos na saúde pública, uma vez que o construto possui raízes na área da medicina preventiva e de cuidados primários à saúde. Os estudos internacionais que investigam este construto recuperados nesta revisão serão organizados de acordo com o seu objetivo e expostos segundo a seguinte ordem temática: pesquisas inaugurais; consequências das categorias isoladas de EAI; aplicação, ampliação e internacionalização do instrumento *Adverse Childhood Experiences International Questionnaire (ACE-IQ)*; metodologias de acesso às EAI em populações diversas; implicações neurobiológicas; associação entre EAI e comportamento criminal e limitações na utilização do instrumento proposto.

Primeiramente, a partir de um amplo estudo denominado *Adverse Childhood Experiences Study (ACE Study)*, realizado por Felitti et al. (1998) em colaboração com um extenso grupo de pesquisadores norte-americanos, foi possível investigar sistematicamente a associação entre categorias de adversidades vividas na infância e dificuldades físicas e mentais que se apresentavam como as principais causas de mortalidade na idade adulta (Vega-Arce & Núñez- Ulloa, 2018).

Entre as categorias de EAI exploradas no estudo seminal de Felitti et al. (1998), apontaram-se três tipos de abuso (físico, emocional e sexual) e quatro tipos de disfunção familiar (consumo de drogas por familiares no lar, encarceramento, ocorrência de doença mental ou psicológica e tentativa de suicídio por algum membro da família, e ocorrência de violência doméstica direcionada à mãe). Essas categorias foram elaboradas com base em estudos anteriores realizados na área da saúde pública, como a *National Health Interview Survey* (1988), e serviram como base para a construção e aplicação da primeira versão do instrumento *Adverse Childhood Experiences Questionnaire* (ACE-IQ) neste estudo, instrumento elaborado para rastreamento retrospectivo e apoiado em auto relato.

Como resultado do estudo de Felitti et al. (1998), identificou-se um acúmulo de EAI no relato de 17.000 adultos, com média de idade entre 55-57 anos, sendo este acúmulo relacionado a medidas de comportamento de risco na vida adulta e à manifestação de doenças como as cardíacas, hipertensão arterial, obesidade, doença pulmonar crônica, depressão, ansiedade, entre outras. Entre os participantes, 52% vivenciaram ao menos uma EAI, sendo possível notar uma alta prevalência de EAI na amostra pesquisada, além de uma correlação significativamente positiva entre estas e o estado de saúde dos participantes décadas depois. O estudo concluiu que haveria uma forte relação gradativa entre a amplitude da exposição a diversas formas de abuso e a experiência da disfunção doméstica durante a infância e os fatores de risco para as principais causas de morte em adultos.

A principal contribuição do estudo de Felitti et al. (1998) dá-se pela ampliação do conceito de maus-tratos na infância, já que antes parecia referir-se a um número restrito de situações como o abuso e a negligência, sendo o uso cada vez mais corrente do termo EAI por este ser mais abrangente (Pedrosa, 2018). Essa definição é importante porque permite a investigação de um efeito cumulativo de experiências adversas em oposição ao efeito isolado de apenas uma variável, uma vez que a ocorrência ou não do abuso sexual na infância, por

exemplo, pode não ser a única variável determinante para desencadear desfechos negativos na vida adulta, mas sim a sua interação com demais tipos de adversidades. Além disso, como demonstrado pelo estudo, tratam-se de experiências que são comumente reportadas como coocorrentes, a exemplo do consumo de drogas por familiares no lar e a exposição à violência doméstica, demonstrando a importância de investigar o efeito acumulativo da polivitimização derivada dessas experiências (Vegas-Arce & Núñez-Ulloa, 2018).

Contudo, estudos empíricos que rastreiam as possíveis consequências dessas experiências quando ocorridas na infância ou na adolescência produzem normalmente medidas de averiguação referentes ao efeito específico de cada uma. A fim de mapear o conteúdo produzido nos últimos cinco anos a respeito das possíveis consequências isoladas das experiências que compõem o construto das EAI, foi elaborado um quadro com estudos empíricos que descreveram e/ou analisaram as EAI e suas possíveis consequências.

A Figura 2 reúne artigos localizados a partir de uma estratégia de busca que utilizou o nome de cada uma das EAI em português e inglês como descritor na plataforma *Google Academics*, no período de outubro a dezembro de 2020, sendo estes artigos organizados de acordo com a ordem de tipologias de EAI categorizadas no instrumento *ACE-IQ Test*, utilizado nesta pesquisa.

Experiências Adversas na infância	Consequências rastreadas	Artigo Empírico	Autores
Abuso físico	Maiores chances de sofrer violência por parceiros íntimos da idade adulta	The relationships between harsh physical punishment and child maltreatment in childhood and intimate partner violence in adulthood	Afifi, Mota, Sareen e MacMillan (2017)
	Percepção de isolamento social na idade adulta; níveis mais altos de sintomas internalizantes	Childhood physical maltreatment, perceived social isolation, and internalizing symptoms: a longitudinal, three-wave, population-based study	Sheikh (2018)
	Prática de abuso físico futuramente	Intergenerational associations in physical maltreatment: Examination of mediation by delinquency and substance use, and moderated mediation by anger	Capaldi, Tiberio, Pears, Kerr e Owen (2019)
	Dificuldades na regulação emocional	Attributions of Conflict: Impact on the Relation between Parental Physical Maltreatment and Emotion Regulation Difficulties	Dumessa, Oliveros e Coleman (2020)
Abuso emocional	Diminuição da variabilidade da frequência cardíaca de alta frequência como marcador biológico de desregulação emocional	History of childhood emotional abuse predicts lower resting-state high-frequency heart rate variability in depressed women	Stone, Amole, Cyranowski e Swartz (2018)
	Diminuição do apego seguro; menor suporte social da família e amigos; ideias suicidas.	Relational factors critical in the link between childhood emotional abuse and suicidal ideation	Allbaugh, Mack, Culmone, Hosey, Dunn e Kaslow (2018)
	Sintomas depressivos; desregulação emocional; problemas interpessoais	Linking childhood emotional abuse and depressive symptoms: The role of emotion dysregulation and interpersonal problems	Christ, De Waal, Dekker, Kuijk, Schaik, Kikkert, Goudriaan, Beekman e Messman-Moore (2019)
	Sintomas severos de Transtorno de Estresse Pós-Traumático	The effect of parental emotional abuse on the severity and treatment of PTSD symptoms in children and adolescents	Hoebner, De Roos, van Son, Spinhoven e Elzinga (2020).
Abuso sexual	Problemas internalizantes para meninos abusados	Does the impact of child sexual abuse differ from maltreated but non-sexually abused children? A prospective examination of the impact of child sexual abuse on internalizing and externalizing behavior problems	Lewis, McElroy, Harlaar e Runyan (2016)
	Uso de substâncias; bullying; distorção idade-série e evasão escolar; isolamento social; insônia	Violência sexual na adolescência, perfil da vítima e impactos sobre a saúde mental	Fontes, Canozzi e Machado (2017)
	Maior propensão a diagnóstico de depressão maior e transtorno de estresse pós-traumático; maior chance de cometer abusos sexuais com padrões específicos	Childhood Sexual Abuse in Adolescents Adjudicated for Sexual Offenses: Mental Health Consequences and Sexual Offending Behaviors	Morais, Alexander, Fix e Burkhart (2018)
	Maiores chances de desenvolver diabetes, doenças coronarianas, obesidade e ansiedade	Long term consequences of child sexual abuse in Saudi Arabia: A report from national study	Almuneef (2019)

**Figura 2.** Quadro demonstrativo de estudos empíricos sobre as consequências isoladas de EAI. (continua)

(Continuação)

Consumo de álcool/drogas por familiares no contexto doméstico	Menor expectativas de futuro autorrelatada; base frágil para construção da identidade	Implicações do uso de álcool no exercício das funções parentais na perspectiva do filho adolescente	Albuquerque, Heimerdinger e Rodrigues (2016)
	Problemas no desenvolvimento fetal; inconsistência parental; desestabilização de rotinas e rituais familiares	Families Affected by Parental Substance Use	Smith, Wilson e Committee on substance use and prevention (2016)
	Negligência no contexto doméstico; maiores chances de o consumo de substâncias familiar eliciar o consumo pelas crianças	Impact of Alcohol Outlet Density on Reported Cases of Child Maltreatment in Japan: Fixed Effects Analysis	Koyama e Fujiwara (2019)
	Abuso físico por parte dos pais; uso específico de álcool, maconha e cocaína.	Parent Exposure to Drugs: A “New” Adverse Childhood Experience With Devastating Behavioral Consequences	DeLisi, Drury e Elbert (2019)
Encarceramento de membro da família	Problemas nas etapas de transição familiar e estabelecimento de novos rituais; Problemas com a identidade paterna	Incarceration and Family Stress as Understood through the Family Process Theory: Evidence from Hong Kong	Chui (2016)
	Comportamento agressivo; distúrbios do sono; comportamento disruptivo no contexto escolar	Children of Prisoners: Their Situation and Role in Long-Term Crime Prevention. Women and Children as Victims and Offenders: Background, Prevention, Reintegration	Robertson, Christmann, Sharratt, Berman, Manby, Ayre e Gavriluta (2016)
	Discriminação e estigmatização na escola e vizinhança	Crianças e adolescentes com familiares encarcerados: levantamento de impactos sociais, econômicos e afetivos	Chalon, Cardoso e Barbosa (2018)
	Aumento do risco intergeracional de envolvimento criminal dos filhos; impacto negativo no clima familiar	Linking parental incarceration and family dynamics associated with intergenerational transmission: A life-course perspective*	Giordano, Copp, Manning e Longmore (2019)
Transtorno mental em membros da família	Alto nível de estresse e confusão familiar; dificuldade de falar abertamente sobre adoecimento mental	Family resilience in families where a parent has a mental illness	Power, Goodyear, Maybery, Reupert, O’Hanlon, Cuff Perlesz (2015)
	Dificuldade parental no estabelecimento de barreiras e limites	Influências Parentais na Saúde Mental das Crianças na Fase da Segunda Infância	Pereira, Simon, Kern e Gomes (2017)
	Altos níveis de depressão e ansiedade; afetos negativos sobre a escola	Parental Mental Illness and the Transition to College: Coping, Psychological Adjustment, and Parent-Child Relationships	Mitchell e Abraham (2018)
	Altas taxas de hospitalização por lesões físicas e morte por lesão na primeira infância	Association of Parental Mental Illness With Child Injury Occurrence, Hospitalization, and Death During Early Childhood	Yang, Kernic, Mueller, Simon, Chan, Stoep (2020)

(Continua)

**Figura 2.** Quadro demonstrativo de estudos empíricos sobre as consequências isoladas de EAI.



(Continuação)

Violência Doméstica	Transtorno de Estresse Pós-Traumático, depressão e ansiedade materna; menor autoeficácia materna; maiores déficits no desenvolvimento dos filhos	The Intergenerational Impact of Intimate Partner Violence against Mothers on Child Functioning over four Years	McFarlane, Fredland, Symes, Zhou, Jouriles, Dutton e Greeley (2017)
	Comprometimento da saúde mental e física de mães e filhos; frequência de hematomas e cortes; baixa autoestima; tristeza; medo e depressão	Violência conjugal: repercussões para mulheres e filhas (os)	Carneiro, Gomes, Estrela, Santana, Mota e Erdmann (2017).
	Restrição no uso de espaços da casa e na autoexpressão verbal	Beyond “Witnessing”: Children’s Experiences of Coercive Control in Domestic Violence and Abuse	Callaghan, Alexander, Sixsmith e Fellin (2018)
	Dificuldades comportamentais intensas quando a criança presenciou a violência entre 1 a 2 anos	Mental health of children exposed to intimate partner violence against their mother: A longitudinal study from Brazil	Silva, Ludermir, de Carvalho Lima, Eickmann Emond, A. (2019).
Morte e/ou separação dos pais	Queda no bem-estar econômico; Efeitos maiores no bem-estar quando a criança é mais jovem	Is Divorce More Painful When Couples Have Children? Evidence from Long-Term Panel Data on Multiple Domains of Well-being	Leopold1 e Kalmijn (2016)
	Maior frequência de atendimentos ambulatoriais e hospitalares para depressão em caso de falecimento materno	Parental death during childhood and depression in young adults – a national cohort study	Berg, Rostila e Hjern (2016).
	Problemas internalizantes em adolescentes em até 2 anos após o luto	Mental health of adolescents before and after the death of a parent or sibling	Stikkelbroek, Bodden, Reitz, Vollebergh e van Baar (2016).
	Maiores chances de ser diagnosticado com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH)	Effects of Family Structure on Mental Health of Children: A Preliminary Study	Behere, Basnet e Campbell (2017).
Negligência Emocional e Física	Maiores índices de depressão, Transtorno de Estresse Pós-Traumático; uso de substâncias ilícitas e cigarro	The distal consequences of physical and emotional neglect in emerging adults: A person-centered, multi-wave, longitudinal study	Cohen, Menon, Shorey e Temple (2017)
	Déficit no comportamento prosocial de meninos	Child Neglect and the Development of Externalizing Behavior Problems Associations with Maternal Drug Dependence and Neighborhood Crime	Ngai, Xie, Ng e Ngai (2018)
	Maior vulnerabilidade para o abuso sexual	Child Neglect and the Broader Context of Child Victimization	Turner, Vanderminden, Finkelhor e Hamby (2019)
	Déficits na comunicação e confiança; isolamento	Effect of parental negligence on mobile phone dependency among vulnerable social groups: Mediating effect of peer attachment.	Lim e You (2019)

**Figura 2.** Quadro demonstrativo de estudos empíricos sobre as consequências isoladas de EAI (Continua).

(Continuação)

Violência Moral ou Bullying	Depressão e ansiedade como efeitos a curto prazo	Quasi-Experimental Evidence on Short- and Long-Term Consequences of Bullying Victimization: A Meta-Analysis	Schoeler, Duncan, Cecil, Ploubidis e Pingault (2018)
	Maior consumo de substâncias legais (álcool e cigarro)	Examining the Long-Term Consequences of Bullying on Adult Substance Use	Quinn e Stewart (2018)
	Desordens internalizantes; fobia; ansiedade de separação; depressão	Bullying involvement and self-reported mental health in elementary school children across Europe	Husky, Delbasty, Bitfoi, Carta, Goelitz, Koç e Kovess-Masféty (2020)
	Diminuição do bem-estar percebido; piores médias escolares	Violência entre pares, clima escolar e contextos de desenvolvimento: suas implicações no bem-estar	Alcantara, González-Carrasco, Montserrat Casas, Viñas-Poch e Abreu (2020)
Violência Comunitária e Coletiva	Uso de substâncias, tornar-se agressor; comportamento suicida	Risk Factors for and Behavioral Consequences of Direct Versus Indirect Exposure to Violence	Zimmerman e Posick (2016)
	Mudanças em níveis de depressão no decorrer do tempo; comportamento agressivo	Examining a Dual-Process Model of Desensitization and Hypersensitization to Community Violence in African American Male Adolescents	Gaylord-Harden, Bai e Simic (2017)
	Auto avaliação negativa do estado de saúde	Exposição à violência comunitária e familiar e autoavaliação de saúde na população brasileira	Andrade, Azeredo e Peres (2020)
	Problemas na saúde mental	Exposure to community violence and Children's mental Health: A quasi-experimental examination	Cuarteras e Leventhal (2020)

**Figura 2.** Quadro demonstrativo de estudos empíricos sobre as consequências isoladas de EAI.

Esses estudos demonstram que, isoladamente, as EAI podem exercer um impacto significativo em diversos domínios do desenvolvimento de crianças, adolescentes e suas famílias. Esse tipo de investigação é importante porque permite mapear tendências de medidas de desfecho direcionadas especificamente a cada uma dessas experiências.

No entanto, em contraposição à investigação do seu efeito isolado, destaca-se o efeito multicausal, onde cada EAI vivenciada aumenta exponencialmente o risco de manifestações físicas e emocionais negativas no decorrer dos próximos anos, denominado *efeito dose-resposta*. O construto das EAI e o instrumento ACE-IQ Test permitem apontar o ACE-Score, o parâmetro resultante da somatória destas experiências. Esta medida é importante porque o

acúmulo de estresse contido na vivência continuada de diferentes tipos de EAI pode exercer impacto ainda pouco conhecido sobre o comportamento futuro de crianças e adolescentes, na medida em que apresentam invariavelmente uma trajetória de vitimização.

Assim, de acordo com esse parâmetro, quanto maior o número de EAI vivenciadas durante os primeiros 18 anos de vida, maiores as possibilidades de ocorrerem desfechos prejudiciais ao desenvolvimento (Clarkson, 2014). O processo pelo qual estas experiências desencadeiam tal desfecho negativo ainda não é muito claro, mas os pesquisadores da área teorizam que, além de efeitos mediadores como predisposições genéticas e características de disposição pessoais, o engajamento em comportamentos de risco pode funcionar como mecanismo de *coping* ao contexto adverso vivenciado, como por exemplo, quando adolescentes expostos a altos níveis de adversidade engajam-se no comportamento de consumo abusivo de álcool, ficando ainda mais vulneráveis a disfunções físicas e psicológicas (Felitti et al., 1998; Anda et al., 2010).

Estudos correlatos que investigaram o efeito das EAI sobre o risco de suicídio, saúde mental em adultos e tabagismo na adolescência e na vida adulta foram sendo desenvolvidos nos anos posteriores (Edward, Holden, Felitti & Anda, 2003; Kassel, Stroud & Paronis, 2003) ao passo que, mais de uma década depois, em 2009, a OMS, em conjunto com a *National Center for Chronic Disease Prevention and Health Promotion* (CDC) reuniram-se para avaliar as consequências das EAI para a saúde pública, tendo sido publicado o primeiro Relatório Global sobre EAI (Organização Mundial da Saúde, 2009). O objetivo desta parceria era apresentar uma proposta de integração entre os métodos de análise de dados e conhecimentos sobre maus tratos à criança e os de estressores traumáticos, a partir da validação de um instrumento de rastreio de EAI. Neste relatório, foi apresentada a proposta de realizar a internacionalização do instrumento, como forma de permitir a realização de pesquisas transculturais, favorecendo a verificação de medidas de resultado mais amplas não apenas relacionadas à área da saúde, mas

também referentes a prejuízos educacionais, econômicos, ao envolvimento em comportamento criminal e antissocial, dentre outros (Organização Mundial da Saúde, 2009).

Dessa forma, no segundo relatório global sobre EAI, publicado em 2011, a OMS recomenda a inserção de mais seis categorias de EAI, incluindo variáveis sociais que contemplem as condições vivenciadas em países subdesenvolvidos e demais adversidades comumente vivenciadas por crianças e adolescentes de todo o mundo, quais sejam: orfandade ou divórcio e separação dos pais, negligência emocional e física, violência entre pares ou *bullying*, violência comunitária e violência coletiva (Cronholm, Forke, Wade, Bair-Merritt, Davis, Harkins-Schwarz & Fein, 2015; Silva, 2017).

O questionário de EAI em sua versão internacionalizada foi denominado *Adverse Childhood Experiences International Questionnaire (ACE-IQ)* (Anexo A) sendo então publicado e disponibilizado gratuitamente através do *website* da OMS no ano de 2011 e sua aplicação incentivada em pesquisas relacionadas à saúde pública, em especial a partir do referido ano. Assim, a versão internacional publicada pela OMS para o instrumento contém, além de um questionário sociodemográfico anterior e uma seção para a investigação do casamento forçado/precoce, 13 domínios que se desdobram em 31 questões, distribuídas entre experiências vivenciadas diretamente pela criança e aquelas experimentadas indiretamente em seu contexto familiar. O ACE-IQ encontra-se em fase de validação de sua consistência interna e replicabilidade em diversos países de múltiplas configurações culturais e sociais como Nigéria (Oladeji Makanjuola & Gureje, 2010), Índia (Santoro; Suchday & Benkhokha, 2016) e China (Ho, Chan, Chien, Bressington & Karatzias, 2019).

Estudos mais recentes (Ratliff, Morris & Hays-Grudo, 2020; Merrick, Ford, Ports & Guinn, 2018) argumentam que o mecanismo pelo qual as EAI influenciam a saúde e o bem-estar no decorrer da trajetória de vida individual pode ser explicado por uma estrutura de pirâmide, onde problemas geracionais e históricos na família, somados a condições sociais

precárias estariam na base. Estes fatores poderiam facilitar a ocorrência de EAI e desencadear rupturas neurodesenvolvimentais, potencialmente causadoras de dificuldades sociais, emocionais e cognitivas. Tais dificuldades levariam estes indivíduos a adotar comportamentos de risco que poderiam resultar no desenvolvimento de doenças e inabilidades sociais, desencadeando como produto final no topo desta pirâmide, a morte precoce.

As medidas de desfecho, ou seja, as consequências das EAI, são habitualmente mais acessadas por estudos retrospectivos conduzidos com participantes situados na idade adulta que por investigações mais contingentes aos seus efeitos atuais em crianças e jovens (Burke, Hellman, Weems & Carrion, 2011; Merrick, Ford, Ports & Guinn, 2018). No entanto, em ambas as amostras, tornam-se cada vez mais exploradas as consequências neurobiológicas da exposição prolongada à adversidade, cujo efeito é potencializado pela temporalidade em que os organismos são expostos a estas experiências, uma vez que a plasticidade cerebral característica das etapas de desenvolvimento iniciais introduz uma maior suscetibilidade às influências do ambiente. (Bicky & Nelson, 2016; Belsky & Pluess, 2009).

Nestes chamados períodos sensíveis do desenvolvimento neurológico, a maleabilidade de vias neuronais, somada a predisposições genéticas individuais, permitem alterações no desenvolvimento de estruturas como amígdala, hipocampo e córtex pré-frontal (Zuo et al., 2018). Estas alterações são potencialmente comprometedoras em relação às respostas imunológicas e endócrinas produzidas pelo corpo, tornando este indivíduo vulnerável ao desenvolvimento de patologias diversas e de mecanismos disfuncionais para lidar com situações de estresse (Hughes, Lowey, Quigg & Bellis, 2016; Shonkoff et al., 2012). Como exemplo destas implicações neurológicas, o estudo de Becerra-Garcia (2014) realizado com 40 ofensores sexuais identificou que a experiência de abuso físico na infância destes homens esteve associada a um nível significativo de comprometimento nas habilidades cognitivas e psicomotoras apresentadas na idade adulta.

A gravidade e extensão dos efeitos das EAI no desenvolvimento humano têm conduzido um número significativo de pesquisas que exploram os mais diversos desfechos. Estudos que associam a exposição à adversidade precoce ao engajamento em comportamentos de violência, agressividade e ao envolvimento com a criminalidade, especialmente na população mais jovem, têm sido realizados por Fox, Perez, Cass, Baglivio e Epps (2015), Pinto, Fernandes, Mesquita e Maia (2015), Duke, Pettingell, McMorris e Borowsky (2010); Baglivio, Wolff, Piquero e Epps (2015) e Barra, Bessler, Landolt e Aebi (2017). Algumas destas pesquisas sugerem que o *ACE Score* obtido a partir do instrumento *ACE-IQ* pode ser utilizado de forma prospectiva, para identificar tanto o risco de jovens já envolvidos com o sistema de justiça de reincidirem e intensificarem os seus atos violentos, quanto de prever a ocorrência do desfecho violento antes que ele ocorra.

Os resultados do estudo de McKillop et al. (2018), que comparou grupos de adultos e adolescentes AASCA, demonstraram que adultos passaram por mais experiências de abuso sexual na infância em comparação aos adolescentes, ao passo que estes últimos apresentaram um maior número de EAI não sexuais, atingindo um percentual significativo de histórico precoce com o sistema de justiça, anterior ao cometimento da agressão sexual, quando comparados a amostra de adultos.

Em um estudo que investigou as EAI presentes na vida de AASCA adultos do sexo masculino, Levenson, Willis e Prescott (2014) identificaram que homens que cometeram abuso sexual sofreram três vezes mais abusos sexuais, duas vezes mais abusos físicos e treze vezes mais abusos verbais, apresentando quatro vezes mais chances de terem sofrido negligência emocional quando comparados à população geral. Ainda, um número superior de EAI foi identificado em homens que agrediram vítimas menores de 12 anos se comparados àquele que agrediram vítimas mais velhas. Aproximadamente metade da amostra relatou quatro ou mais EAI co-ocorrentes durante a sua trajetória de vida, combinadas entre maus tratos e disfunções

familiares, resultado que confirma a premissa de estudo anterior publicado por Reavis, Looman, Franco e Rojas (2013), onde apenas 9% dos AASCA pesquisados relataram não ter sofrido nenhum tipo de EAI, assim como o estudo de Drury, Heinrichs, Elbert, Tahja, DeLisi e Caropreso (2017), que investigou dados de 225 ofensores sexuais e encontrou uma alta prevalência dos mais diversos tipos de EAI nesta amostra, embora cada EAI tenha apresentado associação diferenciada com uma variedade de crimes cometidos futuramente.

Estes estudos rastreiam e comprovam a existência e a frequência de EAI na vida de adolescentes, jovens e adultos engajados em comportamentos sexualmente abusivos. No entanto, de acordo com Grady, Levenson e Bolder (2017), estas pesquisas ainda não sistematizaram um modelo teórico explicativo sobre *como* tais experiências contribuem para o desenvolvimento deste tipo de comportamento. Os autores utilizam a Teoria do Apego de Bowlby (1973), a partir da premissa de que padrões de apego inseguro estabelecidos com cuidadores primários na infância seriam forjados no contexto dos abusos e disfunções familiares descritas pelas EAI. Estes padrões provocariam uma ruptura no desenvolvimento emocional da criança e no seu entendimento sobre si, comprometendo tanto a sua capacidade de sentir empatia, como de autorregular-se, o que resultaria em um déficit na constituição das relações interpessoais e no aumento da probabilidade de engajar-se em relações abusivas.

Por fim, foram levantadas algumas limitações do construto, como o fato deste ser baseado em um questionário de auto relato retrospectivo que pode não acessar com precisão os acontecimentos decorridos nos primeiros dezoito anos de vida, a depender da pertinência da construção de memórias, do lapso temporal ou do estado de saúde atual do participante, podendo influenciar na sub ou sobreinclusão da frequência e intensidade dos eventos em favor de terceiros ou em razão da dificuldade de relatar situações experimentadas como adversas, tendendo para o sub relato (Felitti et al., 1998; Rodrigues, 2016). Adicionalmente, ressalta-se ser este um conceito cultural que depende da percepção do indivíduo sobre a experiência vivida,

sendo possível que adultos mais velhos, por exemplo, tenham uma ideia cultural diferenciada das variáveis do instrumento em relação aos adolescentes e jovens, uma vez que podem considerar que certas experiências não são causadoras de dano (Dias, Sales, Hessen & Kleber, 2015).

Embora as limitações para o estudo das EAI devam ser consideradas, é importante ressaltar que a proposta de uma investigação que utilize diferentes métodos de análise pode contribuir para o desenvolvimento de estudos na área, na medida em que uma maior exploração e combinação de diferentes metodologias permite tornar o conhecimento sobre os AASCA mais consistente. Nesse sentido, parece promissora a proposta de identificar a ocorrência, frequência e tipologia de EAI e relaciona-las a fatores referentes ao cometimento da violência e aos contextos de desenvolvimento de AASCA, sendo a adoção de uma perspectiva de desenvolvimento bioecológica recomendada para a condução deste tipo de análise (Souza-Batista, Batista & Lombardi, 2019; Vega-Arce & Núñez-Ulloa, 2018, Shonkoff et al., 2012).

A utilização da perspectiva bioecológica para proceder às análises se justifica, de um lado, pela possibilidade da verificação das possíveis relações entre estas experiências carregadas de adversidade advindas da trajetória de vida destes indivíduos e as condições situacionais do contexto imediato à agressão. A tentativa de relacionar tais fatores imediatos àqueles mais remotos contempla a premissa básica da perspectiva bioecológica, onde a pessoa, como parte essencialmente ativa do núcleo PPCT, acopla de forma progressivamente mais complexa o contexto onde está situada ao seu desenvolvimento físico, psicológico e relacional. Por outro lado, a perspectiva bioecológica do desenvolvimento dispõe de ferramentas teóricas capazes de contribuir para o planejamento de políticas públicas de promoção e prevenção em saúde mais integrativas em relação a jovens e adultos situados em condições ecológicas não ideais, e por isso, potencialmente promotoras de desfechos desenvolvimentais negativos, como o envolvimento em comportamentos sexualmente abusivos.



## **6 Objetivos**

### **6.1 Objetivo geral**

Demonstrar possíveis relações entre experiências adversas na infância (EAI) e fatores pessoais e situacionais na bioecologia do desenvolvimento de autores de agressão sexual de crianças e adolescentes.

### **6.2 Objetivos específicos**

- Descrever o perfil biopsicossocial dos participantes da pesquisa - autores de agressão sexual de crianças e adolescentes.
- Identificar descritores da ocorrência, frequência e tipologia de experiências adversas na infância no relato desses participantes;
- Verificar o *ACE-Score* (versão absoluta) na amostra pesquisada;
- Relacionar a ocorrência, a frequência e a tipologia de experiências adversas na infância de participantes que cometeram esse tipo de agressão sexual a fatores de desenvolvimento pessoais e situacionais;
- Identificar categorias emergentes de experiências adversas na infância no relato dos participantes e sua relação com aspectos da sua trajetória de vida.

## **7 Método**

### **7.1 Delineamento da pesquisa**

Para a realização desta pesquisa, foi utilizado um banco de dados de entrevistas realizadas, entre 2015 e 2016, por membros do GEAV-LED nos Centros de Recuperação do Coqueiro (CRC) e de Castanhal (CRCAST) e na Central de Triagem Metropolitana II (CTMII). O delineamento desta pesquisa é de natureza empírico-descritiva, com caráter retrospectivo e abordagem quanti-qualitativa dos dados. Trata-se de uma investigação baseada na análise do conteúdo de transcrições de entrevistas semiestruturadas realizadas com autores de agressão sexual de crianças e adolescentes, utilizando-se, para tanto, um sistema de categorias baseado no *Adverse Childhood Experiences International Questionnaire (ACE-IQ)* (Anexo A). Estas entrevistas foram realizadas nos anos de 2015 e 2016 por integrantes do Grupo de Estudos de Autores de Violência (GEAV), vinculado ao Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento (LED), a partir do projeto de pesquisa *Autores de Agressão Sexual de Crianças e Adolescentes em Mesorregiões do Estado do Pará: Fatores e Contextos de Desenvolvimento Biopsicossocial*, que contou com apoio financeiro do CNPq.

### **7.2 Contexto da pesquisa**

Para a realização da pesquisa, foi requerida autorização para o acesso a três Unidades Prisionais da Mesorregiões do estado do Pará, localizadas nos municípios de Castanhal, Belém e Ananindeua, que recebem homens acusados em prisão preventiva ou sentenciados por terem cometido crimes de diversas naturezas. Assim, a coleta de dados da pesquisa foi executada nos Centros de Recuperação do Coqueiro (CRC) e de Castanhal (CRCAST) e na Central de Triagem Metropolitana II (CTMII), situados no Estado do Pará e vinculados à Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE), atualmente denominada Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP)

### **7.3 Participantes**

Participaram da coleta previamente realizada 30 (trinta) homens julgados por terem cometido crime sexual contra crianças e adolescentes, o equivalente a estupro de vulnerável. Todos os participantes eram do sexo masculino, pertencentes à faixa etária de 27 a 70 anos na ocasião da entrevista, incluídos em processos que tramitaram e foram julgados em Varas de Crimes contra Crianças e Adolescentes, estando à época da pesquisa cumprindo pena em unidades prisionais localizadas em mesorregiões do Estado do Pará. A partir das informações prestadas, elaborou-se uma tabela com a caracterização geral dos participantes (Apêndice A).

Para seleção dos participantes, os seguintes critérios de inclusão e exclusão foram obedecidos: ser do sexo masculino, estar livre de perturbações psicóticas (antissocial, esquizofrenia, depressão grave, entre outros) e demonstrar ausência de síndrome cerebral orgânica ou qualquer condição médica grave.

### **7.4 Ambiente da coleta**

As entrevistas que basearam este estudo foram realizadas em 2015 e 2016 por membros do GEAV-LED, transcritas, conferidas e armazenadas em um computador pertencente ao LED e utilizado exclusivamente para esta pesquisa. Para a realização das entrevistas foram utilizadas salas de diferentes setores das unidades prisionais. No CRC, foi utilizada uma sala reservada para atendimento pelos defensores públicos, que continha duas mesas e três cadeiras. Já no CTM II, as entrevistas foram realizadas na sala da direção, que possuía duas mesas e cinco cadeiras. No CRCAST, a sala da equipe multiprofissional foi utilizada, contando com duas mesas e duas cadeiras. Os pesquisadores procederam às entrevistas em duplas ou trios e ficaram sozinhos com os participantes entrevistados.

## 7.5 Instrumentos e Materiais

### 7.5.1 Roteiro da entrevista semiestruturada (Apêndice B)

O instrumento utilizado para a coleta dos dados foi o Roteiro de Entrevista Semiestruturada (Apêndice B). Este foi elaborado com o objetivo de descrever e analisar dados relativos à trajetória de vida de AASCA. A primeira versão do roteiro foi desenvolvida por Reis (2016), com base no estudo de Moura (2007). Na primeira versão, o roteiro era composto por três eixos que contemplavam exclusivamente perguntas abertas: o primeiro eixo abordando as relações na infância (18 itens); o segundo eixo indaga sobre as relações na adolescência (20 itens); o terceiro eixo com perguntas (10 itens) que tratam das suas relações na vida adulta

Posteriormente, foi realizada uma adaptação por pesquisadores do GEAV/LED a partir do projeto do CNPq intitulado “*Autores de Agressão Sexual de Crianças e Adolescentes na Mesorregião Metropolitana de Belém: Perfil, Fatores e Contextos de Desenvolvimento Biopsicossocial*”. Nesta adaptação, os três eixos anteriores foram mantidos, sob o título de Entrevista Semiestruturada dos Ciclos de Vida (ESCV), sendo adicionado a eles o Questionário de Caracterização Biopsicológica e Sociofamiliar (QCBS) contendo perguntas com informações sobre: 1) identificação do participante (dezoito itens), 2) caracterização sociofamiliar (treze itens), 3) aspectos relacionados à saúde (vinte e cinco itens), 4) educação (sete itens), 5) situações de violência vivenciadas (cinco itens), 6) sexualidade (vinte e seis itens), e 7) rede de apoio (trinta e três itens). Uma sessão de quarenta e cinco perguntas que questionavam a percepção dos participantes sobre temas como infância, adolescência e violência sexual também foi inserida, intitulada Entrevista Cognitiva.

Assim, por meio das informações que versavam sobre a trajetória de vida dos participantes desta pesquisa, identificaram-se comportamentos individuais, fatores pessoais e contextuais da agressão, além de trazer à tona, direta ou indiretamente, as experiências

percebidas como adversas na infância e adolescência desses autores. Ressalta-se que como infância considera-se o período entre 0 a 18 anos de idade, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), a partir da Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) e com as principais normativas internacionais, embora para a legislação brasileira (Estatuto da Criança e do Adolescente), este período seja dividido em duas fases, sendo crianças as pessoas com até 12 anos de idade incompletos e adolescentes aqueles de 12 a 18 anos de idade (Brasil, 1990).

Para registro das entrevistas (materiais), utilizou-se a gravação em Mp3, por meio de um gravador Sony (IC Record, ICD-PX 240). Estes arquivos de áudio, assim como suas transcrições e checagens, estão sob guarda do GEAV-LED e foram utilizados para as análises propostas neste estudo.

### **7.5.2 *Adverse Childhood Experiences International Questionnaire (ACE-IQ) (Anexo A)***

Trata-se de um instrumento de caráter retrospectivo do tipo rastreio e de auto relato, publicado pela OMS, no ano de 2011, sob responsabilidade *do International ACE Research Network* com o objetivo de analisar os efeitos a longo prazo do trauma infantil sobre comportamentos de risco na vida adulta em países de diferentes realidades sociais e culturais. A versão global do instrumento é adaptada do estudo de Felitti et al. (1998), e contém 13 categorias que se desdobram em 31 questões distribuídas entre experiências vivenciadas diretamente pela criança e aquelas experimentadas indiretamente em seu contexto familiar, além de uma seção para obtenção de dados sociodemográficos e outra para identificar a ocorrência de casamento precoce/forçado. Uma tradução livre do *ACE-IQ* para a língua portuguesa foi realizada e aplicada por Silva (2017) (Anexo B). Em decorrência da similitude com a língua portuguesa empregada no Brasil, esta tradução foi utilizada nesta pesquisa.

As categorias norteadoras dos itens do questionário dividem-se em treze categorias, quais sejam: abuso físico; abuso emocional; abuso sexual; consumo de álcool e drogas por

familiares no lar; encarceramento de membro da família; histórico de doenças mentais na família, violência doméstica; divórcio, separação ou morte de um ou ambos os pais; negligência emocional; negligência física; violência moral ou bullying, violência comunitária e violência coletiva. Esse questionário possibilita calcular o Índice Total de Adversidade, denominado *ACE-Score*, que corresponde ao somatório dos valores obtidos por cada indivíduo nas 13 categorias, podendo variar de zero (quando não há relato de qualquer experiência adversa) a 13 (quando existe o relato de adversidade de todos os tipos).

O cálculo do *ACE-Score* pode ser realizado de duas maneiras: a primeira, onde é avaliada a frequência de itens referentes à relatos de abuso físico, emocional e sexual, negligência e violência doméstica, em uma escala de 0 (nunca) a 4 (muito frequente), enquanto os demais itens são avaliados conforme sua presença ou ausência (sim/não). Uma segunda forma, mais simplificada, é denominada versão binária, onde a avaliação de todas as EAI é realizada por parâmetros de presença e ausência a partir da resposta afirmativa para cada item (Basto-Pereira & Maia, 2019). Neste estudo, utilizou-se a versão binária, uma vez que o ACE-IQ não foi diretamente aplicado neste grupo, mas adaptado para englobar as respostas dos participantes às perguntas contidas em um roteiro de entrevista semiestruturado pré-existente.

O instrumento pretende encontrar possíveis correlações entre as forças de estresse precoce advindas das experiências adversas vividas na infância e comportamentos de risco na vida adulta. A hipótese que justifica esta investigação é a de que a exposição ao estresse prolongado e precoce pode ocasionar danos à saúde, tais como doenças orgânicas crônicas e deficiências no sistema imunológico, assim como comprometer o desenvolvimento das funções cerebrais. Estes danos podem ter como possíveis consequências o comprometimento da capacidade cognitiva, uma maior suscetibilidade a situações de assédio sexual, doenças mentais, violência interpessoal e a fragilização das estruturas de suporte social. Do mesmo modo, podem resultar no desenvolvimento de comportamentos de risco como o abuso de drogas

e álcool e o contágio por infecções sexualmente transmissíveis (IST), o que é capaz de afetar de forma significativa o bem-estar na vida adulta.

Embora a versão original de Felitti et al. (1998) tenha sido traduzida para a língua portuguesa por Silva e Maia (2018) e aplicada em estudos no Brasil (Silva & Mota, 2018; Raffaelli, Santana, de Moraes, Nieto & Koller, 2018; Soares, Howe & Matijasevich, 2016), foram encontrados registros limitados da aplicação direta do *ACE-IQ* em sua versão internacionalizada e mais recente, que tem sido divulgada pela OMS em parceria com o CDC na população residente no país. Desse modo, este objetivo pretende ser alcançado pela *International ACE Research Network*, que reúne esforços e realiza pesquisas nessa direção. Apesar disso, pode-se afirmar que há hoje evidências suficientes da sua validade para uso no Brasil geradas por estudos como os de Rocha, Sudfeld, Leite, Rocha, Machado, Campos e Correia (2020), que buscou verificar a associação entre EAI e resultados desenvolvimentais em crianças no estado do Ceará, além da verificação feita por Reisen, Viana e dos Santos Neto (2019), que apontou maiores chances de adolescentes entre 15 a 19 anos residentes no estado do Espírito Santo, identificados como vítimas e autores de *bullying*, terem sido previamente expostos à EAI.

## **7.6 Procedimentos de coleta**

Para a realização das entrevistas por membros do grupo GEAV/LED, que ocorreu entre 2015 e 2016, solicitou-se previamente autorização de acesso às unidades prisionais, por meio de ofício encaminhado à Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE), atualmente denominada Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Os participantes foram indicados e convocados previamente pelos servidores das unidades prisionais em função da tipologia criminal estupro de vulnerável, sendo a seleção destes participantes realizada de maneira não probabilística e por conveniência.

Realizou-se um encontro com cada um dos participantes para realização das entrevistas previstas. Cada entrevista teve a duração de aproximadamente duas horas e trinta minutos. Inicialmente, foram apresentados os objetivos da pesquisa ao participante e realizada a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) junto ao pesquisador responsável pela entrevista. A estrutura do roteiro de entrevista permitiu ao participante discorrer sobre experiências presentes em sua trajetória de vida, descrevendo vivências durante a infância, adolescência e idade adulta, assim como eventos significativos e problemas recorrentes.

## **7.7 Procedimentos de análise**

As gravações das entrevistas realizadas foram posteriormente transcritas e seu conteúdo revisto por membros do GEAV/LED. Parte das perguntas realizadas nestas entrevistas foi utilizada para compor o perfil biopsicossocial da amostra, o que significa que estas informações foram autodeclaradas. A análise do conteúdo das entrevistas foi realizada tendo como base as categorias temáticas que compõem o *ACE-IQ*. (Anexo A). A correspondência entre as informações requeridas no referido questionário e as perguntas realizadas por meio do *Roteiro de Entrevista Semiestruturada* utilizado para coleta das entrevistas foi demonstrada em um quadro comparativo (Apêndice C), permitindo especificar as seções de perguntas do *Roteiro de entrevista* cujas respostas seriam analisadas para os fins propostos no instrumento *ACE-IQ*.

A definição do sistema categorial exigiu a adaptação das categorias existentes aos objetivos do estudo e incluiu descritores que sinalizam a ocorrência ou não ocorrência de EAI decorridas até os 18 anos completos do AASCA entrevistado. Para esta adaptação, as seções que descrevem os dados sociodemográficos e sobre casamento precoce/forçado não foram utilizadas. Os itens que descrevem as demais categorias foram introduzidos em uma planilha do Microsoft Excel® e quantificados. Para tanto, foram utilizados os seguintes códigos: 1 =



caso se identifique a ocorrência desta EAI na transcrição da entrevista; 0 = caso não tenha sido identificada a sua ocorrência. Os trechos que indicam a presença de uma dada EAI foram então selecionados e inseridos em uma coluna. Ao lado de cada pergunta foi adicionado o trecho que corresponde à experiência adversa identificada e categorizada.

A avaliação que aponta a correspondência entre as categorias contidas no instrumento *ACE-IQ* e as respostas identificadas no relato dos participantes foi realizada por quatro juízes, incluindo a pesquisadora, e seu índice de concordância calculado por meio do *Software SPSS*. Em relação às variáveis dependentes examinadas, o valor de Kappa (K) para os juízes foi superior a 0,61, exceto no Item 1 da EAI abuso físico (uso de objeto para inferir dano físico) e no Item 2, referente à violência doméstica (presenciar uma pessoa da família inferir dano físico a outra da mesma família). Nos itens mencionados, o valor de K foi  $>0,41$  e  $<0,61$ , sendo considerado moderado para avaliação de concordância.

Foi possível obter um nível de concordância de 95,56% entre os juízes, considerando índice de Kappa para cada item  $>0,61$ , indicativo de um nível de concordância substancial entre os avaliadores na totalidade do instrumento. Ressalta-se que a eficácia da avaliação de correspondência entre as categorias de EAI e os trechos das falas dos AASCA nas entrevistas previamente realizadas está condicionada ao nível de concordância entre estes juízes.

Adicionalmente, foram identificados fatores pessoais (idade do autor, escolaridade, religião, estado civil e raça) e situacionais (idade e sexo da vítima, vínculo com a vítima, uso de álcool/drogas no momento da agressão, recorrência e severidade da agressão) que caracterizam os autores de agressão sexual com base em seus relatos contidos nas entrevistas realizadas. O *Software SPSS* foi utilizado para verificar associação entre as variáveis a partir de do Teste Exato de Fisher, considerando  $P \leq 0,05$ . A escolha deste teste teve como justificativa a recomendação de sua aplicação para amostras consideradas pequenas, cujo  $n$  amostral é  $\leq 30$ . Para verificar a magnitude de associação entre as EAI relatadas por AASCA, assim como

comparar as proporções de risco de vivenciar determinada EAI na presença de outra, foi utilizada a razão de Risco Relativo (RR), sendo considerado  $RR > 1,5$  e  $P \leq 0,05$  como condições para uma alteração de risco significativa. A descrição dos resultados derivados destas análises, bem como a discussão proveniente delas, está contida no subtópico intitulado *Perfil biopsicossocial dos participantes; análise de ocorrência, frequência e tipologia de EAI e identificação do ACE-Score*.

Posteriormente, foi preparado o *corpus* para análise de conteúdo das entrevistas a partir do *Software IRAMUTEQ 0.7 alpha 2* (Camargo & Justo, 2013, 2015; Ratinaud, & Marchand, 2012). O *IRAMUTEQ* é uma ferramenta de análise textual ancorado ao programa estatístico *R* e na linguagem *python*. Seu uso possibilita o tratamento estatístico de textos, realizando desde análises simples, como a verificação da frequência de palavras utilizadas, até análises multivariadas, como a análise de similitude e a classificação hierárquica descendente (Camargo & Justo, 2013).

Para a análise de conteúdo textual nesta amostra, considerando a necessidade de extensão do volume textual, optou-se pela construção de um único *corpus*, contendo trechos das entrevistas nos quais os participantes mencionaram a vivência de experiências adversas na infância, segundo definição prevista no *ACE-IQ*. Essa construção foi realizada a fim de verificar as categorias emergentes de EAI no discurso dos participantes, assim como aspectos desenvolvimentais presentes durante estas vivências.

O conteúdo textual contido nesse *corpus* foi submetido primeiramente à Análise de Similitude, a partir da qual identificou-se o nível de relação entre as palavras utilizadas pelos participantes, segmentadas por conjuntos de coocorrência, e o contexto em que foram mencionadas. A descrição dos resultados referentes a esta análise e sua argumentação estão contidas no subtópico *Análise de Similitude do conteúdo das entrevistas com AASCA a partir do Software Iramuteq*.

Finalmente, o *corpus* foi submetido à Classificação Hierárquica Descendente (CHD), o que possibilitou gerar um dendograma com cinco classes de palavras agrupadas a partir deste método. Foram elaboradas tabelas que continham os segmentos de texto considerados para a formação de cada classe, assim como características referentes a agressão cometida e a pontuação absoluta do ACE-Score para cada participante. As figuras e tabelas que contêm estas informações, assim como a sua articulação a elementos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, estão apresentadas no subtópico *Classificação Hierárquica Descendente (CHD) do conteúdo das entrevistas com AASCA a partir do Software Iramuteq*.

## **7.8 Cuidados Éticos**

O projeto de pesquisa foi aprovado segundo o parecer do Núcleo de Medicina Tropical da UFPA (NMT), emitido em 15/05/2014 e registrado no processo de número 650.210 (Anexo C). Os participantes foram esclarecidos sobre os objetivos, procedimentos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como a garantia do sigilo quanto às suas informações pessoais via Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

## 8 Resultados e discussão

A seguir, serão apresentados e discutidos os resultados obtidos a partir da primeira etapa da análise quantitativa dos dados utilizando o *Software* SPSS, referentes a descrição do perfil biopsicossocial dos participantes, identificação da ocorrência, frequência e tipologia de EAI e a associação destes fatores, seguidos dos resultados referentes à segunda etapa de análise quantitativa. Esta última etapa foi realizada a partir do conteúdo das entrevistas cuja análise textual orientou-se pelo *Software* Iramuteq, com identificação de categorias emergentes de EAI no conteúdo relatado pelos participantes e a relação destes elementos com aspectos da sua trajetória de vida.

*Perfil biopsicossocial dos participantes; análise de ocorrência, frequência e tipologia de EAI e identificação do ACE-Score.*

A caracterização biopsicossocial da população de AASCA realizada a partir dos dados dos participantes deste estudo (n=30) pode ser assim descrita: 80% (n=24) destes possuíam idade superior a 30 anos de idade, uma vez que esta amostra é composta por homens que tinham entre 27 a 70 anos de idade na ocasião da entrevista, e que a idade informada não se refere ao momento da agressão. A média de idade destes participantes é de 40,8 e o desvio padrão de 10,8, revelando uma classificação etária com considerável amplitude. Em relação à escolaridade, 60% (n=18) deles cursaram ensino fundamental incompleto, enquanto 13,33% (n=4) tiveram acesso ao ensino médio completo ou incompleto e apenas um atingiu o ensino superior.

Quanto ao estado civil, nesta amostra, os participantes relataram ser solteiros ou casados/união estável em igual proporção (46,7%, n=14), e 60% (n=18) declararam-se evangélicos. Em relação à cor da pele, os autodeclarados pardos somaram 63,3% da amostra (n=19), enquanto 16,7% (n=5) e 13,33% (n=4) se consideravam, respectivamente, brancos e

pretos. No entanto, ao agrupar estas variáveis e considerar a classificação Brancos em comparação à categoria Não Brancos, a segunda está representada por 76,66% dos entrevistados (n=23), e, portanto, prevalece na amostra, como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1  
**Distribuição de frequência de fatores pessoais de AASCA**

<b>Fatores Pessoais</b>	<b>% (n=30)</b>
<b>Idade</b>	
≤ 30	6 (20,00%)
> 30	24 (80,00%)
$\bar{x}$	40,8
<b>Escolaridade</b>	
Analfabeto	1 (3,33%)
Ensino Fundamental Incompleto	18 (60,00%)
Ensino Fundamental Completo	2 (6,67%)
Ensino Médio Incompleto	4 (13,33%)
Ensino Médio Completo	4 (13,33%)
Ensino Superior Incompleto	1 (3,33%)
<b>Religião</b>	
Evangélico	18 (60,00%)
Católico	8 (26,70%)
S.I	4 (13,3%)
<b>Estado Civil</b>	
Casado ou união estável	14 (46,7%)
Solteiro	14 (46,7%)
S.I	2 (6,7%)
<b>Raça</b>	
Preto	4 (13,33%)
Pardo	19 (63,3%)
Branco	5 (16,7%)
S.I	2 (6,7%)

\*Nota: S.I = sem informação

Em relação às características pessoais, foi possível notar que o perfil de AASCA delineado nesta amostra é composto por homens adultos, não-brancos, com baixa escolaridade e que professam a religião evangélica. Parte destes dados confirmam achados de estudos anteriores com homens que praticaram agressão sexual (Jeglic, Mercado & Levenson, 2012; Pincolini & Hutz, 2014; Titcomb, Goodman-Delahunty & Puisseau, 2012), que apontaram para o mesmo perfil de indivíduos na faixa etária de 30 a 50 anos. Por outro lado, de acordo com

Levenson, Willis e Prescott (2014) e McKillop, Rayment-McHugh e Bojack (2020), o cometimento de uma agressão sexual na idade adulta tende a se constituir enquanto uma ocorrência isolada e inaugural, diferenciando-se, portanto, de AASCA que a praticaram ainda na adolescência, em termos de motivações, antecedentes e comportamento sexual.

Raça e escolaridade são variáveis comumente investigadas como fatores pessoais que podem modular a agressão sexual (Moura, 2019; Schaaf et al., 2016). Diversos estudos apontam a baixa escolaridade como característica recorrente nas amostras de AASCA pesquisadas (Grimaldi, Costa, Nascimento, Santos, Moerbeck, 2018; Henriques, 2016; Teixeira, Resende & Perissinotto, 2020). No entanto, assume-se que o perfil encontrado também reflete a seletividade penal evidente nas características majoritárias da população carcerária no Brasil, composta em 65,88% por pessoas não-brancas e 45% por pessoas com ensino fundamental incompleto, de acordo com o último Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Departamento Penitenciário Nacional, 2019), referente ao semestre de julho a dezembro do mesmo ano. Dessa forma, torna-se delimitada a amplitude da investigação de perfis diversos de AASCA, uma vez que esta mesma seletividade atinge em maior proporção homens de grupos minoritários, enquanto deixa livres àqueles que, por estarem em posições consideradas superiores na estrutura social, não chegam até o sistema de justiça criminal (Aruzza, Bhattacharya & Fraser, 2019; Costa, Cavalcante & Reis, 2018).

A predominância da religião cristã evangélica nesta população inclui tanto AASCA que relataram terem sido criados nesta crença, como aqueles que foram convertidos durante o cumprimento da pena no contexto do cárcere. Alguns estudos mostram um alto percentual de conversão em ambiente prisional no período de vigência da pena, ocorrendo inclusive de maneira institucional por meio do tratamento penal. Ao mesmo tempo em que este tratamento parece ter função terapêutica e de reabilitação, fornecendo sentido ao medo e insegurança experimentados pelos custodiados, também funciona como forma de controle estatal sobre seu

comportamento, a partir de uma possível redenção e mortificação do Eu anterior ao ingresso no cárcere (Jacob, 2016; Livramento & Rosa, 2016; Nunes, 2017).

Ademais, o percentual de AASCA que se declararam casados e em união estável ou solteiros na ocasião da entrevista manteve-se equiparado. O estudo de Jesus e Moreira (2015), que investigou AASCA em âmbito intra e extrafamiliar, demonstrou que a maior parte daqueles que agrediram alguém dentro da família possuía cônjuges e filhos. O estudo de Costa, Rocha e Cavalcante (2018) identificou 53% dos AASCA intrafamiliares que constavam em 206 processos jurídicos como sendo representados por pais ou padrastos das vítimas. No entanto, é comum que homens em situação de cárcere rompam laços com suas famílias no decorrer do tempo da pena, uma vez que obstáculos sociais, burocráticos e legais são impostos às mulheres de suas famílias, que acabam por sustentar sozinhas o núcleo familiar, além de lidar com as possíveis sequelas e estigmas do aprisionamento, em especial quando se tratam de crimes de maior severidade (Aruzza, Bhattacharya & Fraser, 2019; Junqueira, Souza & Lima, 2015).

Sobre os fatores situacionais, quais sejam, aqueles em estavam em vigor no momento da violência cometida, têm-se que 83,33% das vítimas eram do sexo feminino (n=25), em contraste com 16,37% do sexo masculino (n=5). Adolescentes maiores de 12 anos de idade foram vitimadas em maior proporção, totalizando 53,33% dos casos (n=16), com uma média de 13,6 anos, enquanto crianças de idade menor ou igual a 12 anos se constituíram como vítimas em 43,33% da amostra pesquisada (n=13), com média de 9,4 anos neste grupo. Ao somar-se as duas faixas-etárias, a média de idade foi de 12,51, com desvio padrão de 3,05, como observado na Tabela 2.

Tabela 2

**Distribuição de frequência de fatores situacionais de AASCA**

<b>Fatores Situacionais</b>	<b>% (n=30)</b>
<b>Sexo da vítima</b>	
Masculino	5 (16,70%)
Feminino	25 (83,33%)
<b>Grupo etário da vítima</b>	
Criança ( $\leq 12$ )	13 (43,33%)
Adolescente ( $> 12$ )	16 (53,33%)
S.I	1 (3,3%)
<b>Vínculo</b>	
Intrafamiliar <sup>a</sup>	16 (53,33%)
Extrafamiliar <sup>b</sup>	14 (46,67%)
<b>Severidade</b>	
Hands on <sup>c</sup>	18 (60,00%)
Hands off <sup>d</sup>	5 (16,70%)
S.I	7 (23,3%)
<b>Recorrência</b>	
Sim	11 (36,7%)
Não	14 (46,7%)
S.I	5 (16,7%)
<b>Uso de álcool/drogas</b>	
Sim	11 (36,7%)
Não	15 (50,00%)
S.I	4 (13,3%)

Nota. S.I = sem informação

<sup>a</sup>Intrafamiliares = 7 padrastos; 6 pais; 1 padrinho; 1 tio e 1 avôdrasto

<sup>b</sup>Extrafamiliares = 9 conhecidos; 4 vizinhos; 1 desconhecido

<sup>c</sup>Hands on = agressão sexual com penetração e/ou coerção severa

<sup>d</sup>Hands off = agressão sexual sem o uso de força e sem penetração

Esses dados confirmam uma tendência geral encontrada em estudos de fontes e localidades diversas acerca do perfil da violência sexual direcionada a crianças e adolescentes, onde meninas no início da adolescência figuram como maiores vítimas, a exemplo da pesquisa realizada em Feira de Santana – Bahia a partir de dados do Instituto Médico Legal do município (Rosario, Marques, Costa & Silva, 2018); do estudo epidemiológico que analisou dados do Sistema de Informação de Agravos e Notificação na capital do Mato Grosso, Cuiabá (Talon, 2018); e ainda de acordo com o Relatório Nacional do Disque 100 Direitos Humanos, que apontou que 87% das denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil



realizadas por este canal, em 2019, foram referentes à vítimas do sexo feminino, com maior incidência da faixa etária de 12 a 17 anos (Brasil, 2020).

Dessa forma, é possível afirmar a existência de uma maior vulnerabilidade entre meninas na faixa etária que marca o ingresso na puberdade. Esta característica parece estar correlacionada tanto ao fenômeno social da objetificação do corpo feminino em desenvolvimento, quanto ao processo de socialização masculina derivada do sistema patriarcal, que engendra ideias de sexualidade ligada à dominação, como elucidado por Campos et al. (2017), Libório e Castro (2010) e Lavoratti e Silvestre (2013). No entanto, é preciso afirmar que meninos também são vítimas de violência sexual, apresentando maior vulnerabilidade em uma faixa etária inferior às meninas, como no estudo de Pelisoli, Pires, Almeida e Dell'aglio (2010), publicado na região sul do Brasil, que identificou como mais vulneráveis meninos de idade inferior aos 12 anos, assim como na pesquisa de Veloso (2015), realizada no município de Belém-Pará, onde a faixa etária de risco em relação à agressão sexual para meninos foi de 6 a 9 anos de idade.

A agressão sexual foi perpetrada com maior frequência, embora não estatisticamente significativa, por pessoas que constituíam algum tipo de vínculo familiar com a vítima, representando 53,33% dos casos analisados (n=16). Entre elas, prevalecem padrastos e pais, aparecendo em 43,75% (n=7) e 37,5% (n=6) dos casos neste grupo respectivamente, e padrinho, tio e avôdrasto, representado pelo marido da avó, somando uma ocorrência de cada. Por outro lado, a agressão ocorreu em âmbito extrafamiliar em 46,67% (n=14) das situações analisadas, figurando entre estes conhecidos, que concentram 64,29% das ocorrências neste grupo (n=9), seguido de vizinhos (n=4) e desconhecido (n=1).

Estes resultados confirmam os achados de outros estudos, como o de Soares, Silva, Matos, Araújo, Silva e Lago (2016), que analisou 700 prontuários registrados no Serviço de Atendimento à Mulher Vítima de Violência Sexual (SAMVVIS), no período de 2004 a 2014, e

revelou que em 86% dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, o autor da agressão possuía vínculo familiar com a vítima, com expressiva predominância de pais e padrastos. Os estudos de Silva e Gonçalves (2019) que analisaram 173 casos de violência registrado em um conselho tutelar da Baixada Fluminense/ Rio de Janeiro e de Talon (2018), que identificou 195 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes menores de 14 anos no município de Cuiabá – Mato Grosso a partir do SINAN também revelou pais e padrastos como principais autores da agressão.

Por outro lado, o estudo de Baía, Veloso, Habigzang, Dell’Aglío e Magalhães (2015) que comparou o abuso sexual em dois estados, na região sul e norte do Brasil, identificou uma maior prevalência de casos intrafamiliares no estado do Rio Grande do Sul, enquanto que no estado do Pará, os abusos extrafamiliares foram mais notificados, assim como no estudo de Costa, Reis e Cavalcante (2018) que analisou 206 processos de uma vara especializada em crimes contra crianças e adolescentes no município de Belém entre 2012 e 2014. Uma hipótese é a de que a maior proporção de abusos extrafamiliares neste contexto constitua uma possível característica da região norte do Brasil, onde o envolvimento sexual entre adolescentes e homens mais velhos, em especial na zona rural, costuma ser mais naturalizada (Taylor, Lauro, Segundo & Greene, 2015). De todo modo, fica evidente que os abusos ocorrem majoritariamente no âmbito relacional da vítima, onde os autores da agressão, quando não pertencem à família, são conhecidos e frequentam seus locais de convivência (Loinaz, Bigas & Souza, 2019).

Sobre a gravidade de agressão, 60% (n=18) dos AASCA entrevistados cometeram uma violência de maior severidade, aqui definida quando há o uso da força ou coerção severa no momento agressão e/ou a ocorrência de comportamento sexual penetrativo, não necessariamente co-ocorrentes. A penetração esteve presente na maior parte dos casos neste grupo (40%; n=12), assim como estratégias de persuasão que não envolveram força ou coerção

severa (46,67%; n=14), como por exemplo, subornos, barganha e comportamentos de sedução e aproximação gradativa. É importante destacar que em 23,3% (n=7) dos casos, não foi possível definir o comportamento sexual e a estratégia de aproximação do AASCA, uma vez que, nestes casos, os autores não admitem a agressão e o relato não deixa claro se a agressão sexual ocorreu com menor ou maior severidade.

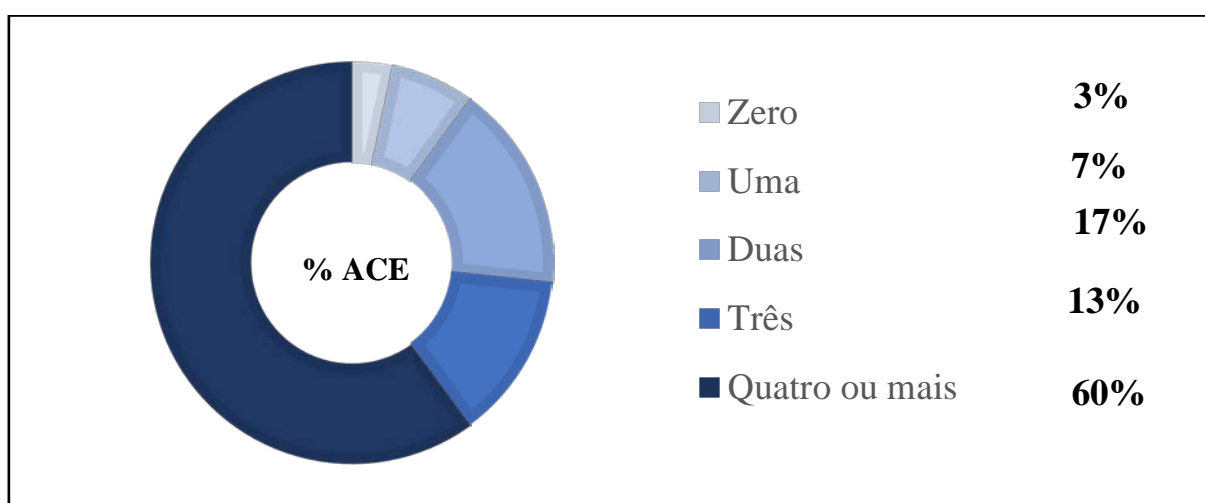
Estes dados confirmam, em parte, estudos anteriores, onde é mais comum que AASCA adultos utilizem estratégias que não incluam coerção, uma vez que estes estão em posição de poder geracional e possuem recursos cognitivos mais complexos para atuar no convencimento da vítima, como observado no estudo de McKillop et al. (2018) que comparou dados de 166 AASCA adultos e 212 adolescentes na Austrália. Por outro lado, ao contrário do encontrado na presente amostra, outros estudos (Reis, 2016; Russel, 1983) indicam que AASCA adultos tendem a engajar-se em menor proporção em comportamentos sexuais de penetração no momento da agressão.

Finalmente, em 36,7% (n=11) das vezes essa violência se deu de forma recorrente, acontecendo ao menos mais de duas vezes; e nesta mesma proporção, AASCA encontravam-se sob efeito de álcool e/ou drogas no momento da agressão. O estudo de Lussier, Bouchard e Beauregard (2011), demonstrou que, em especial em contexto intrafamiliar, os abusos tendem a ser mais duradouros e repetitivos, sendo por vezes mesclados com outras formas de abuso em uma situação já em curso (Reis, 2016). Dentro desta configuração, a criança pode ter dificuldades em verbalizar o abuso a terceiros, fator que pode desencadear consequências ainda mais severas para os envolvidos (Martins & Jorge, 2010).

Ainda que o uso de álcool seja considerado como fator de risco para a agressão sexual, tendo em vista a menor capacidade de controlar o próprio comportamento a partir do uso dessas substâncias, além da sua associação a estados emocionais negativos em amostras de AASCA compostas por adultos (Marini et al., 2013; Habigzang, Koller, Azevedo & Machado, 2005;

McKillop et al., 2018), alguns estudos apontam um menor percentual deste uso em situações de agressão sexual de crianças e adolescentes em contraste à violência física, onde este uso parece estar mais associado (Brandão, Martins & Marques, 2019; Barboza, 2017). Reis (2016) também sinaliza a possibilidade de uma possível não responsabilização pelo ato sexual e atribuição da culpa pelo ocorrido a eventos externos ao AASCA, como o consumo de bebidas alcoólicas.

A Figura 3 demonstra a distribuição de *ACE-Score*, ou índice de adversidade na infância, calculado em sua versão absoluta pelo somatório de vezes que cada EAI esteve presente no relato de AASCA. Mais da metade deste grupo (60%, n=18) pontuou quatro ou mais EAI, sendo a média neste recorte equivalente a 5,94 ( $M_d= 5,5$ ;  $dp= 1,86$ ). A média de *ACE-Score* na totalidade da amostra foi igual a 4,36 ( $M_d= 4$ ;  $dp= 2,45$ ). Enquanto 17% (n=5) e 13% (n=4) dos entrevistados obtiveram *ACE-Score* igual a 2 e 3, respectivamente, somente 7% (n=2) dos AASCA pontuaram apenas uma EAI. A partir da soma destas porcentagens, depreende-se que 96,67% (n=29) dos indivíduos pesquisados relataram ter vivenciado ao menos uma categoria de EAI, enquanto apenas um (3%) relatou não ter vivido nenhuma delas.



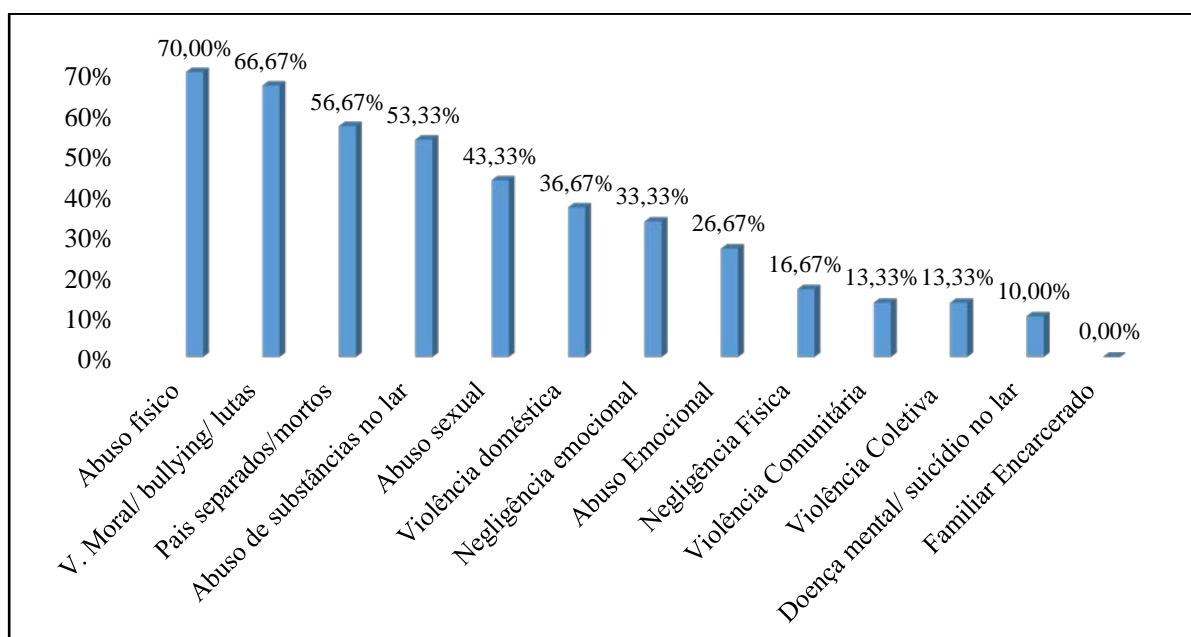
**Figura 3.** Distribuição de ACE-score na amostra de AASCA

Estes resultados demonstram a ocorrência de múltiplas EAI na trajetória de AASCA, sugerindo um acúmulo de desafios que se interpõem em seus principais contextos de desenvolvimento. O estudo de Reavis et al. (2013) identificou resultados similares, apontando quase metade dos AASCA investigados como detentores de um *ACE-Score* de 4 ou mais EAI coocorrente, sendo que neste mesmo estudo, a comparação com o grupo controle demonstrou que AASCA teriam quatro vezes mais chances de apresentar escores mais altos em relação a homens não pertencentes a essa amostra. O Estudo de Levenson, Willis e Prescott (2014) também identificou baixo índice de AASCA que declararam não ter vivenciado nenhuma EAI e níveis mais altos de *ACE-Score* em aproximadamente metade da amostra de AASCA, com uma média total de 3,5, inferior à encontrada neste estudo.

É possível levantar a hipótese de que a precariedade de serviços e dificuldade de acesso a políticas públicas em educação, saúde e saneamento básico vivenciados em especial na região norte do Brasil possa atuar como uma variável contextual com potencial de elevar a média de EAI vivenciada por estes homens, uma vez que esta condição pode favorecer a ocorrência de outros fatores de risco comumente associados a desfechos negativos no desenvolvimento, tais como extensão familiar, idade da mãe no momento do nascimento, condições de habitação insalubres, trabalho infantil, prostituição e consumo precoce de álcool e drogas. Estes elementos, entendidos como condições de origem geracional e social, estão base da pirâmide que explica o mecanismo pelo qual as EAI impactam a trajetória de vida (Merrick et al., 2018), demonstrando que as consequências da exposição à adversidade na infância estão associadas não somente a probabilidade de tornar-se vítima ao longo da vida, como também de percorrer caminhos permeados por comportamentos de risco e criminalidade (Matos, 2019).

Na análise da prevalência dos subtipos de EAI, a Figura 4 revela o abuso físico como EAI mais frequente, estando presente no relato de 70% (n=21) dos AASCA, seguida pela violência moral ou *bullying*, que inclui o envolvimento em lutas físicas (63,67%, n=20), morte

e/ou separação dos pais (56,67%, n=17) e consumo de álcool e drogas por familiares no contexto do lar (53,33%, n=16). Estas EAI também estiveram entre as mais prevalentes em amostras de AASCA no estudo de Reavis et al. (2013), Levenson et al. (2014) e Drury et al. (2017), sendo que este último investigou as EAI em amostras de ofensores sexuais, mas não necessariamente de crianças e adolescentes.



**Figura 4.** Prevalência de EAI vivenciadas por AASCA (n=30)

Em relação ao abuso físico, relatado como mais frequente neste grupo amostral, o estudo de Becerra-Garcia (2014) revelou que a sua ocorrência na infância de abusadores sexuais esteve associada a um comprometimento significativo nas habilidades cognitivas, em especial as psicomotoras, de velocidade de processamento de informações e de flexibilidade, indo ao encontro de resultados obtidos pela pesquisa realizada em Portugal, por Da Costa (2018), que demonstrou que AASCA possuíam maiores déficits cognitivos que àqueles que não cometeram tal ato. O estudo de Dumessa, Oliveiros e Coleman (2020) identificou em uma população de 415 jovens de ambos os sexos, associação entre ter sofrido abuso físico na infância e

dificuldades posteriores na regulação emocional. Estes achados confirmam em parte a premissa basilar dos estudos sobre EAI: a de que a vivência destas experiências adversas pode ocasionar rupturas neurodesenvolvimentais, desencadeando potenciais prejuízos sociais, emocionais e cognitivos que favorecem a adoção de comportamentos de risco imediatos e a longo prazo (Ratliff, Morris & Hays-Grudo, 2020).

O abuso sexual, aqui considerado inclusive quando há somente a abordagem para tal ato, esteve presente na trajetória de vida dos AASCA até os seus 18 anos de idade em 43,33% dos casos (n=13). O estudo de Levenson e Socia (2015) também identificou o abuso sexual entre AASCA de ambos os sexos como a quinta EAI mais reportada (38%), atrás apenas de morte ou separação dos pais (54%), abuso verbal (52%), uso de álcool e/ou outras drogas no lar (46%) e abuso físico (42%). Drury, Elbert e DeLisi (2019) também encontraram associação significativa entre o abuso sexual na infância e o cometimento de abuso sexual posterior, mesmo quando variáveis clínicas e criminológicas são controladas. Na população geral, o estudo de Almuneef (2019) realizado com 10.156 indivíduos adultos na Arabia Saudita, identificou que aqueles que haviam sofrido abuso sexual na infância tinham maiores chances de desenvolver uma série de doenças sistêmicas como diabetes, doenças coronarianas e obesidade, assim como depressão, ansiedade e pensamentos suicidas. A pesquisa de Morais, Alexander, Fix e Bukhart (2018) realizado com 498 adolescentes sentenciados por ofensas sexuais, encontrou resultados semelhantes aos descritos pelo estudo anterior, em relação as consequências do abuso sexual na infância para a saúde mental dos participantes.

Por outro lado, Barra, Bessler, Landolt e Aebi (2017) identificaram 15% de uma amostra de 322 jovens AASCA como vítimas de abuso sexual na infância, enquanto o estudo de Baglivio, Epps, Swartz, Huq e Hardt (2014), realizado com jovens ofensores não sexuais de ambos os sexos, identificou baixa porcentagem de meninos que foram abusados sexualmente na infância (7%), ao passo que meninas ofensoras possuíam alto índice desta EAI (31%).

Procurando explicar como e por que o gênero do indivíduo parece modular a chance de que a experiência de abuso sexual na infância possa predizer um risco maior de que vítimas se tornem futuros autores da mesma forma de agressão, Plummer e Cossins (2016) hipotetizam que o abuso sexual e as suas consequências sociais e psicológicas são experimentadas de maneira diferente para meninas e meninos, uma vez que mesclam-se ao processo de desenvolvimento da sexualidade e sua relação com conceitos de masculinidade, além de representarem experiências de poder para o abusador e falta de poder para a vítima.

Nesse sentido, a experiência do abuso sexual para os meninos parece acarretar maiores conflitos em relação à construção de sua própria sexualidade, uma vez que estes abusos costumam ser internalizados como sua primeira experiência sexual. Essa maneira peculiar de dar significado a esta experiência pode ter como consequência não somente a subnotificação, como também a normalização de comportamentos sexuais abusivos (Plummer & Cossins, 2016). É possível que a adoção futura destes mesmos comportamentos possa funcionar como mecanismos de *coping* para amortecer a necessidade de intimidade, afeto, atenção e controle estabelecida pela experiência pregressa do abuso e por possíveis padrões de apego e comunicação deficitária com figuras protetivas na infância (Levenson & Socia, 2015; Yoder, Leibowitz & Peterson, 2016). Assim, meninos abusados poderiam aprender que a sexualidade está ligada a poder e controle, concepção esta que tende a ser culturalmente reforçada (Briggs & Hawkins, 1996).

A violência doméstica, enquanto uma EAI indireta, foi presenciada pelos AASCA em 36,67% da amostra (n=11). Estudo de Matos (2019) identificou a violência doméstica em ofensores não sexuais como a segunda EAI mais reportada (33,3%), atrás apenas no abuso de substâncias por familiares no lar (36,7%). Levenson e Socia (2015) também identificaram associação entre presenciar violência doméstica e maiores riscos de um posterior cometimento de crimes sexuais. O estudo de Callaghan, Alexander, Sixsmith e Fellin (2018) realizado a partir



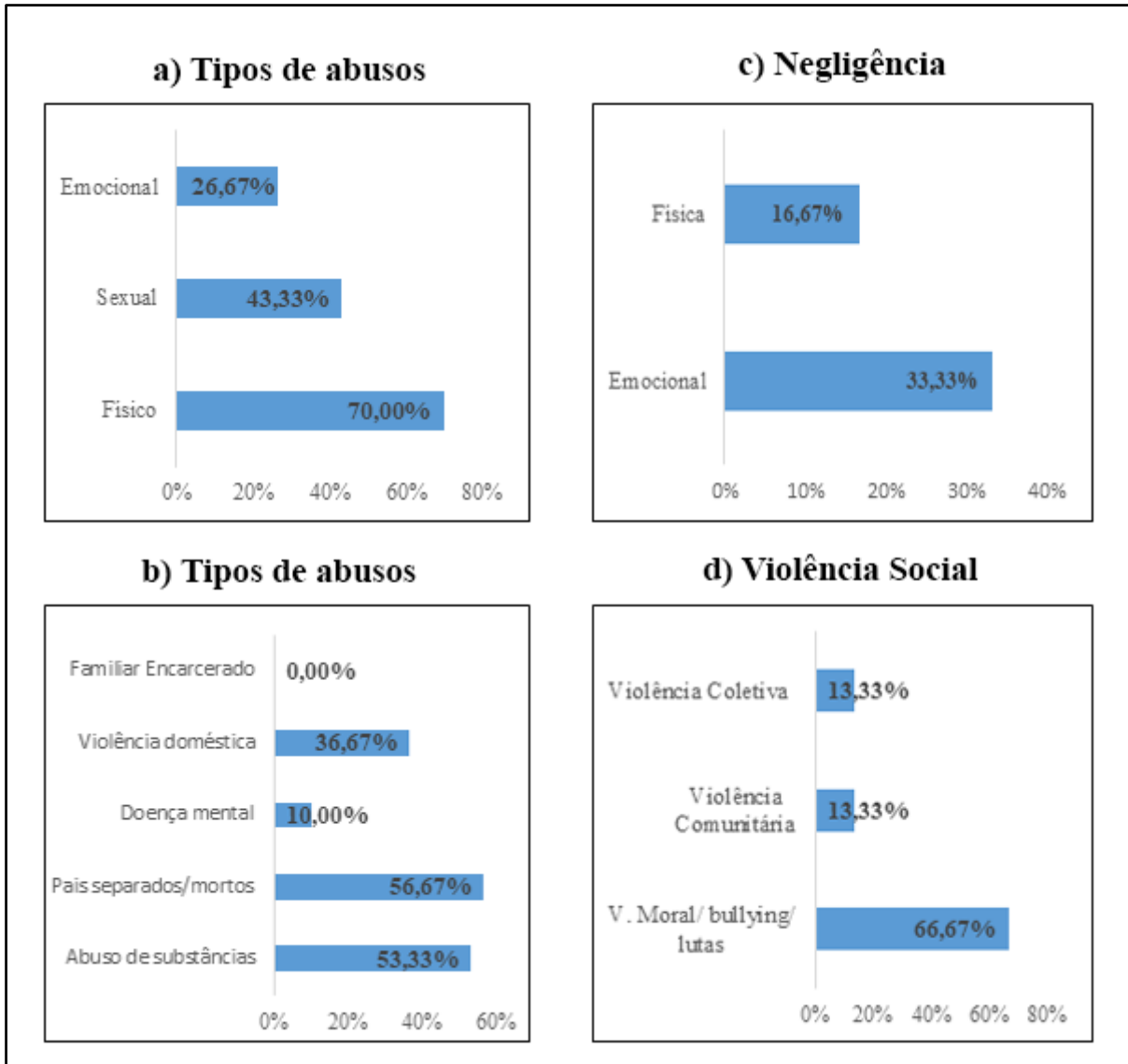
de entrevistas com 21 crianças no Reino Unido encontrou como efeito de curto prazo da violência doméstica, a restrição no uso dos espaços da casa pela criança, a diminuição de confiança em relação aos pais e déficits na autoexpressão verbal. Alguns dos possíveis reflexos a longo prazo ocasionados pela exposição à violência doméstica contra a mulher sobre seus filhos são déficit na demonstração de afeto, envolvimento posterior em relacionamentos violentos, habilidades sociais escassas e sentimento de inferioridade em relação à terceiros (Lima, 2018).

Neste estudo, outras EAI apareceram em porcentagens menores, como a negligência emocional (33,33%, n=10), o abuso emocional (26,63%, n=8), a negligência física (16,67%, n=5), a violência comunitária (13,33%, n=4), a violência coletiva (13,33%, n=4) e a presença de algum membro com doenças mentais e/ou emocionais no convívio familiar (10%, n=3). O encarceramento de membro da família não foi registrado como uma EAI em nenhum dos relatos fornecidos pelos AASCA. É possível que esta ausência tenha se dado pela aplicação indireta do *ACE-IQ* neste estudo, o que pode ter limitado o acesso a informações mais específicas como esta. Por outro lado, o encarceramento de membro da família tem sido discutido na literatura como uma EAI que costuma ser mais reportada por AASCA adolescentes, uma vez que esta é uma EAI mais frequentemente associada a uma variedade de comportamentos criminais e histórico com o sistema de justiça, eventos mais comuns nas trajetórias de vida de AASCA mais jovens (Levenson & Socia, 2015; Mckillop et al., 2018).

Na análise agrupada por tipo de EAI, demonstrada na Figura 5, têm-se que, entre os tipos de abuso, o físico se sobressai, seguido pelo abuso sexual e emocional. No entanto, os resultados encontrados por Reavis et al. (2013), Levenson et al. (2015) e Drury et al. (2017) apontam o abuso emocional com maior prevalência em amostras de AASCA e ofensores não sexuais, ao passo que o abuso físico aparece em menor proporção entre àquelas que são mais frequentes, resultado que difere do aqui obtido. É possível que a diferença na frequência de

relato do abuso físico encontrada entre estudos internacionais e o presente estudo esteja relacionada à uma discrepância cultural na interpretação dos conceitos de abuso físico e abuso emocional. Por deixar marcas visíveis, o que facilita a sua identificação, o abuso físico costuma ser melhor reconhecido, discutido e relatado que o emocional. No entanto, estudos empíricos com amostras extensas como os de Allbaugh, Mack, Culmone, Hosey, Dunn e Kaslow (2018) e de Stone, Amole, Cyranowski e Swartz (2018) encontraram marcadores biológicos que indicam que abuso emocional pode desencadear consequências severas, como aumento de ideias suicidas e déficits na regulação emocional. Entre as EAI que integram a categoria referente a dificuldades vivenciadas no contexto doméstico, a morte e/ou separação dos pais foi a mais relatada pelos AASCA, seguida do abuso de substâncias no contexto do lar e a violência doméstica, como pode ser observado na Figura 5.b.

Este resultado coincide com o obtido a partir do levantamento dos dados sobre prevalência de EAI em 23 estados dos Estados Unidos da América em uma amostra aleatória, realizado por Merrick et al. (2018), onde o divórcio ou separação dos pais e o abuso de substâncias no lar estão entre as dificuldades mais enfrentadas durante a infância nesta categoria. Esse dado sugere que a prevalência destes dois subtipos de EAI na população geral, quando categorizada em domínios que diferenciam tipos de abuso e dificuldades no contexto doméstico, não diverge de forma significativa da prevalência encontrada em AASCA. Isso significa que, em especial a morte ou separação dos pais vivenciadas na infância, pode não ser fortemente preditiva do desfecho aqui analisado, uma vez que se trata de uma experiência cada vez mais comum na trajetória de vida de crianças ocidentalizadas, podendo ser associada a uma maior variedade de reações e tendo menor potencial de ser percebida de forma traumática pela criança que a experimenta (Bartlett & Sacks, 2019).



**Figura 5.** Prevalência de Experiências Adversas na Infância de AASCA de acordo com a sua tipologia

A suposição de que as EAI indiretas que ocorrem em ambiente doméstico são comuns a uma variedade amostral com desfechos diversos é reforçada pelo estudo de Khodabandeh, Khalilzadeh e Hemati (2017) que investigou a relação entre EAI e autoestima em um grupo de autores de agressão física, onde puderam demonstrar que as EAI relacionadas ao ambiente familiar do indivíduo poderiam aumentar o risco de engajamento em comportamento criminal geral, mas não necessariamente em atos envolvendo delitos sexuais. Os estudos de Barbaree e Blanchard (2008) e Levenson e Socia (2015) chegaram à conclusão

semelhante. No entanto, o abuso de substâncias por pais ou familiares no contexto do lar pode ser especialmente danosa a crianças e adolescentes, uma vez que tem o potencial de tornar o processo de construção de identidade mais instável, além de comprometer a capacidade de provisão de cuidado e proteção (Albuquerque, Heimerdinger & Rodrigues, 2016).

Na Figura 5.c, observa-se que a negligência emocional, onde se incluem questões acerca da atenção e cuidado emocional prestados às crianças e adolescentes por seus responsáveis, destaca-se como subcategoria mais comum, seguida da negligência física, entendida como privação intencional de educação e alimentação por parte dos responsáveis em relação às crianças e adolescentes sob seus cuidados. Em pesquisa com 225 autores de agressão sexual, Drury et al. (2017) identificaram a negligência/abandono como EAI mais frequentemente relatada (36%). O estudo de Levenson, Willis e Prescott (2014) apontou que AASCA teriam cerca de quatro vezes mais chances de terem sofrido negligência emocional quando comparados a população geral. O estudo de Barra et al. (2017) encontrou correlação entre ter sofrido negligência na infância e a escolha de vítimas mais novas em amostras de jovens AASCA.

Considerando que os itens que investigam a negligência emocional no ACE-IQ se referem ao acompanhamento das atividades escolares, comunitárias e emocionais de crianças e adolescentes cujos responsáveis são pais e familiares, é razoável considerar que padrões específicos de parentalidade que carecem de confiança e comunicação possam estar presentes em situações consideradas como de negligência emocional. Tais situações podem ter como consequência padrões de apego ansioso e inseguro (Miner, Knight, Berg, Romine & Netland, 2010), capazes de desencadear maiores índices de depressão, Transtorno de Estresse Pós-traumático e uso de substâncias ilícitas no futuro (Cohen, Menon, Shorey & Temple, 2017). De encontro a esta hipótese, o estudo de Yoder, Leibowitz e Peterson (2016), que investigou padrões de apego parental e entre pares em jovens AASCA (n = 335) e autores de infrações

diversas desta (n= 155), identificou maiores déficits nos padrões de relacionamento de mães de AASCA, com baixos níveis de comunicação associados a agressões mais severas e maior número de vítimas.

Dentre as violências que possuem origem social, a violência moral/*bullying* ou violência entre pares apareceu em 66,67% (n=20) da amostra de AASCA, sendo a EAI mais frequente nesta categoria, seguida da violência comunitária e violência coletiva, ambas ocorrendo na trajetória de vida de 13,33% (n=4) dos participantes da pesquisa, como demonstrado na Figura 5.d. Da mesma forma, o estudo de Khodabandeh et al. (2018) encontrou a violência moral ou *bullying* como mais prevalente na amostra de autores de agressão física, revelando uma associação entre esta EAI e padrões de baixa autoestima e comportamento agressivo em adultos. Ao analisarem padrões específicos de EAI em 332 jovens AASCA do sexo masculino, Barra et al. (2017) encontraram um total de 40% da amostra investigada tendo vivenciado abuso emocional entre pares, o que inclui ser ativamente excluído e humilhado em um grupo de colegas; e 18% como vítima de *bullying* físico, definido por ter sido socado, chutado ou ter sido obrigado a fazer algo contra a sua vontade. O estudo de Alcantara, González-Carrasco, Montserrat Casas. Viñas-Poch e Abreu (2020) realizado com 970 estudantes do ensino fundamental de 27 escolas públicas e privadas no Ceará identificou como possíveis consequências da experiência de *bullying* a diminuição do bem-estar percebido e e das médias escolares.

Assim, conclui-se que o isolamento provocado por experiências de *bullying* na infância pode estabelecer uma barreira na construção de relacionamentos íntimos a longo prazo, contribuindo para o desenvolvimento de percepções de insuficiência intra e interpessoal. Esta alteração pode favorecer concepções de que constituir relacionamento íntimo com crianças permitiria reestabelecer estas formas de poder e controle uma vez perdidas em experiências de isolamento e humilhação (Drapeau, Beretta, De Roten, Koerner & Despland, 2008).

As violências coletiva e comunitária, por sua vez, se referem a presenciar em sua vizinhança atos de violência severa, não experimentados necessariamente de forma direta. Os itens subscritos na categoria Violência Comunitária envolvem assistir ou ouvir alguém ser esfaqueado/baleado ou espancado. Nela, os itens se referem a experiências com guerras, crime organizado, conflitos étnicos/políticos e tortura, como por exemplo algum amigo ou familiar ter sido espancado ou morto por policiais ou milicianos. No Brasil, estas duas categorias parecem estar relacionadas, visto que uma série de estudos tratam de experiências categorizadas como coletivas a partir de uma perspectiva voltada para a comunidade e vizinhança.

Nesse sentido, levando em conta o contexto sociocultural brasileiro, os estudos de Pinto e Assis (2013) e De Andrade, Azeredo e Peres (2020), demonstraram haver uma associação significativa entre violência comunitária e violência familiar, sendo frequentemente relatadas de forma correlata. Em contexto internacional, Gaylord-Harden e Simic (2017) analisaram um grupo de 133 jovens afroamericanos, identificando uma associação significativa entre exposição à violência comunitária e comportamento agressivo, assim como Cronholm et al. (2015) identificaram alta prevalência de EAI “convencionais” acontecendo simultaneamente a EAI de origem social, em especial o testemunho de violência comunitária, em uma amostra social e racialmente diversa na Filadélfia. Além disso, Siegel, Estrada, Crockett e Baskin-Sommers (2019) demonstraram que a exposição à violência comunitária foi capaz de moldar a cognição de modo a afetar a percepção sobre atos potencialmente danosos a outros em uma amostra de homens adultos encarcerados, impactando não somente a capacidade de estabelecer confiança nas relações interpessoais, como também a habilidade de transformar as informações acerca de impressões morais anteriormente aprendidas em tomadas de decisão.

Para identificar a existência de similaridades no relato de diferentes tipologias de EAI, foram selecionadas àquelas que apresentaram associações mais frequentes, tendo sido testadas as suas diferenças a partir da medida comparativa Risco Relativo (RR), onde  $RR > 1,5$  e  $P \leq 0,05$

são condições para considerar uma alteração de risco significativa. Neste caso, significa que a exposição a uma determinada EAI poderia funcionar como um fator de risco para experienciar outras adversidades pesquisadas. A Tabela 3 demonstra o Risco Relativo (RR) de AASCA que relataram abuso sexual, também relataram morte e/ou separação dos pais, negligência emocional e violência doméstica.

Tabela 3

**Risco Relativo (RR) de AASCA relatar abuso sexual na presença de relatos de morte e/ou separação dos pais, negligência emocional e violência doméstica**

	Abuso Sexual			RR (IC)	P Valor
	Presente	Ausente	Total		
<b>Morte e/ou separação dos pais</b>					
Presente	11	6	17	4,21 (1,12-15,78)*	0,0099*
Ausente	2	11	13		
Total	13	17	30		
<b>Negligência Emocional</b>					
Presente	8	2	10	3,2 (1,41-7,27)*	0,0067*
Ausente	5	15	20		
Total	13	17	30		
<b>Violência Doméstica</b>					
Presente	6	5	11	1,57 (0,61-4,02)*	0,02875*
Ausente	7	12	19		
Total	13	17	30		

Os dados da Tabela 3 indicam a exposição à morte e/ou separação dos pais na infância como maior fator de risco para o abuso sexual em AASCA nesta amostra (RR= 4,21; p= 0,0099), aumentando a probabilidade de sua ocorrência em 321%. A exposição à negligência emocional (RR= 3,2; p= 0,0067) e à violência doméstica (RR= 1,57; p= 0,02875), também revelaram alterações de risco significativas para o abuso sexual, aumentando o risco de vivenciá-lo em respectivamente 220% e 57%. Assim, isso significa que AASCA que relataram ter vivido abuso sexual na infância, também relataram ocorrências de morte e/ou separação dos pais, negligência emocional e violência doméstica nesta faixa etária.

A Tabela 4 aponta que AASCA que relataram ter vivenciado abuso emocional na infância também reportaram as experiências morte e/ou separação dos pais e abuso físico, de acordo com o teste de Risco Relativo (RR).

Tabela 4

**Risco Relativo (RR) de AASCA relatar abuso emocional na presença de relatos de morte e/ou separação dos pais e abuso físico.**

	Abuso emocional			RR (IC)	P Valor
	Presente	Ausente	Total		
<b>Morte e/ou separação dos pais</b>					
Presente	11	6	17	4,21 (1,12-15,78)*	0,0099*
Ausente	2	11	13		
Total	13	17	30		
<b>Abuso físico</b>					
Presente	8	2	10	3,2 (1,41-7,27)*	0,0067*
Ausente	5	15	20		
Total	13	17	30		

Observa-se que a experiência de morte e/ou separação dos pais na infância quase duplica o risco de vivenciar abuso emocional na trajetória de vida de AASCA nesta amostra (RR= 4,21; p= 0,0099), enquanto que o relato de situações que envolvem abuso físico aumenta em 69% o risco de também relatarem abuso emocional. Os dados apresentados na Tabela 5 indicam que o relato de morte e/ou separação dos pais na infância de AASCA é capaz de quase duplicar o risco de também relatarem experiências de negligência física.

Tabela 5

**Risco Relativo (RR) de AASCA relatar negligência física na presença de relatos de morte e/ou separação dos pais.**

	Negligência Física			RR (IC)	P Valor
	Presente	Ausente	Total		
<b>Morte e/ou separação dos pais</b>					
Presente		5	12	2,08 (1,39-3,13)	0,0497
Ausente		0	13		
Total		5	25		



Estes resultados sugerem que tais experiências tendem a ocorrer de forma simultânea em contextos onde uma variedade de disfunções está presente. O estudo de Turner, Vanderminden, Finkelhor e Hamby (2019), que utilizou dados de 7.852 crianças e adolescentes na faixa etária de 2 a 17 anos identificou que a experiência de negligência física e/ou emocional na infância provocou uma maior vulnerabilidade para o abuso sexual. Estes resultados confirmam a hipótese de que a vivência de abuso sexual na infância raramente se dá de maneira isolada, o que consiste com os achados de Barra et al. (2017), onde nenhum dos relatos de abuso sexual por AASCA ocorreu sem a coexistência com outros subtipos de adversidade. Nesse sentido, torna-se relevante investigar a interação entre EAI e os efeitos da polivitimização sobre o indivíduo em desenvolvimento, uma vez que este efeito multicausal parece exercer um papel mais determinante que seu efeito isolado.

Da mesma forma, o estudo de Levenson, Willis e Prescott (2014) identificou correlação entre todos os subtipos de EAI em AASCA, em especial com a negligência emocional. Estes resultados sugerem que AASCA tiveram suas trajetórias de vida marcadas pela ausência ou ineficácia de pais ou responsáveis como figuras protetivas, capazes de oferecer um ambiente de estabilidade e confiança, o que pode tê-los colocado em risco quanto a exposição a abordagens sexuais inadequadas. Esta inabilidade pode encontrar explicação tanto na ausência factual de pessoas que em tese representariam cuidado e proteção, como no caso da morte ou separação dos pais, situação em que mudanças e instabilidades na configuração familiar acontecem e podem ir ao encontro de apoio social precário na ausência dos responsáveis; quanto na construção de um estilo de parentalidade disfuncional, aprendido e repassado por gerações, onde violência e alienação triunfam sobre o diálogo, comuns em famílias que vivenciam violência doméstica, abuso físico e emocional. Estas características podem tornar o ambiente familiar um terreno fértil para a adoção de comportamentos de risco

imediatos para lidar com dificuldades apresentadas pelo contexto, que a longo prazo, tornam-se adaptativos (Hanson & Morton-Bourgon, 2005).

A Tabela 6 demonstra o agrupamento por *ACE-Score*, que permite identificar dois grupos, onde *ACE-Score*  $\geq 4$  é considerado como parâmetro de superexposição a estas experiências, de acordo com o que é sugerido no manual de uso do instrumento (OMS, 2011) e com o ponto de corte adotado por outros estudos (Levenson, Willis & Prescott, 2015). No primeiro grupo, onde há menor exposição, a média de *Score* é igual a 2 ( $M_d = 2$ ;  $dp = 0,95$ ) e as vítimas agredidas tinham em média 13,45 anos ( $M_d = 14$ ;  $dp = 2,38$ ), enquanto o segundo grupo, de maior exposição, obteve em média *Score* igual a 6 ( $M_d = 6$ ;  $dp = 1,8$ ) e vitimou pessoas com idade de 11,95 anos em média ( $M_d = 12$ ;  $dp = 3,33$ ).

Isso significa que, embora não tenham sido encontradas diferenças estatisticamente significativas nos *ACE-Score* entre os que agrediram crianças ou adolescentes, a média de idade das vítimas nos dois grupos revela uma discreta discrepância, onde AASCA que vivenciaram em média 6 EAI agrediram crianças mais jovens. Por outro lado, observa-se que, independentemente do *ACE-Score*, a média de idade das crianças vitimadas na totalidade da amostra está mais próxima da fronteira entre as duas classificações etárias, demonstrando que mesmo as vítimas mais velhas se encontravam no período de transição da infância para adolescência no momento da agressão.

Para verificar a associação entre as variáveis, foi utilizado o Teste Exato de Fisher, visto tratar-se de uma amostra pequena e de duas categorias, desconsiderando os casos sem informação. Esta análise mostrou existir uma associação significativa entre *ACE-Scores* de AASCA, maior recorrência da agressão ( $p = 0,04$ ) e menor uso de álcool e/ou drogas no momento da agressão ( $p = 0,03$ ), como pode ser observado na Tabela 6.

Tabela 6

**Frequência e associação de variáveis situacionais com o resultado do ACE-Score**

Variável	ACE-Score <4 (n = 12)	ACE-Score ≥ 4 (n = 18)	p-valor
<b>Sexo da vítima</b>			
Masculino	1 (8,3%)	4 (22,8%)	0,62
Feminino	11 (91,7%)	14 (77,8%)	
<b>Grupo etário da vítima</b>			
Criança (≤12)	3 (25%)	10 (55,56%)	0,24
Adolescente (>12)	8 (66,7%)	8 (44,44%)	
S.I	1 (8,3%)	0 (0%)	
$\bar{x}$	13,45	11,95	
<b>Vínculo</b>			
Intrafamiliar <sup>a</sup>	4 (33,33%)	12 (66,70%)	0,13
Extrafamiliar <sup>b</sup>	8 (66,70%)	6 (33,33%)	
<b>Severidade</b>			
Hands on <sup>c</sup>	5 (27,8%)	13 (72,2%)	1,00
Hands off <sup>d</sup>	1 (8,3%)	4 (22,22%)	
S.I	6 (50%)	1 (5,6%)	
<b>Recorrência</b>			
Sim	1 (8,3%)	10 (55,6%)	0,04*
Não	7 (58,3%)	7 (38,9%)	
S.I	4 (33,3%)	1 (5,6%)	
<b>Uso de álcool/drogas</b>			
Sim	6 (50%)	5 (27,8%)	0,03*
Não	2 (16,7%)	13 (72,2%)	
S.I	4 (33,3%)	0 (%)	
$\bar{x}$	2	6	

Nota. S.I = sem informação

<sup>a</sup>Intrafamiliares = 7 padrastos; 6 pais; 1 padrinho; 1 tio e 1 avôdrasto

<sup>b</sup>Extrafamiliares = 9 conhecidos; 4 vizinhos; 1 desconhecido

<sup>c</sup>Hands on = agressão sexual com penetração e/ou coerção severa

<sup>d</sup>Hands off = agressão sexual sem o uso de força e sem penetração

Estes resultados coadunam com os achados de Levenson, Willis e Prescott (2014), onde *Scores* mais altos estiveram associados a agressões mais recorrentes, ainda que, assim como neste estudo, não tenham sido encontradas associações significativas entre ACE-Score e idade ou vínculo com a vítima. Por outro lado, Barra et al. (2017) identificaram *Scores* mais altos relacionados à escolha de crianças como vítimas. De qualquer maneira, *Scores* mais altos parecem estar relacionados a piores resultados comportamentais, de acordo com premissa do efeito dose-resposta advindo dos estudos na área de EAI (Duke et al., 2010).

Nesse sentido, uma hipótese que pode explicar a associação entre a vivência de múltiplas EAI e a recorrência da agressão assume que a combinação de determinadas EAI na

trajetória de vida de AASCA tem o potencial de afetar a percepção sobre suas experiências no mundo, inclusive sobre atos de violência, de forma que passaria a perceber estratégias mais continuadas de agressão como menos graves. Esta hipótese é sustentada por estudos que levam em consideração as distorções cognitivas e esquemas cognitivos mal adaptativos desenvolvidos por AASCA (Reis & Cavalcante, 2019; Wood & Riggs, 2008; Henriques, 2016), nos quais admite-se que experiências prévias de abuso, falta de vinculação e isolamento na infância podem favorecer a aprendizagem de comportamentos socialmente disfuncionais ou inadequados, ativados principalmente em situações de estresse, e expressados em crenças de negação e minimização da agressão sexual, empatia limitada pela vítima e limites sociais deteriorados (Young, Klosko & Weishaar, 2003).

Adotando-se a perspectiva das distorções cognitivas preexistentes, compreende-se que o uso de drogas para encorajar a agressão poderia se fazer ‘menos’ necessário, uma vez que há uma naturalização cognitiva prévia da severidade e reincidência do ato. Além disso, os efeitos neurológicos das EAI, intensamente documentos na literatura (Becerra-García, 2013; Nelson & Durnam, 2020; Shonkoff et al., 2012; Zuo et al., 2019), também contribuem para uma maior suscetibilidade biológica ao desenvolvimento destas disfunções cognitivas, ao passo que tendem a afetar áreas do cérebro como o córtex pré-frontal, responsável por funções executivas, julgamento, tomada de decisão e auto regulação de emoções e comportamento (Funahashi & Andreau, 2013; Vink, Derks, Hoogendam, Hillegers & Kahn, 2014).

A Tabela 7 demonstra quais subtipos de EAI estão associadas a *ACE-Scores* mais altos, ou seja, que experiências estão mais frequentemente presentes na trajetória de vida dos AASCA com múltiplas formas de experiências adversas. A partir do Teste Exato de Fisher, foi possível observar associação significativa entre *ACE-Scores* mais altos e cinco experiências adversas na infância em específico: abuso emocional ( $p = 0,01$ ), abuso sexual ( $p = 0,02$ ), violência doméstica ( $p = 0,01$ ), negligência emocional ( $p = 0,002$ ) e violência moral ou *bullying* ( $p =$

0,004). Entre os AASCA que vivenciaram <4 EAI, morte e separação dos pais e abuso físico apareceram como as mais frequentes.

Tabela 7

**Frequência e associação de Experiências Adversas na Infância de acordo com o ACE-Score de AASCA**

<b>EAI</b>	<b>ACE-Score &lt;4 (n = 12)</b>	<b>ACE-Score ≥ 4 (n = 18)</b>	<b>p-valor</b>
Abuso físico	7 (33,3%)	14 (66,7%)	0,41
Abuso emocional	0 (0,0%)	8 (100,0%)	0,01*
Abuso sexual	2 (15,4%)	11 (84,6%)	0,02*
Álcool/drogas no lar	4 (25,0%)	12 (75,0%)	0,13
Doença mental/suicídio no lar	0 (0,0%)	3 (100,0%)	0,25
Violência doméstica	1 (9,1%)	9 (90,9%)	0,01*
Morte separação dos pais	5 (41,6%)	12 (66,6%)	0,26
Negligência Emocional	0 (0,0%)	9 (100,0%)	0,00*
Negligência Física	1 (20,0%)	4 (80,0%)	0,62
Violência moral ou bullying	4 (20,0%)	16 (80,0%)	0,00*
Violência comunitária	0 (0,0%)	4 (100,0%)	0,13
Violência coletiva	0 (0,0%)	4 (100,0%)	0,13
<b>n</b>	12	18	
$\bar{x}$	2	6	

Com exceção da violência moral/*bullying*, todas as EAI vivenciadas com maior frequência por AASCA com *scores* mais altos nesta amostra estão relacionadas ao âmbito familiar, constituindo-se enquanto formas de abuso ou negligência exercidas por pais e/ou cuidadores. Estes resultados convergem com os achados de Levenson e Socia (2015), onde se demonstrou que experiências de abuso sexual, negligência emocional e violência doméstica na infância foram sugestivas de um alto número de prisões por crimes sexuais, ao passo que experiências de morte ou separação dos pais, uso de substâncias e encarceramento de membro da família estiveram mais associadas à crimes não sexuais e condutas criminais mais gerais. Na mesma direção, o estudo de Kingston, Graham e Knight (2016) identificou o abuso psicológico

exercido pela figura paterna como EAI mais associada ao desenvolvimento de comportamentos hiperssexualizados na vida adulta em ofensores sexuais.

Por outro lado, Teixeira, Resende e Perissinotto (2020) identificaram a experiência de vimitização por pares presente em 76,6% dos AASCA investigados na região Centro-Oeste do Brasil, o que sugere um papel crucial desse subtipo de EAI no desenvolvimento de AASCA, em especial em grupos amostrais brasileiros, onde circunstâncias sociais, econômicas, culturais e pessoais podem agravar a exposição à violência e às consequências danosas advindas dela. Nessa perspectiva, tanto o contexto familiar como a vizinhança e o grupo de pares podem atuar como importantes fatores de risco ou proteção, dependendo das experiências e relações constituídas nestes ambientes, que são capazes de moderar ou agravar os efeitos de vivências adversas potencialmente danosas ao desenvolvimento (DeCamp, Zaykowski & Lunn, 2018).

A relação entre as características da violação sexual cometida e as experiências adversas vivenciadas na infância pode ser melhor observada na análise de cada EAI vivenciada por AASCA de acordo com o vínculo estabelecido com a vítima. O abuso emocional ocorreu em maior proporção para aqueles AASCA que agrediram vítimas dentro da própria família, assim como a violência doméstica. Este grupo vivenciou em média 4,8 EAI ( $M_d = 4,5$ ;  $M_o = 4$ ;  $dp = 2,3$ ). Por outro lado, para pessoas que agrediram sexualmente crianças e adolescentes sem qualquer vínculo de parentesco, onde a média de EAI foi de 4,2 ( $M_d = 3$ ;  $M_o = 2$ ;  $dp = 2,8$ ), a violência comunitária apareceu como mais frequente, embora não tenham sido encontradas correlações estatisticamente significativas entre estas duas variáveis, como pode ser observado na Tabela 8.

Tabela 8

**Experiências Adversas na Infância de AASCA de acordo com o vínculo com a vítima**

<b>EAI</b>	<b>Intrafamiliar (n =16)</b>	<b>Extrafamiliar (n=14)</b>	<b>p-valor</b>
Abuso físico	13 (61,9%)	8 (38,0%)	0,23
Abuso emocional	6 (75,0%)	2 (25,0%)	0,22
Abuso sexual	6 (46,2%)	7 (53,8%)	0,49
Álcool/drogas no lar	8 (50,0%)	8 (50,0%)	0,69
Doença mental/suicídio no lar	2 (66,6%)	1 (33,3%)	1,00
Violência doméstica	8 (72,7%)	2 (27,3%)	0,10
Morte separação dos pais	9 (52,9%)	8 (47,1%)	0,96
Negligência Emocional	6 (60,0%)	4 (40,0%)	0,70
Negligência Física	3 (60,0%)	2 (40,0%)	1,00
Violência moral ou bullying	13 (65,0%)	7 (35,0%)	0,12
Violência comunitária	1 (25,0%)	3 (75,0%)	0,31
Violência coletiva	2 (50,0%)	2 (50,0%)	1,00
<b>n</b>	16 (53,33%)	14 (46,67%)	
<b><math>\bar{x}</math> ACE-Score</b>	4,8	4,2	

Estes resultados parecem sinalizar que AASCA que agrediram vítimas dentro da família em sua maioria viveram EAI também relacionadas ao ambiente familiar, como o abuso emocional e a violência doméstica, sugerindo que experiências adversas que perpassam o contexto do lar teriam maior potencial de modular as percepções desses indivíduos sobre laços familiares constituídos posteriormente, uma vez que atuam no âmbito íntimo e relacional da vítima (Plummer & Cossins, 2016).

O estudo de Burton, Miller & Shill (2002), em uma comparação entre 216 AASCA e 93 ofensores sexuais de adultos, identificaram no primeiro grupo maiores chances de ter vivenciado abuso na infância por alguém da família em relação ao segundo. Dessa forma, ainda que o vínculo pareça desempenhar um papel decisivo em trajetórias que iniciam em vimitização e resultam em cometimento de alguma forma de agressão, a configuração da relação estabelecida e como ela é percebida pela vítima pode ser mais relevante, levando em conta o grau de dependência e controle envolvidos, capazes de tornar ainda mais dúbios os sentimentos

derivados dessa interação, por envolverem proximidade, afeição, medo e contatos sexuais inapropriados (Borowsky, Hogan & Ireland, 1997).

Na Tabela 9, análise semelhante, desta vez em relação ao grupo etário da vítima, revela que, ainda que não se tenham obtido associações estatisticamente significativas entre esta variável e as EAI, a experiência de conviver com alguém da família com alguma doença mental ou que tentou suicídio, assim como a violência comunitária e o abuso emocional ocorreram de maneira mais frequente com AASCA que agrediram crianças de idade inferior ou igual a 12 anos. Neste grupo, a média de *ACE-Score* absoluto foi de 5,4 ( $M_d = 6$ ;  $M_o = 6$ ;  $dp = 2,5$ ). Para AASCA que tiveram como vítimas adolescentes, o consumo/abuso de álcool/drogas no contexto doméstico apareceu como EAI mais frequente, assim como o abuso físico; sendo que este grupo obteve uma média de *ACE-Score* consideravelmente abaixo do primeiro grupo, de 3,8 EAI vivenciadas em sua trajetória de vida ( $M_d = 3,5$ ;  $M_o = 2$ ;  $dp = 2,55$ ).

Tabela 9

**Experiências Adversas na Infância de acordo com o Grupo etário da vítima**

<b>EAI</b>	<b>Criança (n =13)</b>	<b>Adolescente (n =16)</b>	<b>p-valor</b>
Abuso físico	9 (42,9%)	11 (52,4%)	1
Abuso emocional	5 (62,5%)	3 (37,5%)	0,562
Abuso sexual	7 (53,8%)	6 (46,2%)	0,582
Álcool/drogas no lar	5 (31,3%)	11 (68,8%)	0,105
Doença mental/suicídio no lar	3 (100%)	0 (0%)	0,17
Violência doméstica	6 (54,5%)	5 (45,5%)	0,661
Morte separação dos pais	9 (52,9%)	7 (41,2%)	0,276
Negligência Emocional	5 (50%)	5 (50%)	0,811
Negligência Física	3 (60%)	2 (40%)	0,694
Violência moral ou bullying	10 (50%)	10 (50%)	0,231
Violência comunitária	3 (75%)	1 (25%)	0,393
Violência coletiva	2 (50%)	2 (50%)	1
<b>n</b>	13 (43,3%)	16 (53,33%)	
<b><math>\bar{x}</math> ACE-Score</b>	5,4	3,8	



A análise do *ACE-Score* de acordo com o grupo etário da vítima revelou que AASCA que agrediram crianças vivenciaram um maior número de EAI em comparação com os que escolheram adolescentes como vítimas. Este resultado reforça a hipótese de que a vivência combinada de um maior número de EAI prediz resultados mais severos quanto aos comportamentos de risco desenvolvidos a posteriori. Por outro lado, AASCA que agrediram adolescentes vivenciaram com maior frequência o abuso físico e o consumo de álcool e/ou drogas por familiares. Estes resultados sugerem que AASCA que agredem adolescentes possuem uma maior proximidade de um perfil criminal geral, mais comum em adolescentes ofensores, e que é composto por maiores índices de maus tratos físicos e ambiente familiar permeado pelo uso de drogas (Hollist, Hughes & Schaible, 2009; McKillop et al., 2020).

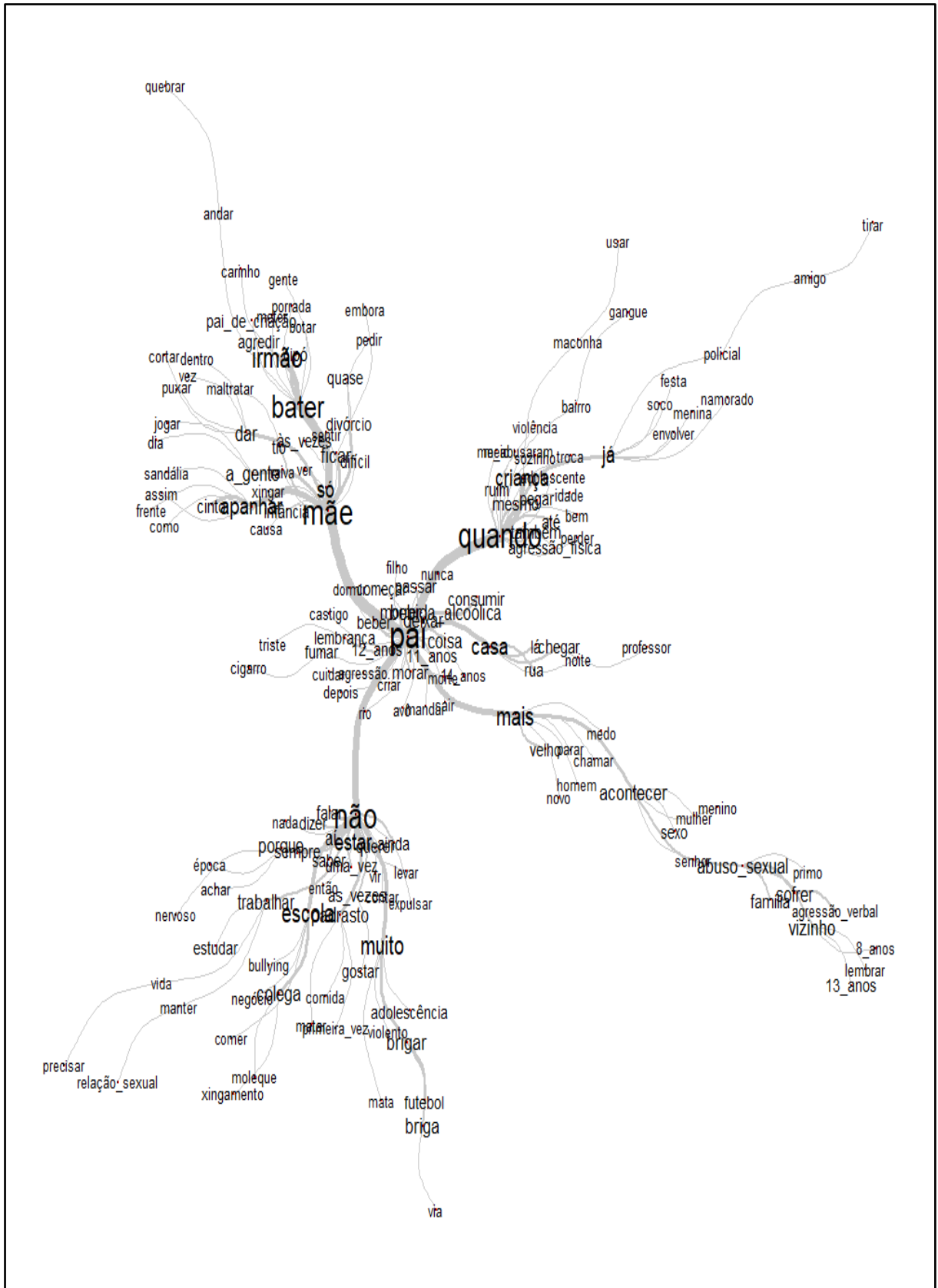
No entanto, DeLisi, Drury & Elbert (2019) alertam para a gravidade das possíveis consequências desta EAI, uma vez que o uso de substâncias por familiares está correlacionado à possibilidade de oferta direta dessas substâncias para as crianças e adolescentes sob seus cuidados. Nestes casos em que a interação entre pais e filhos possibilita um primeiro contato precoce com essas substâncias, os danos derivados desta experiência podem ser intensificados, tendo em vista que podem favorecer um comportamento de dependência posterior.

Outrossim, estudos relatam existir uma forte correlação entre o abuso de substâncias pelos pais e a ocorrência de outros abusos no contexto familiar, em especial o abuso físico (Dube, Anda, Felitti, Edwards & Croft, 2002; Famularo, Kinscherff & Fenton, 1992). Ademais, é possível que a naturalização do consumo de álcool e drogas no contexto familiar e o seu consumo ainda na infância ou adolescência de AASCA possa estimular uma concepção de que é possível consentir com determinadas atividades oferecidas por adultos de confiança, discurso comum nas justificativas de AASCA que escolhem adolescentes como vítimas (Brown, Walker, Gannon, & Keown, 2013; De Freitas, 2015; Gonçalves & Souza, 2015; De Souza, Gusmão, Neto, Guedes & Monteiro, 2019).

*Análise de Similitude do conteúdo das entrevistas com AASCA a partir do Software Iramuteq*

Na segunda etapa de investigação, foi realizada uma análise quanti-qualitativa do conteúdo verbal extraído das entrevistas com os AASCA, utilizando-se o *Software Iramuteq*®. O *corpus* utilizado contém trechos onde a totalidade de AASCA narrava a ocorrência de EAI em sua trajetória de vida. A partir do método da Análise de Similitude, procedimento baseado na Teoria dos Grafos, foi possível observar o nível de relação entre as palavras utilizadas no relato dos AASCA, segmentadas por conjunto, assim como verificar quais apresentam similitudes, tendo em vista o índice de coocorrências entre as palavras e o contexto em que foram mencionadas, resultados estes demonstrados por meio do teste do Qui-Quadrado.

A Figura 6 mostra que há cinco ramificações com palavras nucleares que mais se destacaram na análise textual das entrevistas com os AASCA participantes da pesquisa: mãe, pai, quando, não e mais. Inicialmente, foi possível verificar a forte relação da palavra central ‘mãe’ com as palavras ‘apanhar’, ‘bater’, ‘irmão’, ‘difícil’ e ‘infância’, evidenciando que o abuso físico é uma experiência primariamente ligada à figura materna, como principal agente desta forma de violência nos primeiros anos da infância, hipótese que é confirmada por outros estudos que investigaram o abuso físico de crianças e adolescentes (Moreira & Weber, 2013; Paumgartner et al., 2020; Oliveira, Moraes, Junger & Reichenheim, 2020). Tais estudos também sinalizam uma diferença de gênero no que diz respeito a este tipo de violação, uma vez que meninos parecem estar sob maior risco de vivenciar abusos físicos severos, o que pode indicar a existência de crenças parentais sobre a necessidade de disciplinamento físico tendo como finalidade preparar meninos para a responsabilização e assunção de papéis de um homem adulto (Krug, Dalhberg, Mercy, Zwi & Lozano, 2002).



**Figura 6.** Análise de Similitude temática do relato de Experiências Adversas na Infância de AASCA

Nesse contexto, o abuso físico aparece comumente associado a práticas disciplinares e como uma maneira de educar, responsabilidade que acaba recaindo principalmente sobre a mãe, uma vez que esta costuma passar mais tempo com seus filhos (Nunes & Sales, 2016). Também ligada indiretamente ao tronco ‘mãe’, a palavra ‘carinho’ aparece para expressar a ausência de cuidados maternos presumida pelo AASCA, como uma forma de negligência, o que evidencia que tais cuidados são esperados exclusivamente pela figura materna, sendo o pai desresponsabilizado pela prestação destes mesmos cuidados, ou mesmo não estando presente no núcleo familiar. Sozinhas e sem a possibilidade de desenvolver outros recursos parentais, é possível que estas mães optem pelas agressões em suas mais variadas técnicas (cinto, sandália, xingar, porrada, agredir, puxar, jogar, cortar) como forma de exercer controle sobre o comportamento dos filhos (Rodriguez, Russa & Kircher, 2015).

A dificuldade apresentada no desenvolvimento de recursos parentais pode ser explicada por diversos fatores, como a idade das mães durante a criação dos filhos, uma vez que mães mais jovens apresentam maiores chances de adotar abusos físicos como recursos educativos (Woodward & Fergusson, 2002). Outra explicação possível remonta a história pregressa de abuso físico na infância destas mães, que pode ter influenciado na adoção futura de estratégias disfuncionais para lidar com possíveis dificuldades apresentadas pelo contexto, como baixo nível socioeconômico, desemprego, consumo de substâncias por parte do marido e sofrer violência doméstica (Romero-Martinez, Figueiredo & Moya-Abiol, 2014). Esta última possibilidade pode ser denotada no Grafo de Similitude ao analisar as palavras ‘mãe’ e ‘divórcio’, que se encontram no mesmo contexto dos abusos físicos, o que pode sugerir que estas mães que infligem abusos físicos severos em seus filhos, podem também ser vítimas de violência doméstica em situações de conflito marital.

Corroborando com as hipóteses de vitimização das mães, seja por figuras parentais na infância ou na idade adulta no contexto das relações conjugais, o estudo de Capaldi, Tiberio,

Pears, Kerr e Owen (2019) com uma amostra composta por 283 pais e mães de crianças e adolescentes, demonstrou existir associação entre ter experienciado abuso físico na infância e infligir abuso físico em seus filhos futuramente. Do mesmo modo, o estudo de Afifi, Mota, Sareen e MacMillan (2017), baseado em dados de 34.402 norte-americanos retirados de uma pesquisa epidemiológica nacional nos Estados Unidos, verificou que ter sofrido abuso físico na infância aumentava as chances de sofrer violência por parceiros íntimos na idade adulta.

Por outro lado, a palavra central ‘pai’, ligada por um tronco espesso à palavra ‘mãe’, encontra-se relacionada às expressões ‘bebida alcoólica’, ‘fumar’, ‘lembrança’, ‘morrer’, ‘morar’ e ‘criar’. Estas conexões sugerem que as experiências de consumo de álcool e drogas por familiares e de morte dos pais estão fortemente ligadas à figura paterna e são relatadas pelos AASCA como lembranças muito marcantes e que trazem sentimentos de tristeza, coadunando com o que é apontado por outros estudos (Mikorski, Szymanski & Carretta, 2020; Fontora, 2019; Giacard, Ward, Seabrook, Manago & Lippman, 2017). Neles, verifica-se que o abuso de substâncias químicas e a morte precoce relacionam-se com mais frequência a pessoas do sexo masculino, posto que questões biológicas, psicológicas e culturais atuam na trajetória de vida destes homens, podendo deixá-los mais suscetíveis à manifestação de comportamentos de risco.

As palavras comuns ao mesmo tronco paterno, ‘cuidar’, ‘criar’, ‘morar’, assim como a palavra ‘avó’ colocam em evidência a necessidade de reestruturação familiar a partir da morte do pai, que nesse contexto, é normalmente mais velho que a mãe, tendo em vista a recorrente naturalização de relações entre mulheres adolescentes e homens adultos, que tendem a envelhecer e morrer primeiro (Taylor, Lauro & Segundo, 2015). A palavra ‘avó’ evidencia a responsabilização de outras figuras familiares pela criança em desenvolvimento em situações de morte de um dos responsáveis. Ainda que a introdução de outros vínculos familiares como responsáveis pela criança possa representar a existência de uma rede apoio, alguns estudos apontam que viver em famílias monoparentais em que o cuidado parental é terceirizado para

outros familiares, amigos ou vizinhos pode aumentar o risco de sofrer abuso físico e sexual para os filhos destas famílias (Guershoff, Lansford, Sexton, Davis-Kean & Sameroff, 2012; Azevedo, 2017).

As idades que aparecem ligadas a estas experiências de consumo de álcool e drogas por familiares (11 anos, 12 anos, 14 anos) parecem estar associadas ao momento em que os AASCA evidenciam de maneira mais consciente o consumo de substâncias por parte dos pais, representando muitas vezes a faixa etária em que são convidados pelos mesmos a experimentar estas substâncias como forma de simbolizar a transição da infância para a adolescência, contexto em que o consumo de bebida alcoólica é apresentado a meninos adolescentes afim de introduzi-los no mundo dos homens adultos (Daley, 2016). Neste sentido, inclui-se o estímulo familiar e cultural ao desenvolvimento de uma ideologia de masculinidade que tem como um dos principais signos, o consumo destas substâncias, associado a adoção de comportamentos de risco, hostilidade em relação às mulheres e auto representação heterossexual (Hunt & Antin, 2019).

As ramificações identificadas como pertencentes à palavra ‘quando’, colocada em destaque, representam um marcador temporal na fala dos participantes, relacionando-se a um momento de transição da infância para a adolescência, descritos a partir de palavras como ‘agressão física’, ‘criança’, ‘adolescente’, ‘me abusaram’, ‘violência’, ‘bairro’, ‘maconha’, ‘ganguê’, ‘soco’, ‘policial’ e ‘namorada’. O agrupamento destas palavras em um único tronco indica que as principais experiências vivenciadas neste período de transição são as violências sociais, como a violência moral, *bullying* e envolvimento em lutas físicas, assim como a violência comunitária e a violência coletiva. Isto é confirmado por estudos que investigam a transição de meninos da infância para a adolescência, especialmente em um contexto de vulnerabilidade, onde a naturalização da violência social, inclusive àquela institucional como a

violência policial, costuma se fazer mais presente e interferir nos processos cognitivos e desenvolvimentais destes indivíduos (Sehn, Porta & Siqueira, 2018; Paiva & Ronzani, 2009).

A expressão ‘não’ trata-se de um advérbio de negação, logo, é esperado que apareça em maior frequência na análise. No entanto, nesta ramificação, a expressão surge para traduzir as interdições e regras trazidas pelo contexto escolar e de convivência com o grupo de pares. Próximas a ela, é possível identificar palavras como: ‘expulsar’, ‘escola’, ‘trabalhar’, ‘bullying’, ‘futebol’, ‘colega’ e ‘briga’. Aqui, pode-se depreender que a escola aparece como contexto onde a experiência de violência moral, bullying e envolvimento em lutas físicas se dá de maneira proeminente, culminando muitas vezes na expulsão, afastamento e evasão do ambiente escolar, que poderia funcionar como um potencial fator de proteção na trajetória de vida destes indivíduos. No entanto, de acordo com Dennison e Lecler (2011), a escola pode ser um ambiente permeado por fatores de risco como o insucesso escolar, má interação entre família e escola e gestão de comportamentos inadequados. Adicionalmente, estes autores encontraram correlação entre estas variáveis e o cometimento posterior de agressão sexual.

Por sua vez, a palavra ‘trabalhar’ pressupõe uma justificativa ou consequência do abandono escolar: sem perspectivas de crescimento educacional e envolvidos em conflitos entre pares, crianças e adolescentes com dificuldades na socialização e adaptação a este ambiente acabam por trocar a atividade educacional por trabalhos informais e precarizados, caracterizados pela falta de segurança e remuneração. Estes trabalhos surgem como uma alternativa para esses jovens, podendo representar uma fonte de renda mais eficaz a curto prazo, servindo para atender às suas necessidades pessoais mais imediatas. De acordo com Reis (2016), o trabalho informal na população de AASCA está associado à baixa condição escolar na infância e na adolescência. Nos relatos dos AASCA nesta pesquisa, foi possível observar que em muitas situações, os pais depositavam baixas expectativas sobre o desempenho escolar dos filhos, estimulando em maior intensidade o envolvimento em atividades laborais.

No entanto, é possível notar que palavras como ‘escola’ se encontra em oposição a outras como ‘maconha’, ‘ganguê’ e ‘usar’, que representam comportamentos adotados também em grupo de pares, mas que burlam estes interditos e dificuldades apresentadas nos contextos das relações interpessoais, como o consumo de drogas ilícitas e o envolvimento em gangues. Isso pode trazer a sensação de pertencimento grupal, necessidade que se acentua no período da adolescência.

A curiosidade, o engajamento em novas experiências e a necessidade de desafiar a autoridade nesta etapa são esperados e até saudáveis do ponto de vista desenvolvimental (Vasters & Pillon, 2011). No entanto, de acordo com Rawlings (2015), em estudo que investigou os contextos de desenvolvimento de meninos não brancos, esta testagem das barreiras sociais não é encarada socialmente para essa população como um cometimento de erros eventuais próprios desta faixa etária de transição, mas como uma confirmação de expectativas autorealizadoras para jovens não brancos, que costumam ser socialmente percebidos como ameaçadores. Por outro lado, Sehn, Porta e Siqueira (2018) enfatizam que a inserção em um contexto comunitário violento pode direcionar a curiosidade própria da adolescência para atividades que envolvam mais risco que proteção.

Adicionalmente, o futebol aparece como um contexto em que brigas com colegas são aceitas e até incentivadas, representando um espaço onde a agressividade e a virilidade, estimuladas como atributos próprios do masculino, teriam legitimidade para serem extravasadas. Sobre a questão, Braga e Carauta (2020) afirmam que o futebol no Brasil é marcado por um forte viés de identidade masculina, onde o desenvolvimento de valores relacionados à honra, sexualidade e dignidade são encorajados.

A expressão ‘mais’ aparece como palavra central nesta análise por duas razões: primeiro, por tratar-se de um advérbio de intensidade, sendo esperada a sua alta frequência, e segundo, por ilustrar o contexto do abuso sexual, indicando a intensidade das reações relatadas.



Neste tronco, estão as palavras ‘velho’, ‘medo’, ‘chamar’, ‘homem’, ‘acontecer’, ‘sexo’, ‘mulher’, ‘menino’, ‘abuso sexual’, ‘família’, ‘sofrer’, ‘primo’ e ‘vizinho’. Nota-se que este tronco é menos calibroso, o que significa que é menos relacionado aos demais troncos identificados, uma vez que o abuso sexual aparece relatado de maneira menos integrada, apresentando uma gramática muito própria e específica. Assim, é possível afirmar que na ramificação que representa a experiência de abuso sexual, são agrupadas palavras referentes às principais características dessa forma de violência vivenciada na infância/adolescência de AASCA.

As palavras ‘contar’, ‘lembrar’, ‘medo’, ‘parar’ e ‘chamar’ indicam possíveis reações ao abuso sexual e revelam que esta é uma experiência relatada como uma lembrança difícil, muitas vezes guardada somente com o participante até o momento da entrevista. A revelação de situações de abuso sexual costuma ser um processo difícil e gerador de intenso sofrimento, visto que estas situações geralmente envolvem alguém próximo à criança, e sua descoberta pode gerar reflexos na família, como o rompimento de vínculos, culpabilização e perda de suporte financeiro (Santos & Del’aglio, 2010). Este é um processo especialmente delicado quando se trata de vítimas do sexo masculino, tendo em vista que o abuso sexual os coloca em situação de vulnerabilidade e passividade, rompendo a concepção da masculinidade e abrindo espaço para a criação de um estigma negativo sobre essa criança, o que pode contribuir para que as taxas registradas de abuso masculino sejam tão inferiores à de abusos que vitimaram meninas (Honhendorff, Habigzang & Koller, 2014). Adicionalmente, Goodman, Thompson, Weinfurt, Corl, Acker, Mueser & Rosenberg (1999) demonstraram que homens relataram experiências de abuso sexual de maneira significativamente menos consistente que mulheres. Os autores atribuem esta diferença ao estigma associado a fatores sociodemográficos como o gênero.

As palavras que representam as idades dos participantes nas situações de abuso (8 anos, 13 anos) confirmam a faixa etária mais vulnerável para meninos encontrada nos estudos de

Martins e Jorge (2010) e Hohendorff, Habigzang e Koller (2012) onde meninos estão mais expostos à violência sexual até os 12/13 anos de idade, quando seus caracteres físicos e cognitivos ainda se encontram em desenvolvimento. Uma hipótese possível para a preferência nesta faixa etária pode ser a de que, neste período do desenvolvimento, o menino ainda não possui força física suficiente para reagir energeticamente a estes abusos, encontrando-se ainda num polo de passividade. É possível afirmar que a força física adquirida na faixa etária posterior pode ser um potencial fator de intimidação dos autores da violência sexual contra meninos (Hohendorff et al., 2012).

Palavras como ‘família’, ‘vizinho’, ‘primo’, ‘mulher’ e ‘velho’ neste agrupamento indicam que os principais autores destas agressões sexuais estão próximos à vítima e possuem sua confiança ou dos pais, ocorrendo muitas vezes em sua própria casa. Nesse sentido, o espaço do lar, onde deveriam se constituir relações de confiança e proteção, acaba por se configurar como o lugar de maior vulnerabilidade para crianças e adolescentes (Lavoratti & Silvestre, 2013). Além disso, estas palavras confirmam a variabilidade de características de AASCA, inclusive na trajetória de vida de indivíduos que também se tornaram autores de agressão no futuro, uma vez que estes podem ser tanto autores mais jovens, de idade aproximada a vítima (primos), como mais velhos, homens e também mulheres, ilustrando a heterogeneidade deste grupo, intensamente documentada na literatura sobre autores de agressão (Costa, Cavalcante & Reis, 2018).

A diversidade de perfis dos possíveis autores de agressão sexual dos AASCA na infância também reflete as diferentes formas que os participantes, enquanto crianças, podem ter percebido esses abusos. Ao mesmo tempo em que a escolha da expressão ‘abuso sexual’ deixa clara a gravidade da experiência vivida, a palavra ‘sexo’ indica que a fronteira entre uma relação sexual consensual e uma relação sexual forçada pode não ter ficado tão clara para estes indivíduos no momento em que esta experiência foi vivenciada. É possível que, aliada à

coexistência de sentimentos dúbios em relação à experiência de abuso sexual, como medo e afeto, a existência de uma cultura que legitima relações sexuais entre pessoas adultas e adolescentes possa ter interferido na conceitualização desta experiência enquanto um abuso sexual (Engel, 2017).

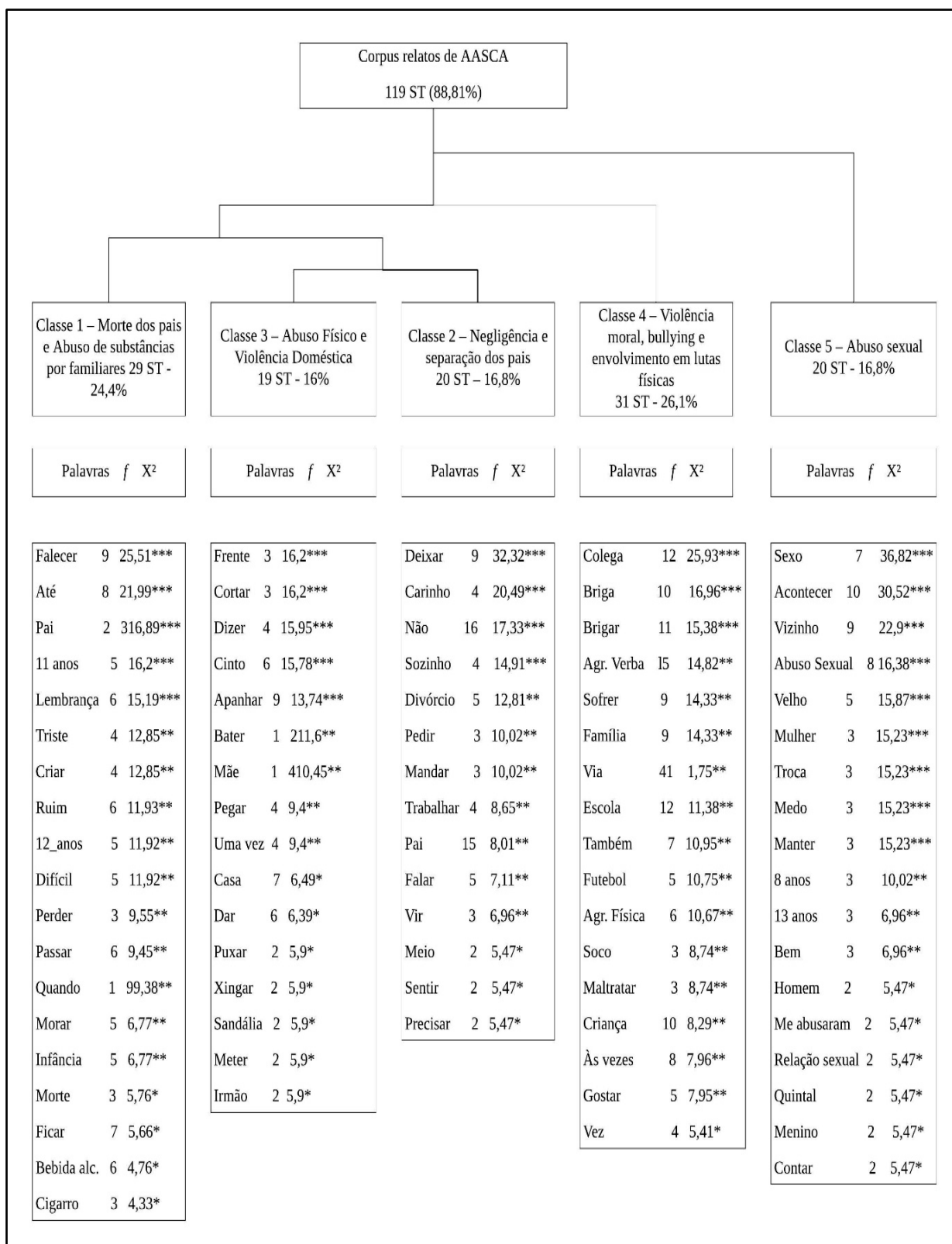
Esse processo parece ser agravado quando os autores dessa forma de agressão são pessoas do gênero feminino e suas vítimas, do sexo masculino, uma vez que, como elucidado por Plummer e Cossins (2016), meninos vítimas de abuso sexual podem vivenciar maiores conflitos em relação à construção de sua própria sexualidade e masculinidade, tendo em vista que estes abusos costumam ser percebidos como sua primeira experiência sexual, devendo por isso serem aprovados e concretizados, sob pena de não serem considerados “homens” caso neguem ou rejeitem uma abordagem sexual de mulheres, mesmo que indesejada. Por esse motivo, meninos que foram abusados sexualmente tendem a reconceitualizar esta experiência, que poderia representar uma perda de poder, como uma expressão de sua sexualidade masculina, de modo que podem se engajar em comportamentos violentos como forma de policiar outros meninos que estejam fora dos limites aceitáveis da masculinidade (Rejeiluth & Addis, 2016; Hlavka, 2017).

Nesse sentido, é possível afirmar que a aderência a regras rígidas de papéis sexuais masculinos pode favorecer tanto a aceitação da ocorrência de um abuso sexual durante a infância e a adolescência onde uma mulher é a ofensora, quanto predispor a perpetração de abuso sexual no futuro, visto que a partir dessas experiências, podem ser reforçadas crenças de gênero refletidas em atitudes relacionadas ao poder masculino, controle relacional, aceitabilidade da violência e apatia sobre outras pessoas. Isto significa que experienciar e perpetrar algum tipo de abuso sexual podem representar caminhos potenciais para a exploração da própria masculinidade (Rizzo, Banyard & Edward, 2020; Miller et al., 2020).

*Classificação Hierárquica Descendente (CHD) do conteúdo das entrevistas com AASCA a partir do Software Iramuteq*

A partir da análise fatorial de correspondência feita pelo método Classificação Hierárquica Descendente (CHD), foi possível realizar a análise de 134 segmentos de texto, retendo-se 88,81% (119 ST) do total e gerando cinco classes, agrupadas pela presença de um vocabulário comum. Primeiramente, o *Software* dividiu o *corpus* em dois *subcorpora*, onde a Classe 5 - Abuso Sexual foi separada do restante do material. Em seguida, o *subcorpus* maior foi novamente dividido, originando a Classe 4 – Violência moral, *bullying* ou envolvimento em lutas físicas. Uma terceira partição originou a Classe 1 – Morte dos pais e abuso de substâncias por familiares. Finalmente, a última partição dividiu o restante do material em duas classes – Classe 3 – Abuso físico e Violência Doméstica e Classe 2 – Negligência e Separação dos pais, como pode ser observado no dendograma demonstrado pela Figura 7.

A partir da análise das ramificações entre classes evidenciadas pelo dendograma, foi possível observar que a Classe 5 – Abuso Sexual, possui um conteúdo verbal específico e diferenciado das demais classes. Isso significa que as palavras utilizadas pelo AASCA para narrar vivências de abuso sexual e de abordagens sexuais inadequadas na infância e na adolescência são mais específicas e expressam a percepção dos participantes acerca da vivência dessa experiência como aversiva. No entanto, isso não quer dizer que esta experiência acontece de forma isolada. Na verdade, o isolamento desta classe mostra que ela aparece no relato **destes** AASCA como um vocabulário específico, passível de rápida identificação como uma experiência de abuso sexual e não como outro tipo de experiência, uma vez que se difere verbalmente das demais e traz um padrão entre os seus principais elementos: a idade em que o abuso teria ocorrido (8 anos; 13 anos), os principais autores desta agressão (vizinho; velho; mulher; menino), sentimentos e condições ligadas a ele (medo; troca; manter; contar) e expressões que indicam o ato em si (sexo; relação sexual; abuso sexual; me abusaram).



Nota = \*p < 0,05; \*\*p < 0,01; \*\*\*p < 0,0001, teste Qui-Quadrado, software IRAMUTEQ.

**Figura 7.** Dendrograma da análise dos relatos de EAI de AASCA pelo método de Classificação Hierárquica Descendente (CHD)

A análise mostra também uma maior similaridade textual entre a Classe 3 – Abuso Físico e Violência Doméstica e a Classe 2 - Negligência e Separação dos pais, o que significa que essas experiências são relatadas pelos AASCA de maneira contígua e sem maiores diferenciações, exibindo, portanto, uma relação de correspondência. A Classe 1 – Morte dos pais e Abuso de substâncias por familiares, apresenta conexão indireta com a Classe 3 e a Classe 2, enquanto se diferencia da Classe 4 – Violência moral, *Bullying* e Envolvimento em lutas físicas. Esta relação pode ser explicada em função do contexto em que as EAI expressas nas Classes 1, 2 e 3 ocorrem, qual seja o âmbito familiar, e os principais agentes nelas envolvidos: os pais – quer seja pela sua ausência definitiva representada pela morte (Classe 1), sua ausência temporária associada a situações de negligência ou separação – e conseqüente distanciamento de um dos pais (Classe 2), ou ainda pelo seu protagonismo nos abusos físicos como forma de disciplinamento (Classe 3).

A Classe 1, denominada Morte dos pais e Abuso de substâncias por familiares, foi responsável por 24,4% dos segmentos de texto analisados. As principais palavras relacionadas a essa classe foram: falecer; até; pai; 11 anos; lembrança; triste; criar; ruim; 12 anos; difícil; perder; passar; quando; morar; infância; morte; ficar; bebida alcoólica e cigarro. O conteúdo desta classe diz respeito as experiências de orfandade e de presenciar o consumo de álcool e drogas no contexto do domicílio, assim como os sentimentos ligados a elas, no decorrer dos 18 anos de vida dos AASCA entrevistados. Os trechos expostos na Tabela 10 ilustram esta classe:

Tabela 10

**Segmentos de texto representativos da Classe 1 – Morte dos pais e abuso de substâncias por familiares**

Participante	Segmentos de texto	G. E Vítima	Vínculo	ACE-Score
P1	"Eu morei até os quatro anos com meus pais, né? Só que a minha mãe quando chegou nos quatro anos ela, ela infelizmente faleceu e a gente continuamos vivendo com nosso pai, com nosso pai. A infância foi ruim por causa da mãe que eu perdi."	Criança	Intrafamiliar	4
P6	"Ele (padrasto) bebia, fumava maconha, cigarro, foi lá também com ele que eu fumei"	Criança	Extrafamiliar	9
P8	"Agora a má lembrança foi quando eu perdi meu pai, ele faleceu. Eu era criança. Não sabia nem o que era a morte. Tinha 12 anos ainda, eu via aquele negócio na minha sala não sabia nem o que era. Eu tinha perdido meu pai e não sabia."	Criança	Extrafamiliar	2
P11	"Fui criado por tio que quando eu nasci com dois meses meu pai faleceu, minha mãe, ela também com cinco anos, ela me deixou com meus 'tio' pra criar e correu o mundo, pra não passar necessidade."	Adolescente	Extrafamiliar	2
P21	"Quando eu tinha 12 anos o padrasto bebeu bebida alcoólica e deu um empurrão na mãe essa foi minha lembrança ruim, eu fui criado pela mãe e padrasto, não tive esse prazer de conhecer o pai (...) episódios ruins na adolescência agora eu posso falar da perda do padrasto que faleceu."	Criança	Intrafamiliar	6

Nota. G. E = Grupo Etário da vítima

Em um paralelo com a discussão teórica referente à Bioecologia do Desenvolvimento Humano, de Urie Bronfenbrenner (1999/2011) é possível notar, a partir dos três primeiros trechos representativos da Classe 1, que a morte de um dos pais não é somente vivenciada de maneira objetiva como uma experiência adversa, mas também relatada e subjetivamente percebida como tal. Essa hipótese ganha força ao analisar os principais adjetivos que servem para caracterizar essa experiência (triste, ruim, difícil). Nesse sentido, a experiência, ou seja, o modo como as pessoas percebem e lidam fenomenologicamente com o seu ambiente, é um elemento essencial para o modelo bioecológico, tornando a investigação de elementos objetivos e subjetivos de igual importância para compreender o comportamento e o desenvolvimento humano, pois ambos têm em si a capacidade de dirigi-los. Dessa forma, a significação fenomenológica da experiência de morte dos pais, da maneira como foi percebida e introjetada

pelos participantes na infância, causou sofrimento e implicações desenvolvimentais ainda mais relevantes, visto que foi percebida por eles como adversa.

Apesar de comum na vida de indivíduos com desfechos desenvolvimentais diversos, a morte de um dos pais tem como uma das implicações mais delicadas a necessidade de reestruturação familiar a partir do ocorrido. Palavras relacionadas a essa classe como ‘criar’, ‘morar’, ‘passar’ e ‘ficar’ demonstram que essa reestruturação implica, muitas vezes, na saída do lar de origem ou na entrada de outro parceiro ou de outros membros da família (tios, avós...) como responsáveis pela criança órfã. O terceiro responsável em um núcleo desenvolvimental é considerado essencial na teoria bioecológica para que a relação interpessoal entre mãe e filho se dê de maneira apropriada e produza desenvolvimento, ainda que, em sua ausência, a inserção de uma rede de apoio adequada possa funcionar como fator amortecedor dos efeitos potencialmente disruptivos desta experiência.

A morte de um ou ambos os pais também pode trazer uma mudança no funcionamento familiar que implica em uma transição ecológica não normativa para a criança em desenvolvimento, uma vez que as expectativas de atividades, relações e papéis por ela desempenhados podem ser alterados em função das novas condições contextuais impostas por essa perda. Em uma dimensão cronossistêmica, é possível afirmar que a perda de um outro significativo provoca uma ruptura neste núcleo, uma vez que engendra descontinuidades em processos proximais anteriormente estabelecidos e diminui o tempo de convivência entre o filho e os pais. Por outro lado, importa mencionar que, de maneira geral, entre os AASCA que relataram este tipo de experiência, o *ACE-Score* se manteve abaixo de 4 EAI, podendo indicar que estas experiências têm em si menor potencial de aumentar a probabilidade de ocorrências de outras EAI, além de não necessariamente predizer desfechos posteriores mais graves.

A partir dos segmentos de texto referentes a P21 e P6, é possível observar que o abuso de substâncias por familiares, em especial pelo pai, também se encontra ligado a violência



doméstica, como demonstram Nicolau, Fraga, Marçola, Oliveira, Madalena e Silva (2020). Na mesma direção, o abuso de substâncias por parte dos pais pode implicar em uma maior imprevisibilidade de eventos e desorganização no contexto imediato da criança em desenvolvimento, dificultando o estabelecimento de uma rotina e estruturas claras em sua vida cotidiana, fatores considerados imprescindíveis para o desenvolvimento físico e emocional (Albuquerque, Heimedinger & Rodrigues, 2016).

O consumo de álcool no contexto doméstico pode igualmente desencadear uma possível tentativa de estabelecer uma díade entre pai e filho a partir deste consumo como uma forma de atividade conjunta. Esse tipo de atividade de interação entre pai e filho pode se constituir enquanto um processo proximal que, ao invés de gerar efeitos de competência, gera efeitos de disfunção. Estes efeitos implicam no desenvolvimento de uma maior dificuldade em regular e controlar o próprio comportamento (Narvaz & Koller, 2004).

A Classe 2, intitulada Negligência e Separação dos pais, reteve 16,8% do total de segmentos de texto. Os elementos mais proeminentes nessa classe foram: deixar; carinho; não; sozinho; divórcio; pedir; mandar; trabalhar; pai; falar; vir; meio; sentir e precisar. O conteúdo desta classe trata de experiências entendidas como situações de negligência física ou emocional, tais como o não acompanhamento dos filhos na infância em seus diversos contextos; assim como experiências de divórcio ou separação dos pais nos primeiros 18 anos de vida dos AASCA entrevistados. Os trechos inseridos na Tabela 11 demonstram esse contexto:

Tabela 11

**Segmentos de texto representativos da Classe 2 - Negligência e Separação dos pais**

Participante	Segmentos de texto	G. E Vítima	Vínculo	ACE-Score
P5	"Minha mãe sempre trabalhou muito (...) então eu via ela muito pouco, na adolescência ficava os três sozinho na casa sem adultos"	Adolescente	Extrafamiliar	6
P6	"Meu padrasto não deixava eu ir pra escola, me botava pra trabalhar, eu ia para escola sem comer que o padrasto não deixava eu comer, quando a mãe deixava para mim o padrasto comia toda a comida ou então jogava fora"	Criança	Extrafamiliar	9
P10	"A pior lembrança foi o divórcio do pai com a mãe, eu nunca tinha visto eles brigarem, no dia da separação eu vi"	Adolescente	Extrafamiliar	7
P12	"A avó me levava e me trazia da escola, mas o pai não, quando eu ia sozinho pra escola no meio do caminho eu começava a conversar com outras pessoas que não podia, e me envolvi com coisa errada"	Criança	Intrafamiliar	6
P18	"Meus pais nunca tiveram tempo pra tá fazendo carinho em mim, trabalhavam muito"	Adolescente	Intrafamiliar	4
P19	"Sentia falta dos carinhos da minha mãe (...) eu dormia na casa do vizinho (...) meu pai batia na minha mãe, ia embora de casa (...) deixava nós sozinho em casa (...) a gente dormia no quintal, eu me lembro que eu dormia junto com o meu cachorro"	Criança	Intrafamiliar	10
P24	"Meu pai (...) saía de casa de tarde e só chegava no outro dia de manhã cedo, a gente ficava sozinho (...) fomos morar numa casa de zinco, cama nossa era esses sacos de farinha. O pai não deixava a gente ir pra escola, incentivava a gente a trabalhar, falava que trabalhar que faz o homem, não precisava estudar para ser alguém na vida"	Adolescente	Intrafamiliar	7
P25	"Tive uma doença (IST) mas nessa época não podia procurar médico que a gente ainda apanhava da mãe porque tava procurando problema. Eu sentia aquela chateação, aquela raiva, falta do carinho da mãe"	Adolescente	Intrafamiliar	8

Nota. G. E = Grupo Etário da vítima

A partir dos trechos mais representativos desta classe, é possível notar que a experiência da negligência aparece em diversos contextos. O trabalho dos pais aparece como um exossistema em que os filhos não estão diretamente inseridos, mas que interfere na prestação de cuidado físico e emocional a eles, como nas falas de P5 E P18. As palavras ‘trabalho’, ‘deixar’, ‘sozinho’ e ‘carinho’ sugerem que o espaço de desenvolvimento de interações interpessoais que envolvem afeto com os filhos é danificado pelo contexto do trabalho, que é muitas vezes precarizado. As longas jornadas de trabalho obrigam os pais a deixar seus filhos

ou sozinhos, ou com pessoas da família e da vizinhança, contexto que pode ser propício para a ocorrência de diversos abusos, uma vez que estão fora da supervisão dos seus principais responsáveis.

Por outro lado, é possível ainda perceber em trechos como os de P6, P19 e P24 uma ausência de prestação de cuidados intencional por parte de pais e padrastos em especial, seja pelas condições físicas de um ambiente desorganizado e empobrecido de estímulos (P19, P24), ou pela falta de estímulo à frequência escolar, culminando em evasão (P6, P24) ou em um polo extremo, a restrição proposital de alimentação (P6) e restrição de cuidados médicos (P25). Esta ausência intencional de cuidado parental sugere que as funções de responsividade materna e paterna foram limitadas na vida de AASCA, implicando na diminuição do seu efeito amortecedor contra problemas na esfera de controle emocional, comportamental e ambiental advindos de um ambiente tóxico. Assim, é possível depreender que não apenas o ambiente físico afeta o desenvolvimento, mas os processos proximais constituídos nesse ambiente também o afetam (Bronfenbrenner, 1999/2011).

A negligência emocional é representada nos trechos em que a falta de carinho e palavras como 'sentir' e 'precisar' estão próximas, como nas falas de P18 E P25. Nesse sentido, em seu percurso desenvolvimental, a criança desenvolve expectativas recíprocas de papéis para o cuidador, assim como crenças autodirigidas. Assim, um cuidador responsivo poderá provocar expectativas de disponibilidade na criança, fazendo-a acreditar que é digna desse cuidado. Por outro lado, um cuidador negligente pode influenciar no surgimento de características desenvolvimentais disruptivas no núcleo Pessoa, como a insegurança, de forma que a criança em desenvolvimento poderá criar uma expectativa de rejeição nessa e em relações futuras, aumentando a possibilidade de abordar estas relações com aumento de hostilidade, o que pode resultar em novas rejeições, alterando a disponibilidade de processos proximais em seus diversos contextos de desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1999/2011).

Adicionalmente, hipotetiza-se que a vivência da experiência de negligência em específico pode aumentar a probabilidade de experimentar outras no decorrer da trajetória de vida, uma vez que coloca a criança em desenvolvimento em situação de extrema vulnerabilidade, e tende a ocorrer com crianças menores, que estão em fase crítica do desenvolvimento físico, cognitivo e neurológico, podendo a limitação destas necessidades básicas ter sérias consequências a longo prazo, como depressão, Transtorno de estresse pós traumático, ansiedade generalizada e uso de substâncias ilícitas (Cohen, Menon, Shorey & Temple, 2017). Contudo, por tratar-se de uma EAI que acontece principalmente nos primeiros anos da vida, assume-se que este lapso temporal mais extenso possa comprometer o reconhecimento e a verbalização de experiências pregressas de negligência, em decorrência da fragilidade da construção destas memórias (Rodrigues, 2016; Dias et al., 2015).

Em contraste, é possível perceber que a separação dos pais foi menos predominante nesta classe, sendo representada principalmente pela palavra 'divórcio'. Nesse contexto, mesmo diante da dificuldade histórica para o estabelecimento de redes de apoio para uma mulher divorciada, a prestação de cuidados por parte de familiares, amigos e vizinhos para auxiliar mães solteiras é crescente no decorrer dos anos, visto tratar-se de uma experiência cada vez mais comum (Pereira & Leitão, 2020). Assim, o participante cujo seguimento de texto foi selecionado para representar esta EAI obteve, como na classe anterior correspondente à morte dos pais, *ACE-Score* inferior a 4, demonstrando que esta também é uma EAI com desfechos diversos, diferente da experiência de negligência, que parece ter implicações desenvolvimentais mais sérias e prolongadas.

A Classe 3, chamada Abuso Físico e Violência Doméstica, foi responsável por 16% dos segmentos de texto. As principais palavras relacionadas a essa classe foram: frente; cortar; dizer; cinto; apanhar; bater; mãe; pegar; uma vez; casa; dar; puxar; xingar; sandália; meter e irmão. O conteúdo dessa classe retrata situações de abuso físico e violência doméstica

direcionada à mãe, ocorridos em âmbito familiar na infância e adolescência de AASCA, assim como os instrumentos utilizados durante estes abusos e as principais figuras relacionadas a eles, como demonstrado nos trechos observados na Tabela 12:

Tabela 12

**Segmentos de texto representativos da Classe 3 - Abuso Físico e Violência Doméstica**

Participante	Segmentos de texto	G. E Vítima	Vínculo	ACE-Score
P1	"Só a minha madrasta ia bater em mim e na minha irmã só que eu me metia na frente."	Criança	Intrafamiliar	4
P17	"Só o meu pai de criação né que às vezes metia porrada na gente e esculhambava. Ele tratava rigidamente (...) batia de cinto, de sandália (...) gostava de dar porrada nos filho, meus irmão, o meu pai legítimo também."	Adolescente	Intrafamiliar	5
P19	"Eram frequentes as agressões do meu pai. Ele batia, dava surra, botava eu e irmãos de joelho no milho, de joelho na tampinha de refrigerante, bateu com cinto, com martelo, com panela de pressão. O pai agredia a mãe, chegava em casa e derrubava porta, batia na mãe de uma hora pra outra, xingava e chamava palavrão"	Criança	Intrafamiliar	10
P22	"O meu pai discutiu com a mãe por bobagem, eu me lembro que o pai empurrou ela assim na ignorância, ela caiu e bateu o braço que quase quebra uma tristeza muito grande"	Criança	Intrafamiliar	5
P24	"Minha mãe me batia demais. Era com pau, com borracha, com (que) tivesse ela batia, não tinha esse negócio. Usava o que tivesse na mão, eu apanhei com pedaço de pau de madeira, com fivela de cinturão, com borracha aquela parte, com madeira. (...) eu cheio de sarampo a mãe largou a escova na minha pele (...)"	Adolescente	Intrafamiliar	7
P25	"Porque a minha mãe era assim: se eu batesse, se eu brigasse na rua, quando chegava em casa eu apanhava. Meus pais ero rígidos (...) (apanhei) de cinto da minha mãe com meu pai. Ela já puxou o cinto e me deu uma pisa dentro da sala de aula. (Uma vez) ela pegou um facão, botou uma tábua em cima da mesa e começou a correr atrás de mim, pra mi cortar o meu pescoço, né?"	Adolescente	Intrafamiliar	8
P27	"Principalmente a minha mãe sempre dizia para mim e pra os meus irmãos: se apanhar e não bater, se somente apanhar, quando chegar em casa apanha de novo. Tem que bater também!"	Criança	Intrafamiliar	4
P30	"Meus pais batiam em mim e nos meus irmãos, apanhei com cinto, com sandália, e a gente tinha que fazer, tinha que obedecer, era ordem de pai e mãe..."	Adolescente	Extrafamiliar	2

Nota. G. E = Grupo Etário da vítima

Quatro dos segmentos de textos selecionados (P1, P24, P25 e P27) apontam para a figura materna, seja mãe ou madrasta, como principal agente do abuso físico, assim como os principais

objetos e estratégias utilizados para infringir estes abusos (cortar, cinto, puxar, xingar, sandália), e o local preferencial dessas agressões (casa). Por outro lado, nos relatos contidos nos segmentos de texto de P17, P6 E P19, o pai ou padrasto aparecem como as figuras mais hostis e diretamente relacionadas ao abuso físico, sendo que, nos relatos de P6, P19 e P22, este abuso aparece também associado à violência doméstica direcionada à mãe. Nesse contexto, a palavra ‘frente’ pode significar que os atos de violência física e ameaça dos pais e padrastos sobre as mães ocorriam muitas vezes na frente dos filhos, visto que a palavra ‘irmão’ também está associada a essa classe.

Adotando uma concepção de desenvolvimento bioecológica, é possível sugerir que a relação hostil entre pais e mães podem gerar efeitos de segunda ordem no desenvolvimento dos filhos, de forma que podem interferir na construção da díade mãe-criança de maneira a inibir processos proximais, diminuir o nível de reciprocidade e aumentar sentimentos interpessoais negativos em relação aos pais. É possível afirmar, diante do exposto, que um antagonismo na díade entre os dois elementos do casal, neste caso, marido e mulher, pode gerar efeitos disruptivos na díade mãe-criança, prejudicando a sua capacidade de servir como um contexto efetivo de socialização, podendo ter entre as possíveis consequências, a adoção de comportamentos de maior agressividade por parte dos filhos (Bronfenbrenner, 1979/1996).

Quando, em um microsistema familiar, a mãe sofre abusos físicos por parte do pai, que nele atua enquanto terceiro responsável, este serve como um modelo relacional para os filhos, representando um espelho para os dois elementos da díade. Esse espelhamento pode contribuir para a adoção de castigos físicos por parte de mães já violentadas fisicamente como maneira de educar e se comunicar com seus filhos, em especial quando desempenham sozinhas o papel de cuidado e proteção (Silva, 2019; Saffioti, 2004). Em relação aos filhos, a interação hostil entre os pais presenciada na infância tende a tornar-se um modelo de relação internalizada, que poderá servir como estruturante das interações na vida adulta. Essa influência indireta é

hipotetizada por Bronfenbrenner (1979/1996) quando enuncia que o potencial desenvolvimental de uma díade original, como a existente entre mãe-filho, pode ser prejudicada quando há algum antagonismo mútuo ou as terceiras pessoas desencorajam ou interferem nas atividades desenvolvimentais realizadas pela díade original.

Estes efeitos de segunda ordem podem ser percebidos no relato dos AASCA pela inexistência de uma das condições primordiais das relações díadicas, em conjunto com a reciprocidade e o estabelecimento de uma relação afetiva: o equilíbrio de poder. As mães que utilizam os abusos físicos de maneira recorrente como única forma de disciplinar os filhos também contribuem para a inibição do seu desenvolvimento cognitivo e social, em especial nas estratégias para lidar com as relações de poder posteriormente vivenciadas em seus ambientes ecológicos no decorrer da sua trajetória de vida, como a relação de poder existente entre homens e mulheres e adultos e crianças, sendo que estas relações de desigualdades estão no cerne da discussão sobre a agressão sexual de crianças e adolescentes.

De maneira geral, a dificuldade de estabelecer um gradual equilíbrio de poder entre pais e filhos pode ser percebida no último seguimento de texto selecionado (P30), onde os abusos físicos são vistos como inerentes às estratégias de disciplinamento de pais e mães. Este trecho sintetiza como os efeitos do macrossistema, como conjunto estável de crenças e padrões culturais, e do *macrotempo*, como expectativas geradas no decorrer das gerações, perpassam o microssistema, em especial no que diz respeito às expectativas de papel contidas no sistema de crenças dos pais, uma vez que este modelo relacional adultocêntrico é repassado de geração em geração e guarda estreita relação com a expectativa histórica do papel parental atrelado à rigidez e severidade, inclusive em classes econômicas mais baixas (Rocha, 2016).

Este segmento também expõe a objetificação de pessoas na condição de infantes, pela vulnerabilidade inerente a esta etapa do desenvolvimento, enfatizando a relação de dominação de adultos sobre crianças, que atua como fator de subordinação da infância (Gibim, 2019).

Estudos sociais como a Sociologia da Infância demonstraram a emergência da discussão sobre as desigualdades de poder que perpassam as relações entre crianças e adultos, denunciando a exclusão da condição de infância da maior parte das crianças e adolescentes que vivem em situação de pobreza e que são marginalizadas (Marchi & Sarmento, 2017).

Dessa forma, é possível concluir que as Classes 1, 2 e 3 se referem especificamente as EAI vivenciadas no microssistema Família, exibindo cenas do cotidiano de sistemas  $N + 2$ , onde figuram a díade mãe-criança e demais participantes deste sistema, como os pais, padrastos, irmãos e avós, assim como as atividades, relações e papéis por eles desempenhados ou não, e suas distintas características de temperamento, personalidade e sistema de crenças, que influenciaram no desenvolvimento moral dos AASCA entrevistados. Por se tratarem de experiências que guardam como similaridade os desafios vivenciados no contexto doméstico, estas EAI foram agrupadas como semelhantes pelo *Software* de análise Iramuteq.

Adicionalmente, as classes supracitadas mostraram-se fortemente perpassadas pelo cronossistema, o que pôde ser analisado a partir dos aspectos de tempo de permanência com os pais, frequência das interações, expectativas de uma geração para outra – que se expressam pelo estilo parental autoritário adotado pelos pais de AASCA, e que são fortemente influenciadas pelos valores e crenças sobre infância e parentalidade derivadas do macrossistema.

A Classe 4, que tem como título Violência moral, *bullying* e envolvimento em lutas físicas, foi responsável por aglutinar o maior número de segmentos de texto neste corpus, cerca de 26,1% do total analisado. Os elementos relacionados a essa classe foram: colega; briga; brigar; agressão verbal; sofrer; família; via; escola; também; futebol; agressão física; soco; maltratar; criança; as vezes; gostar e vez. O conteúdo dessa classe ilustra situações de *bullying* físico ou emocional e envolvimento em lutas físicas, ou violência entre pares, ocorridas principalmente em ambiente escolar durante os primeiros 18 anos de vida de AASCA. Os trechos mais representativos para elucidar esse contexto estão na Tabela 13:



Tabela 13

**Segmentos de texto representativos da Classe 4 – Violência moral, bullying e envolvimento em lutas físicas**

Participante	Segmentos de texto	G. E Vítima	Vínculo	ACE-Score
P3	"Na minha consciência, eu gostava assim de brigar, né? Eu gostava de dá uns murro nos colegas! Quando eu via alguém apanhando, né? as veze eu comprava a briga. É, desde criança. Era, só porque eu gostava de brigar mesmo. Eu cheguei a bater em um colega que desrespeitou a professora"	Adolescente	Intrafamiliar	1
P4	"Eu passei muito por bullying quando eu era criança, na escola, porque quando era criança eu era bem magro e me apelidavam na escola, eu brigava muito, era agressivo, eu agredia e eu também já fui agredido."	Criança	Extrafamiliar	5
P7	"Já (sofri agressão verbal) na escola era mais por, por eu ter uma, uma já desde de criança uma, uma tendência ao homossexualismo que eu não tinha assumido, então na escola sempre se tinha aqueles gaiatinhos. Falavam isso e aquilo e tal, as piadinhas (..) mais constrangedoras do que outras, sempre sobre sexualidade"	Criança	Extrafamiliar	4
P12	"Eu sofri agressão verbal quando eu tinha 13 anos... eu apanhei, sofri agressão física, eu me envolvia em briga mesmo, tinha 16 anos (...) Apanhei demais da polícia quando eu era menor, adolescente."	Criança	Intrafamiliar	6
P13	"Sempre tem uns moleques, uns colegas de escola que a gente não gosta um do outro. As vezes eu e esses colegas brigávamos, eu brigava muito na escola"	Criança	Extrafamiliar	3
P19	"Eu sofria bullying na escola, tá entendendo? Encarnavam em mim, sofri bullying na escola, isso aí me afastou da escola (...) eu tinha medo de contar para os meus pais, minha família, eles não tinham tempo pra mim. Era mais devido a aparência, tá ligado? Estética. 'Ah! Minha cor'. eu nasci o único carvãozinho preto da família, meus irmãos nasceram brancos (...) teve até uma chacina na delegacia do meu bairro, meu bairro era muito violento. De noite ia ter briga, confronto de gangue rival."	Criança	Intrafamiliar	10
P22	"Esses (xingamentos, humilhações) isso aí eu tive, tive muito (...) Era os colegas, mas assim no campo de futebol (...) eu também fui agressor. Na escola quando eu era menino eu também briguei com uns colega meu"	Criança	Intrafamiliar	5

Nota. G. E = Grupo Etário da vítima

Diante dos segmentos de texto selecionados para essa classe, é possível perceber que os conflitos entre pares permeiam a transição da infância para a adolescência de AASCA, sendo que a delimitação entre quem é vítima e quem agride não é muito bem definida, visto que na maior parte dos relatos, os AASCA já ocuparam alternadamente as duas posições (P4, P12, P13, P19, P22). Nesse sentido, é possível perceber que a Classe 4 se refere a um período onde ocorrem intensas transições ecológicas normativas, próprias do Mesossistema, definido como a inter-relação entre as fronteiras de dois ou mais microsistemas em que a pessoa desenvolve é participante ativa. Nesta classe, os microsistemas em relação são a família, a escola, o grupo de pares e a vizinhança, que se expressam a partir das seguintes palavras: ‘colega’, ‘escola’, ‘família“ e ‘futebol’. Neste sentido, a transição ecológica é entendida como produtora e produto de mudanças desenvolvimentais, onde a posição da pessoa é alterada como resultado de uma mudança de papel, ambiente ou ambos.

A transição ecológica em questão acontece tanto em relação a uma mudança de papel, visto que os participantes relataram experiências vividas durante a transição da infância para adolescência, sendo essa transição especialmente relevante para o sexo masculino, onde esta mudança também prediz de comportamentos e expectativas atreladas a masculinidade (Nunes, 2016); quanto em relação à mudança de ambiente, visto que tratam-se de experiências que aconteceram nas fronteiras entre família, escola, vizinhança e o grupo de pares.

Nesse contexto, é relevante discutir a importância de vínculos apoiadores que conduzem a pessoa à transição entre um ambiente e outro, funcionando como fonte de segurança e aumentando o potencial desenvolvimental desta transição. Analisando as classes anteriores em conjunto a que se apresenta, percebe-se a partir do relato dos AASCA que os microsistemas família e escola estiveram fragilmente vinculados, uma vez que a comunicação interambiente era escassa e as poucas informações recebidas tratavam-se de estratégias disfuncionais e agressivas de defesa pessoal em um mundo considerado hostil pelos pais, como pode ser

percebido na fala de P27 na Classe 3, ao relatar o abuso físico sofrido pela mãe, e na fala de P19, sobre a falta de confiança nos pais para contar as situações de *bullying* e racismo que sofria na escola.

Em relação aos papéis sociais desempenhados neste mesossistema, importa mencionar que seu significado ecológico perpassa uma expectativa mútua de percepções, atividades e padrões de relação interpessoal normalmente associadas a este papel, e que esta tendência é aumentada quando o papel em questão está bem estabelecido na estrutura da sociedade. Analisando o envolvimento de AASCA ainda na infância e na adolescência em lutas físicas, é possível perceber a influência do sistema de crenças em relação ao papel social imposto por padrões de masculinidade, uma vez que, durante o processo de socialização, meninos são estimulados às condutas agressivas e perigosas. Tais condutas passam a ser esperadas a partir da ocupação de seu papel enquanto homem adulto. A desigualdade de expectativas sociais entre homens e mulheres pode incidir na relação existente entre os sexos na infância e na vida adulta (Saffioti, 2004). Assim, o envolvimento em brigas constitui-se enquanto um tipo de atividade e de relação interpessoal legitimada pelas expectativas sociais de competitividade masculina, pautadas no sistema patriarcal que estrutura a sociedade ocidental.

Este potencial em relação ao papel social do homem é aumentado quando é expressado no contexto do grupo de pares, uma vez que a existência de outros papéis no ambiente pode atrair ou inibir comportamentos associados a um determinado papel. Nesse sentido, a relação de meninos adolescentes com outros grupos de pares, em especial quando ocorrendo de maneira hostil, como demonstrado pelas atitudes agressivas ou envolvimento em gangues relatados, é capaz de aumentar a probabilidade de que estes meninos se adequem à expectativa de papel masculina, mesmo quando demonstram fragilidades que são suprimidas em nome do desempenho grupal deste papel.

A influência do grupo no desempenho dos papéis sociais atribuídos ao indivíduo pode ser melhor percebida no relato de P7, em que denuncia o *bullying* vivenciado em relação a sua possível homossexualidade e expressão de trejeitos não enquadrados no padrão de masculinidade vigente. Assim, a hipótese de que a expectativa auto realizadora de padrões de competitividade para o papel social de homem leva a interações interpessoais agressivas em grupo de pares na adolescência de AASCA é teoricamente reforçada pela Bioecologia do Desenvolvimento Humano, uma vez que esta teoriza que a expectativa de papel tende a eliciar e intensificar atividades e relações interpessoais que são compatíveis com as expectativas dadas.

Ao mesmo tempo, a dificuldade de lidar com as relações de poder ocupando um determinado papel social privilegiado também pode estar atrelada às fortes experiências de abuso físico por parte de pais e mães vivenciadas na infância de AASCA, podendo interferir nas suas respostas a autoridade e relações de dominação e submissão vivenciadas posteriormente, tanto na adolescência, no grupo de pares, quanto na vida adulta, quando iniciam suas relações afetivas com mulheres.

Adicionalmente, as características da pessoa, que são desenvolvidas em interação com o seu ambiente, ao mesmo tempo em que podem influenciar na disponibilidade de estímulos para este mesmo ambiente, desempenham um papel relevante para esta classe. É possível que os padrões de resposta que envolvem agressividade, impulsividade e dificuldade de adiar gratificação, demonstrados pelos relatos de AASCA nesta classe e verbalizados enquanto características pessoais de temperamento expressadas desde a infância, tenham sido desenvolvidas como disposições comportamentais ou forças desenvolvimentalmente disruptivas, que funcionam como respostas diferenciais a demandas contextuais cultural e socialmente definidas, representando o que Bronfenbrenner denomina como *temperamento no contexto* (Bronfenbrenner, 1999/2011, pg 163)

O processo pelo qual tais forças disruptivas se desenvolvem acontece a partir da disponibilidade de estímulos no ambiente, que são capazes de ativar potenciais genéticos de temperamento, de modo que estes potenciais, quando amplificados, podem interferir e retardar a ocorrência de processos proximais no decorrer da trajetória de vida. Se esses processos proximais não ocorrem, dificuldades no envolvimento em processos futuros podem surgir, uma vez que requerem padrões de interação progressivamente mais complexos, recíprocos e por longos períodos de tempo.

Em um contexto onde as expectativas e a convivência social são pautadas por interações agressivas, como por exemplo, na família, na vizinhança e em demais espaços de socialização, o engajamento em padrões de comportamento potencialmente violentos e a construção de um sistema de crenças baseado nesse tipo de interação podem ser facilitados, até consolidarem-se enquanto características pessoais de temperamento (Bronfenbrenner, 1999/2011, pg. 163).

Finalmente, a Classe 5, denominada Abuso sexual, agrupou 16,8% dos segmentos de texto. As palavras relacionadas a essa classe foram: sexo; acontecer; vizinho; abuso sexual; velho; mulher; troca; medo; manter; 8 anos; 13 anos; bem; homem; me abusaram; relação sexual; quintal; menino e contar. Estão relacionadas ao conteúdo desta classe situações onde ocorreram toques, carícias ou proposições sexuais forçadas, assim como as contingências em vigor nestas situações, como os possíveis agentes, local de ocorrência e idade na situação de abuso relatada por AASCA. Os trechos da Tabela 14 demonstram este contexto:

Tabela 14

**Segmentos de texto representativos da Classe 5 - Abuso Sexual**

Participante	Segmentos de texto	G. E Vítima	Vínculo	ACE-Score
P4	"Eu passei por essa experiência de abuso sexual, eu me lembro que eu tinha meus 7 anos, esse rapaz tinha seus 13 anos e era vizinho. Eu gostava de brincar de casinha com as primas no quintal de casa, com as colegas da vizinhança (...) minha mãe descobriu e proibiu ele entrar (...) A terezinha era babá de um dos meus sobrinhos, bem mais velha que eu, tava deitado na cama e ela foi sentar em cima de mim forçado, tirou sangue de mim"	Criança	Extrafamiliar	5
P5	"Na ausência da mãe pra trabalhar, que foi necessária, aconteceram vários tipos de abuso, essa questão do abuso sexual, houve essa questão de maus tratos da própria família que poderia estar me protegendo, teve um tio que manteve relação sexual comigo, esse tio me ameaçou de morte se eu contasse do abuso"	Adolescente	Extramiliar	6
P12	"Sofri (abuso sexual), não me lembro o nome dele, eu tinha 13 anos, era conhecido da família, morava próximo, foi mais de uma vez. Foi com dois homens mais velho, eles moram em Fortaleza (...) eles eram bem maduros já, uns 35. Eram conhecidos da família, (foi) em troca de dinheiro"	Criança	Intrafamiliar	6
P19	"Eu sofri abuso sexual sim, quando era criança, eu tinha uns 8 anos, foram vizinhos que me abusaram, ocorreu umas 5 vezes, eles me batiam (...) quando eu tinha 15 anos de idade eu fui para o EREC, dentro da FEBEM eu sofri abuso sexual, eu fui agredido sofri mais outro trauma, sofri agressão física e abuso sexual (...) Quando eu era criança, de madrugada, na escola, apagaram a luz pegaram um capuz e me abusaram (...) acho que único amigo que eu tinha na escola era esse que eu falei que me abusava"	Criança	Intrafamiliar	10
P23	"É, eu fui abusado sexualmente, por um velho, um senhor (...) meu vizinho. Eu tinha 8 anos nesse tempo (...) Foi várias vezes, foi um ano. Ele dizia que eu não tinha que contar porque senão ele ia fazer alguma coisa comigo ou com minha família"	Criança	Intrafamiliar	6
P24	"Aconteceu de propor, um velho lá (...) Acho que eu tinha, essa idade de 12 anos pra 13 anos. É que ele queria está agarrando a gente, essas coisas, sabe? E apareceram mulher também, eram vizinhas (...) eu fiz sexo, eu acho que pela idade dela tinha uns 30 anos por aí. Acho que eu tinha uns 12, 13 anos (...) eu não gostava não, eu tinha medo, mas ela me arrastava (...) muitas vezes eu fazia sexo, mas tinha vezes que a gente fazia sem gosto, sem vontade, essa vizinha dava um prato de comida para mim, dava água, dava as coisas que a gente precisava em troca de sexo"	Adolescente	Intrafamiliar	7

Nota. G. E = Grupo Etário da vítima

Os relatos sobre a experiência do abuso sexual demonstram a gravidade desta EAI, tendo grande importância para compreender o envolvimento posterior destes AASCA em comportamentos sexualmente abusivos com crianças e adolescentes. É possível observar que estas experiências se deram em ambientes que deveriam ser protetivos, como a casa (P4, P5), a vizinhança (P12, P23, P24) e a escola (P19). Além disso, foi possível perceber que a sexualidade, ainda em desenvolvimento, pode ter sido compreendida como uma mercadoria, a partir do estabelecimento de relações de troca por dinheiro ou alimentação (P12, P24).

Quando o corpo infantil é objeto de uma relação comercial, e esta relação acontece com o conhecimento e aprovação dos pais ou responsáveis, este tipo de abuso pode ser entendido como uma forma de exploração sexual, adicionando mais uma nuance no entendimento desta classe, assim como o abuso sexual ocorrido na instituição FEBEM, relatado por P19, também caracteriza uma outra expressão desta violação. Estudos mostram que, por exemplo, a exploração sexual na infância pode levar a vítima a desenvolver uma visão sexualmente degradada de si mesma na idade adulta (Frías & Erviti, 2014; Van Brunschot & Brannigan, 2002).

Assim, entende-se que a experiência de abuso sexual coloca em xeque todos os sistemas potencialmente protetivos discutidos pela Teoria Bioecológica, representando uma experiência que sintetiza o acúmulo de vulnerabilidade deixada por todas as outras formas de abuso e adversidades vivenciadas. Esta hipótese ganha força ao observar que todos os participantes incluídos nesta classe se encontram no grupo que indica a superexposição às EAI, correspondente ao relato de 4 ou mais no decorrer dos primeiros 18 anos de vida do participante. Este dado evidencia que AASCA que relataram terem vivido formas de abuso sexual na infância estiveram inseridos em ambientes promotores de condições ecológicas favoráveis à esta ocorrência, onde as violações anteriormente relatadas, como o abuso físico, a violência

doméstica e a negligência, estiveram presentes, ao passo que importantes fatores de proteção se ausentaram.

Nesse sentido, para compreender adequadamente que condições ecológicas podem ter sido potencialmente preceptoras da experiência de abuso sexual na infância de AASCA, em primeiro lugar é preciso entender que a complexidade do fenômeno exige a articulação de diversos conceitos advindos da Teoria Bioecológica, uma vez que, ainda que sejam didaticamente separados, estes elementos expressam forças dinâmicas que interagem entre si e dirigem o desenvolvimento. Se faz necessário, portanto, analisar não somente contextos ecológicos, mas também os processos proximais engajados com outros significativos, as características pessoais e a dimensão temporal. Em suma, a complexidade da experiência de abuso sexual exige uma análise teórica mais detalhada dos núcleos do modelo PPCT relacionados ao contexto do abuso sexual, descritas a seguir na seguinte ordem: Contexto, Tempo, Pessoa e Processo.

Em termos de *Contexto (C)*, é possível afirmar que as situações de abuso sexual relatadas ocorreram em microssistemas que possuem determinadas características físicas, sociais e simbólicas. Os principais agentes desses abusos eram pessoas com quem os participantes tinham alguma relação de proximidade e que desempenhavam juntos alguma atividade: vizinhos, amigos, conhecidos, tios e babás. Para cada uma dessas pessoas, existiam expectativas recíprocas de papel, permeadas por relações de poder que delineiam os comportamentos esperados para os dois elementos da relação: às crianças, cabe respeitar e obedecer aos adultos ou crianças maiores em posição de dominação, ainda que o pedido seja abusivo. Estes papéis podem ter sido reforçados pelas relações diádicas constituídas no microssistema familiar nas primeiras idades da infância, uma vez que as relações parentais foram mediadas pelo uso de castigos físicos, humilhações e atos de negligência física e emocional.



Em algumas das situações de abuso sexual relatadas, os mesossistemas família/escola e família/vizinhança parecem fragilmente vinculados, fazendo com que a transição da infância para adolescência, vivenciada em faixas etárias aproximadas às identificadas pela CHD (8 anos, 13 anos) seja mais dificultada, assim como as principais mudanças atreladas a ela, como exemplo, o desenvolvimento de papéis sexuais. O exossistema, nesse contexto, pode ser representado pelas atividades dos pais, como o trabalho, que interfere no tempo de permanência destes com os filhos, tornando-os mais suscetíveis a estes abusos. Cada um destes contextos é permeado por ideologias sociais e políticas subjacentes à cultura e subcultura familiar e que são derivadas do macrosistema, como o sexismo, o adultocentrismo, o patriarcalismo e o machismo. Tais valores estão incrustados nos sistemas de crenças desenvolvido por cada pessoa que exerce influência significativa na trajetória de vida de AASCA, tendo o potencial de afetar a direção do desenvolvimento destes indivíduos.

Na dimensão do *Tempo (T)*, importa ressaltar que as situações de abuso relatadas aconteceram em etapas críticas do desenvolvimento de AASCA, provocando mudanças bruscas nas atividades, relações e papéis por eles desempenhados em seu contexto imediato (microtempo) e ocorrendo de maneira regular por longos períodos de tempo (mesotempo), as vezes se estendendo por mais de uma etapa do desenvolvimento, ocorrendo tanto na infância, quanto na adolescência, como demonstrado pelos relatos de P4, P12, P19 e P24.

Outrossim, é necessário levar em consideração o grau de instabilidade, inconsistência e imprevisibilidade produzido por situações de abuso sexual que são permeadas por ameaças e até agressões físicas (P5, P19 e P23). Além disso, cada um desses elementos é atravessado pelo macrotempo, pois estão pautados em papéis constituídos a partir das expectativas de geração e tempo histórico do qual fazem parte. Se enfatiza que quanto maior for a duração de um evento instigante potencialmente negativo, maiores são as chances de que esse processo de interação

seja estabelecido e passe a fazer parte do sistema de crenças que guiará as ações da pessoa, fortalecendo disposições pessoais de disfunção (Bronfenbrenner & Morris, 1998/2006).

De acordo com uma orientação Bioecológica, entende-se como características da *Pessoa (P)* atributos socioemocionais, motivacionais e cognitivos – tanto aqueles que são considerados hereditários, como os que são construídos a partir da interação com o ambiente. Estas características são o resultado de uma função conjunta das potencialidades individuais e elementos ambientais que são vivenciados ao longo do curso de vida em um determinado tempo histórico, funcionando como um processo de construção pessoal retroalimentar, onde as características da pessoa são afetadas e tem o poder de afetar o seu ambiente.

Nesse sentido, uma vez que a cognição é construída no contexto, ao mesmo tempo em que é capaz de modifica-lo, é possível sugerir que algumas características pessoais de AASCA possam ter interferido em sua vulnerabilidade a situações de abuso, assim como outras características podem ter sido sedimentadas a partir desta experiência. Como exemplo, a impulsividade, a explosividade e a prontidão para recorrer a agressões ou violências, relatadas em outras classes pelos AASCA, podem ser entendidas como características de força, que são disposições comportamentais ativas que podem ser desenvolvimentalmente disruptivas, tendo o potencial de interferir nos processos proximais, sendo que podem ter seu potencial aumentado a partir da ativação ambiental destas características.

Em uma situação de abuso sexual vivenciada na infância, onde a criança é colocada em posição de completa submissão e desempoderamento sobre seu corpo, é possível que potenciais de agressividade sejam ativados para lidar com outras situações adversas posteriormente apresentadas pelo contexto, gerando respostas seletivas para este tipo de situação ou circunstâncias semelhantes. Estas respostas seletivas construídas a partir da experiência de abuso sexual tornam-se cognitivamente estruturadas. Isso significa que esta experiência é conceituada pela pessoa que a vivenciou, sendo que as respostas seletivas desenvolvidas a partir

dela passam então a guiar o sistema de crenças diretivas deste indivíduo (Bronfenbrenner & Morris, 1998/2006).

Por outro lado, os recursos biopsicológicos ativos podem ser expressados como habilidades e conhecimentos adquiridos por experiências anteriores que capacitam o envolvimento efetivo em processos proximais. Nessa perspectiva, em face das experiências adversas vivenciadas pelos AASCA na primeira infância, referentes principalmente ao abuso físico e negligência, os recursos desenvolvidos para lidar com situações de risco e ameaça podem ser limitados à passividade e falta de confiança. A aprendizagem de padrões de interação pouco eficazes em EAI anteriores pode interferir na busca por ajuda em situações de abuso sexual (Alaggia, 2010). Esse tipo de reação aos abusos pode ser percebido, por exemplo, pelo aparecimento da palavra ‘manter’ a partir da CHD, que ilustra que diante de uma situação de sofrimento, a conduta adotada perpassa o silêncio e a tolerância ao sofrimento derivado desta experiência.

Por fim, as características pessoais de demanda, entendidas como atributos que têm o potencial de convidar ou desencorajar as reações das pessoas presentes em seu ambiente imediato, podem estar presentes como características de temperamento ou personalidade. Por exemplo, crianças mais tímidas parecem exibir um potencial maior de vulnerabilidade às situações de abuso, uma vez que tendem a atrair menos interações potencialmente protetoras (Alaggia, 2010). Além disso, Bronfenbrenner pontua que características demográficas de idade, gênero, classe e raça também tem o potencial de definir os nichos ambientais nos quais o indivíduo se insere, o que pode interferir nas expectativas de papéis sociais ao longo da vida.

A dimensão do *Processo (P)* perpassa todos os elementos supracitados, de forma que estes processos que são constituídos com outros significativos nos microssistemas onde os AASCA se desenvolveram podem fortalecer, enfraquecer ou direcionar as características pessoais. Por exemplo, o grupo de pares pode fortalecer as crenças sobre sexualidade viril,

enquanto famílias negligentes ou fisicamente violentas podem fortalecer a crença de que crianças e adolescentes devem ser submissos às vontades irrestritas dos adultos, ou que sua sexualidade e sua força de trabalho podem ser de algum modo utilizadas por estes adultos. Estas experiências representam a própria coisificação da condição de infância, podendo reforçar a crença de que é possível usar/vender/trocar a sua sexualidade.

Assim, importa ressaltar que a experiência de abuso sexual, especialmente se acontecendo por longos períodos de tempo, tem a capacidade de modular percepções e instaurar crenças acerca de conceitos como infância, violência e sexualidade, adotados como princípios que guiarão as ações e as relações interpessoais posteriores desses indivíduos (Reis, 2016). Estas vivências que ocorrem nas interações face a face também podem gerar percepções que serão posteriormente reforçadas a partir da consolidação de um sistema de crenças que faz parte do macrossistema, crenças estas que mediarão a relação deste indivíduo consigo e seu ambiente real e simbólico.

Exemplos das crenças supracitadas encontradas nos discursos de AASCA são: crianças e adolescentes podem consentir com atividades sexuais com adultos e podem tirar satisfação desta experiência; adolescentes são pessoas em completo desenvolvimento, capazes de responder pelas suas ações; adultos podem impor as suas vontades às crianças e pessoas do sexo masculino podem impor o seu poder a pessoas do sexo feminino. Estas crenças atuam como elemento central no envolvimento em comportamentos sexualmente abusivos, como um dos resultados desenvolvimentais da interação dos elementos PPCT na trajetória de vida dos AASCA.

Portanto, para compreender como AASCA estiveram engajados neste tipo de comportamento, é preciso levar em consideração que o MBDH considera a ação como um resultado da interação de recursos pessoais desenvolvidos de maneira imediata e mais remota que se apresentam disponíveis para a pessoa em desenvolvimento e o seu ambiente. Nesse

sentido, é possível afirmar que as experiências vivenciadas nas relações interpessoais, somadas à falta de recursos para lidar com situações adversas, relações de poder e desejo sexual, assim como o sistema diretivo de crenças distorcidas desenvolvidas a partir das EAI, podem ter interferido sobremaneira no desenvolvimento de AASCA, resultando no engajamento em condutas sexualmente abusivas enquanto um comportamento de risco.

Se, por um lado, a trajetória descrita por estes homens sugere que os padrões de interação aprendidos nos contextos das EAI podem ter sido atualizados, reproduzidos e traduzidos em comportamentos de agressão sexual no futuro, por outro, as condições situacionais que permitiram que AASCA concretizassem esses abusos alertam para a continuidade de exposição de outras crianças e adolescentes às mesmas condições vivenciadas por AASCA, podendo eliciar resultados desenvolvimentais semelhantes ou não, mas decisivamente prejudiciais ao desenvolvimento.

Assim, o agente principal capaz de mediar a relação entre exposição à EAI e resultados desenvolvimentais negativos são os fatores protetivos e a construção de papéis positivos no decorrer da trajetória de vida, uma vez que, mesmo em situações adversas, fatores como fortes relações afetivas com outros significativos, envolvimento comunitário, maior estabilidade nas interações e contextos, desenvolvimento de sistemas de crenças mais funcionais e programas de parentalidade positiva podem funcionar como amortecedores dos efeitos negativos advindos das EAI. Estes podem diminuir de maneira significativa a probabilidade de ocorrência e magnitude de eventuais resultados de disfunção e potencialmente mudar o curso de desenvolvimento desses indivíduos.

## 9 Considerações Finais

Esta pesquisa teve como principal objetivo demonstrar possíveis relações entre experiências adversas na infância (EAI) e fatores pessoais e situacionais na bioecologia do desenvolvimento de autores de agressão sexual de crianças e adolescentes (AASCA). Considera-se que este objetivo foi alcançado, uma vez que a investigação tornou possível a assimilação da relação entre as subcategorias específicas de EAI, seu acúmulo, representado pelo *ACE-Score*, e características específicas como a recorrência e o uso de álcool e outras drogas no momento da agressão.

Da mesma forma, foi possível identificar no relato dos AASCA aspectos desenvolvimentais que permearam estas EAI, o que permitiu ressaltar quais mecanismos (ou ausência deles) referentes aos contextos vivenciados por AASCA, aos processos engajados por eles, ao tempo vivenciado em cada uma dessas experiências e às suas características pessoais, podem ter agido para estabelecer uma ecologia favorável para o engajamento em comportamentos de risco, como a agressão sexual de crianças e adolescentes.

Os resultados obtidos revelaram uma amostra de AASCA composta em sua maioria por homens adultos, não-brancos, com baixa escolaridade e que professam a religião evangélica, tendo agredido em sua maioria meninas conhecidas ou membros da família, que possuíam em média 12,51 anos, utilizando comportamento sexual penetrativo e estratégias de manipulação e convencimento para a concretização do ato. Neste grupo amostral, quase que a totalidade de AASCA revelou ter vivenciado ao menos uma subcategoria de EAI, enquanto mais da metade pontuou quatro ou mais, com média de 4,36 EAI por participante. O abuso físico foi a EAI mais relatada, seguida de violência moral ou *bullying*, morte e/ou separação dos pais e abuso de substâncias no contexto doméstico. O abuso sexual foi a quinta categoria de EAI mais relatada.

Além disso, foi observado que importantes experiências como morte e/ou separação dos pais, negligência emocional e violência doméstica podem elevar o risco de vivenciar abuso

sexual na infância neste grupo amostral, assim como o abuso físico pode aumentar o risco para o abuso emocional e o relato de morte e/ou separação dos pais pode aumentar o risco de AASCA relatarem negligência física, indicando que estas experiências tendem a ocorrer de forma simultânea em contextos onde uma variedade de disfunções está presente.

A análise quanti-qualitativa demonstrou que a palavra ‘mãe’ foi mais utilizada no relato de AASCA quando estes mencionaram vivências de abuso físico e violência doméstica, ao passo que a palavra ‘pai’ esteve mais fortemente ligada ao consumo de substâncias por familiares e a morte e/ou separação dos pais, sendo que estas palavras nucleares se referem a EAI que ocorreram no microssistema familiar. Por outro lado, as violências sociais foram agrupadas em contextos que demonstravam a transição ecológica da infância para a adolescência, podendo ser localizadas nos mesossistemas entre família/escola/vizinhança e partir da interação destes indivíduos com o grupo de pares.

O abuso sexual vivenciado por AASCA foi associado a idades entre 8 e 13 anos e a uma diversidade de possíveis autores, sendo que as ideologias e práticas culturais advindas do macrossistema parecem desempenhar um importante papel nesta EAI. Além disso, nas duas metodologias de análise utilizadas a partir do *software* Iramuteq (Análise de Similitude e CHD) esta EAI apareceu como uma categoria diferenciada das demais, demonstrando sua gravidade e complexidade diante dos sistemas protetivos hipotetizados pela Teoria Bioecológica.

Portanto, é possível concluir que o comportamento sexualmente abusivo não se constitui um episódio isolado e não acontece no vácuo, ele é construído pouco a pouco, a partir de cada experiência vivenciada por AASCA, em especial àquelas a que são atribuídas emoções negativas, e as crenças por elas engendradas, uma vez que são essas experiências e concepções cognitivas que guiarão as ações destes indivíduos. No entanto, os resultados encontrados nesta pesquisa alertam para uma situação ainda mais grave: estas condições ecológicas adversas continuam a ser reproduzidas, tendo o potencial de converter a trajetória de vida de outras

crianças e adolescentes abusados das mais diversas formas em trajetórias de autores de agressão. Contudo, é importante frisar que os resultados obtidos nesta pesquisa não são explicativos, mas descritivos. Ou seja, com base nos resultados obtidos, não é possível afirmar que exista uma relação causal entre experiências adversas na infância e a prática da agressão sexual no futuro. Entretanto, as análises dos dados permitem concluir que, nesta amostra de AASCA, as EAI estiveram presentes, foram frequentes e se associaram de maneira significativa com características da agressão.

Por conseguinte, a contribuição desta pesquisa para as áreas de estudo em Autores de Agressão Sexual e das Experiências Adversas na Infância perpassa dois pontos importantes: em primeiro lugar, esta pesquisa contribuiu para a ampliação do conhecimento produzido no Brasil sobre as duas áreas em pauta, levando em consideração a escassez de estudos que aplicaram o *ACE-IQ* na população brasileira, em especial com amostras compostas por AASCA, cujo acesso direto ainda é difícil. Em segundo lugar, a natureza da pesquisa tornou possível a combinação de métodos quanti e qualitativos, constituindo-se enquanto uma pesquisa multimetodológica em desenvolvimento humano, o que permitiu determinar não somente a ocorrência, frequência e tipologia de EAI na vida de AASCA, mas também o processo pelo qual estas podem ter evoluído em sua história de vida.

Assim, foi possível perceber uma confluência entre os resultados das diferentes metodologias de análise utilizadas nesta pesquisa. As classes emergentes no discurso dos AASCA a partir da classificação realizada pela análise do conteúdo das entrevistas pelo *software* Iramuteq coincidiram com as categorias de maior frequência de acordo com as classificações do *ACE-IQ*, demonstradas na etapa quantitativa da pesquisa. Do mesmo modo, a análise dos dados qualitativos permitiu o exame detalhado das EAI na trajetória de AASCA, corroborando com as hipóteses teóricas apresentadas na literatura sobre a maior gravidade de determinadas EAI para o desenvolvimento humano, como a negligência e o abuso sexual.



Conclui-se que os resultados das análises qualitativas validaram e enriqueceram os dados quantitativos e vice-versa, conferindo maior solidez ao conhecimento científico produzido.

No entanto, o presente estudo apresentou uma série de limitações que devem ser pontuadas, entre elas o baixo número de participantes para um estudo quantitativo, tendo em vista que pesquisas que aplicam diretamente o *ACE-IQ* costumam ser realizadas em amostras consideravelmente maiores. Por conseguinte, destaca-se que o perfil pesquisado aponta para características específicas e não generalizáveis, uma vez que se trata de um grupo amostral acessado unicamente pelo contexto do cárcere e que foi representado por homens adultos, não-brancos e com baixa escolaridade. Contudo, é possível afirmar que a caracterização biopsicossocial deste grupo permitiu o alcance dos objetivos exploratórios e descritivos propostos por esta pesquisa.

Em relação ao questionário, destaca-se a impossibilidade de estabelecer um grupo controle para a sua aplicação nesta pesquisa, o que pode ter limitado a comparação dos resultados com grupos que não tiveram o mesmo desfecho, assim como a sua aplicação indireta pode ter sido capaz de impactar o alcance das respostas coletadas, mesmo com o criterioso procedimento de classificação dos relatos e avaliação por juízes. Em relação ao idioma do instrumento, a versão utilizada foi a traduzida para a língua portuguesa de Portugal. Para sua aplicação direta, sugere-se que o instrumento possa ser traduzido para o português brasileiro, levando em consideração as diferenças culturais e variações linguísticas.

Por fim, ressalta-se a possível influência do viés da memória sobre os relatos coletados, tendo em vista que se tratam de descrições retrospectivas das experiências vividas. Do mesmo modo, ressalta-se que experiências importantes identificadas nas entrevistas não são citadas no instrumento, como por exemplo, a extensão familiar, o abuso de álcool ou drogas pela própria criança e/ou adolescente, o trabalho infantil, o consumo abusivo de pornografia na infância, a frequência em casas de prostituição e as condições adversas no nascimento, não sendo possível

classificá-las e inseri-las na análise. Assim, sugere-se que estudos posteriores possam abordar qualitativamente estas experiências na trajetória de AASCA, da mesma forma que o instrumento *ACE-IQ* possa ser aplicado em amostras maiores e mais jovens, se possível com a realização de um pós-teste para conferir maior confiabilidade e consistência aos relatos.

Portanto, entende-se que compreender as EAI a partir de uma orientação bioecológica significa considerar os aspectos desenvolvimentais envolvidos em cada uma destas experiências. A partir desta articulação, foi possível não somente rastrear as EAI em AASCA, mas também mapear a sua ocorrência nos diferentes níveis ecológicos em que estiveram inseridos em sua trajetória de vida. A teoria bioecológica contribuiu para o entendimento das EAI na medida em que permitiu acessar as atividades, relações e papéis desempenhados em cada contexto onde estas experiências aconteceram, assim como as pessoas, objetos e símbolos presentes em seu contexto imediato e mais remoto, contribuindo para a compreensão dos múltiplos elementos que podem ter concorrido para a vivência destas experiências e para os potenciais efeitos negativos sobre o desenvolvimento derivados delas.

Nesse sentido, espera-se que a concepção de desenvolvimento bioecológica sobre as EAI de AASCA possa servir para demonstrar a multicausalidade e a complexidade do debate em torno da agressão sexual de crianças e adolescentes, levando em consideração que somente a punição pode não ser medida suficiente para lidar com um fenômeno que tem raízes tão profundas na cultura, nas ideologias perpassadas de geração em geração e no sistema político econômico pautado em desigualdades de poder, fatores capazes de impulsionar a ocorrência de EAI em contextos de maior vulnerabilidade.

Em direção a esse entendimento, espera-se que o presente estudo possa contribuir para o planejamento de políticas públicas em saúde que incluam AASCA como forma mais eficaz para evitar possíveis reincidências, utilizando para isso, por exemplo, a aplicação da Terapia Cognitivo Comportamental em grupos de trabalho que tenham essa população como alvo, tendo

em vista que esta abordagem enfatiza a ressignificação de crenças, valores e comportamentos, e que este tipo de tratamento direcionado a autores de diversas formas de agressão têm sido documentado em experiências internacionais. Adicionalmente, menciona-se que grupos de trabalho que exploram a construção da masculinidade têm se mostrado válidos em intervenções com esta população.

Do mesmo modo, sob o ponto de vista da prevenção da violência/agressão sexual, os resultados obtidos nesta pesquisa podem servir como subsídio para a elaboração de materiais instrucionais como cartilhas, vídeos e *podcasts* que discutam a importância de levar em consideração as EAI e seus possíveis desfechos negativos como um assunto de saúde pública. Este material poderá ser utilizado tendo como público a população geral, inclusive em programas sobre parentalidade, como também poderá auxiliar em capacitações com profissionais de saúde, educação e assistência que atuem na área do desenvolvimento de crianças e adolescentes. Nesse sentido, a coordenação de ações preventivas poderá evitar o desenvolvimento de doenças graves e adoção de comportamentos de risco, implicando na diminuição de gastos orçamentários futuros com saúde e segurança pública.

Este objetivo é especialmente relevante dado o atual cenário da pandemia de Covid-19 e suas já documentadas repercussões nas experiências vivenciadas por crianças e adolescentes sob as restrições sociais e econômicas impostas por este contexto global. Este cenário tende a acirrar as desigualdades e intensificar o estresse crônico contido em experiências de isolamento, desemprego, perda de um dos pais e violências diversas. Nessa perspectiva, espera-se que a discussão sobre os fatores de risco aqui empreendida possa estimular o olhar para os fatores potencialmente protetivos, passíveis de ativação mesmo na ocorrência de EAI, uma vez que estes são capazes de promover resiliência diante das dificuldades enfrentadas, de modo que seus efeitos negativos possam ser atenuados e os desfechos de maior gravidade, como a agressão sexual de crianças e adolescentes, possam ser evitados.

## Referências

- Abaid, J. L. W., & Dell'Aglio, D. D. (2014). Exposição a fatores de risco de adolescentes em acolhimento institucional no Sul do Brasil. *Interação em Psicologia*, 18(1). Retirado de <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/29331> doi: [10.5380/psi.v18i1.29331](https://doi.org/10.5380/psi.v18i1.29331)
- Afifi, T. O., Mota, N., Sareen, J., & MacMillan, H. L. (2017). The relationships between harsh physical punishment and child maltreatment in childhood and intimate partner violence in adulthood. *BMC public health*, 17(1), 493 Retrieved from <https://link.springer.com/article/10.1186/s12889-017-4359-8>
- Alcantara, S. C. D., González-Carrasco, M., Montserrat, C., Casas, F., Viñas-Poch, F., & Abreu, D. P. D. (2019). Violência entre pares, clima escolar e contextos de desenvolvimento: suas implicações no bem-estar. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24, 509-522. Retirado de <https://www.scielo.org/article/csc/2019.v24n2/509-522/pt/> doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018242.01302017>
- Allbaugh, L. J., Mack, S. A., Culmone, H. D., Hosey, A. M., Dunn, S. E., & Kaslow, N. J. (2018). Relational factors critical in the link between childhood emotional abuse and suicidal ideation. *Psychological Services*, 15(3), 298–304. Retrieved from <https://psycnet.apa.org/record/2018-37731-008> doi: <https://doi.org/10.1037/ser0000214>
- Albuquerque, F. M. P., Heimerdinger, V. S., & Rodrigues, E. F. (2016). Implicações do uso de álcool no exercício das funções parentais na perspectiva do filho adolescente. *Revista Contexto & Saúde*, 16(31), 149-164. Recuperado de <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoesaude/article/view/5769> doi: <https://doi.org/10.21527/2176-7114.2016.31.149-164>
- Almuneef, M. (2019). Long term consequences of child sexual abuse in Saudi Arabia: a report from national study. *Child Abuse & Neglect*. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0145213419300894> doi: <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2019.03.003>
- Alves, A. D. N., Santos, J. M. S., Oliveira, J. S. A., & Ramos, R. S. (2013). Conselho tutelar e abuso sexual: Ocorrências em crianças e adolescentes. *Revista de Enfermagem*, 7(1), 135-142. Recuperado de <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/bde-32979> doi: [10.5205/reuol.3049-24704-1-LE.0701201319](https://doi.org/10.5205/reuol.3049-24704-1-LE.0701201319).
- Al-Shawi, A. F., & Lafta, R. K. (2015). Effect of adverse childhood experiences on physical health in adulthood: Results of a study conducted in Baghdad city. *Journal of family & community medicine*, 22(2), 78. Retrieved from <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4415131/> doi: [10.4103/2230-8229.155374](https://doi.org/10.4103/2230-8229.155374)
- Amazarray, M. R., & Koller, S. H. (1998). Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. *Psicologia: reflexão e crítica*, 11(3), 0. Recuperado de: <https://www.redalyc.org/pdf/188/18811314.pdf>
- Anda, R., Tietjen, G., Schulman, E., Felitti, V., & Croft, J. (2010). Adverse childhood experiences and frequent headaches in adults. *Headache: The Journal of Head and Face*

- Pain*, 50(9), 1473-1481. Retrieved from <https://headachejournal.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1526-4610.2010.01756.x>
- Andrade, A. B. D., Azeredo, C. M., & Peres, M. F. T. (2020). Exposição à violência comunitária e familiar e autoavaliação de saúde na população brasileira. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 23, e200039. Recuperado de <https://www.scielo.org/article/rbepid/2020.v23/e200039/> doi: <https://doi.org/10.1590/1980-549720200039>
- Alaggia, R. (2010). An ecological analysis of child sexual abuse disclosure: Considerations for child and adolescent mental health. *Journal of the Canadian Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 19(1), 32. Retrieved from <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2809444/>
- Araújo, M. A. M., & Fidalgo, F. S. R. (2019). O trabalho e a educação carcerária no estado do Pará. *Nova Revista Amazônica*, 7(1), 75-91. Recuperado de <https://periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/view/6977> doi: <http://dx.doi.org/10.18542/nra.v7i1.6977>
- Arruzza, C., Bhattacharya, T., & Fraser, N. (2019). *Feminismo para os 99%: um manifesto*. (H. R. Cadiane, Trad). Boitempo Editorial.
- Azevedo, R. N. (2017). *Da punição corporal ao abuso físico de crianças/adolescentes: caracterização, níveis de gravidade e variáveis psicossociais associadas* (Tese de Doutorado) Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. Recuperado de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59141/tde-18052017-171758/en.php> doi: 10.11606/D.59.2017.tde-18052017-171758
- Baía, P. A. D., Veloso, M. M. X., Habigzang, L. F., Dell’Aglío, D. D., & Magalhães, C. M. C. (2015). Padrões de revelação e descoberta do abuso sexual de crianças e adolescentes. *Revista de Psicologia*, 24(1). Recuperado de <https://sintesisdejurisprudencia.uchile.cl/index.php/RDP/article/view/37007> doi: 10.5354/0719-0581.2015.37007
- Barbaree, H. E., & Blanchard, R. (2008). Sexual deviancy over the lifespan: Reductions in deviant sexual behavior in the aging sex ofender in *Sexual deviance: Theory, assessment, and treatment*, Laws & O’Donohue (org). Thel Guilford Press, New York-London, p37-60.
- Barboza, G. S. (2017). Epidemiologia da violência sexual contra crianças e adolescentes do Distrito Federal notificada no período de 2010 a 2015. (Trabalho de Conclusão de Curso). Faculdade de Enfermagem, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil. Recuperado de <https://www.bdm.unb.br/handle/10483/21073>
- Barra, S., Bessler, C., Landolt, M. A., & Aebi, M. (2017). Type and timing of maltreatment influence criminal persistence in sexually abusive adolescents. *Law and human behavior*, 41(6), 556. Retrieved from <https://psycnet.apa.org/record/2017-30681-001> doi: [10.1037/lhb0000255](https://doi.org/10.1037/lhb0000255)

- Beck, A. T., Davis, D. D., & Freeman, A. (2005). *Terapia cognitiva dos transtornos da personalidade*. (D, Bueno, trad.) Artmed Editora, Porto Alegre, Brasil.
- Bellis, M. A., Lowey, H., Leckenby, N., Hughes, K., & Harrison, D. (2013). Adverse childhood experiences: retrospective study to determine their impact on adult health behaviours and health outcomes in a UK population. *Journal of public health*, 36(1), 81-91. Retrieved from <https://academic.oup.com/jpubhealth/article/36/1/81/1571104?login=true> doi: [10.1093/pubmed/ftd038](https://doi.org/10.1093/pubmed/ftd038)
- Bertoli, C., Benato, R. H., & Machado, P. G. B. (2018). Pedofilia: Um Estudo Teórico Sob A Ótica Da Análise Do Comportamento. *Educação e Humanidades*, 12(1), 44-58.
- Baglivio, M. T., Wolff, K. T., Piquero, A. R., & Epps, N. (2015). The relationship between adverse childhood experiences (ACE) and juvenile offending trajectories in a juvenile offender sample. *Journal of Criminal Justice*, 43(3), 229-241. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0047235215000446> doi: [10.1016/j.jcrimjus.2015.04.012](https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2015.04.012)
- Baglivio, M. T., Epps, N., Swartz, K., Huq, M. S., Sheer, A., & Hardt, N. S. (2014). The prevalence of adverse childhood experiences (ACE) in the lives of juvenile offenders. *Journal of juvenile justice*, Vol. 3, n. 2. Retrieved from [https://www.prisonpolicy.org/scans/Prevalence\\_of\\_ACE.pdf](https://www.prisonpolicy.org/scans/Prevalence_of_ACE.pdf)
- Barros, C. D. A. (2017). Parafilias, pedofilia e intervenções em terapia cognitivo-comportamental. *Psique*, 2(3), 78-94. Recuperado de <https://seer.cesjf.br/index.php/psq/article/view/1239>
- Bartlett, J. D., & Sacks, V. (2019). Adverse childhood experiences are different than child trauma, and it's critical to understand why. *Child Trends*. Recuperado de: [https://www.researchgate.net/profile/Jessica\\_Bartlett2/publication/334679870\\_Adverse\\_childhood\\_experiences\\_are\\_different\\_than\\_child\\_trauma\\_and\\_it's\\_critical\\_to\\_understand\\_why/links/5d39aa694585153e591fcae4/Adverse-childhood-experiences-are-different-than-child-trauma-and-its-critical-to-understand-why.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Jessica_Bartlett2/publication/334679870_Adverse_childhood_experiences_are_different_than_child_trauma_and_it's_critical_to_understand_why/links/5d39aa694585153e591fcae4/Adverse-childhood-experiences-are-different-than-child-trauma-and-its-critical-to-understand-why.pdf)
- Basto-Pereira, M., Maia, A. C. (2019). Early adversity and adult delinquency: the mediational role of mental health in youth offenders, *Ciência e saúde coletiva* vol.24 no.8 Rio de Janeiro, 24(8):2805-2810, 2. Recuperado de <https://www.scielo.org/article/csc/2019.v24n8/2805-2810/en/> doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018248.27142017>
- Becerra-García, J. A. (2014). Childhood abuse and neurocognitive performance in adulthood: a preliminary study of executive functioning in offenders. *The Journal of Forensic Psychiatry & Psychology*, 25(1), 113-119. Retrieved from <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14789949.2013.873070> doi: [10.1080/14789949.2013.873070](https://doi.org/10.1080/14789949.2013.873070)
- Belsky, J., & Pluess, M. (2009). Beyond diathesis stress: differential susceptibility to environmental influences. *Psychological bulletin*, 135(6), 885. Retrieved from <https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2Fa0017376> doi: [10.1037/a0017376](https://doi.org/10.1037/a0017376)

- Behere, A. P., Basnet, P., & Campbell, P. (2017). Effects of family structure on mental health of children: a preliminary study. *Indian journal of psychological medicine*, 39(4), 457. Retrieved from: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5559994/> doi: [10.4103/0253-7176.211767](https://doi.org/10.4103/0253-7176.211767)
- Berg, L., Rostila, M., & Hjern, A. (2016). Parental death during childhood and depression in young adults—a national cohort study. *Journal of child psychology and psychiatry*, 57(9), 1092-1098. Retrieved from <https://acmh.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/jcpp.12560> doi: [10.1111/jcpp.12560](https://doi.org/10.1111/jcpp.12560)
- Bick, J., & Nelson, C. A. (2016). Early adverse experiences and the developing brain. *Neuropsychopharmacology*, 41(1), 177. Retrieved from <https://www.nature.com/articles/npp2015252> doi: [10.1038/npp.2015.252](https://doi.org/10.1038/npp.2015.252)
- Bourdieu, P. (2005). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Borges, J., & Zingler, V. T. (2013). Fatores de risco e de proteção em adolescentes vítimas de abuso sexual. *Psicologia em Estudo*, 18(3) 453-463. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/2871/287130095007.pdf>
- Borowsky, I. W., Hogan, M., & Ireland, M. (1997). Adolescent sexual aggression: Risk and protective factors. *Pediatrics*, 100(6), e7-e7. Retrieved from <https://pediatrics.aappublications.org/content/100/6/e7> doi: <https://doi.org/10.1542/peds.100.6.e7>
- Brandão, V. B. G., Martins, A. M. A., & dos Reis Marques, J. N. (2019). Violência sexual infanto juvenil: uma análise sobre o agressor. *Humanidades (Montes Claros)*, 8(2), 35-44. Recuperado de <http://revistas.funorte.edu.br/revistas/index.php/humanidades/article/view/38>
- Bronfenbrenner, U. (1979/1996). *A ecologia do desenvolvimento humano* (Vol. 80). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (1998). The ecology of developmental processes. In W. Damon & R. M. Lerner (Eds.), *Handbook of child psychology: Theoretical models of human development* (pp. 993-1028). Hoboken, NJ, US: John Wiley & Sons Inc.
- Bronfenbrenner, U. (1999/2011). *Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos*. (Carvalho-barreto, A. Trad.) Porto Alegre, Brasil. Artmed Editora.
- Braga, A. A., & Carauta, A. A. F. (2020). Futebol, gênero e homossociabilidade nas redes sociais: a masculinidade no circuito comunicacional do WhatsApp. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 43(1), 165-190. Recuperado de [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S180958442020000100165&script=sci\\_arttext&tln\\_g=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S180958442020000100165&script=sci_arttext&tln_g=pt) doi: [10.1590/1809-5844202019](https://doi.org/10.1590/1809-5844202019)
- Brasil. Lei 12.852 de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm). Acessado em 07/03/2019

Brasil. Ministério dos Direitos Humanos. (2017). Secretaria Nacional da Promoção dos direitos da Criança e do Adolescente. Balanço Anual Ouvidoria Disque Direitos Humanos 2017.

Brasil. Ministério dos Direitos Humanos. (2018). Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e Adolescente “*Violência contra Crianças e adolescentes: análise dos cenários e Propostas de Políticas Públicas*”, Brasília.

Brasil, Ministério da Mulher e Direitos Humanos (2020). Disque 100 - *Balanço 2019*. Disponível em<&lt;[http://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/mmfdh/disque\\_100\\_relatorio\\_mmf\\_dh219.pdf](http://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/mmfdh/disque_100_relatorio_mmf_dh219.pdf)&&gt;>

Bowlby, J. (1973). *Attachment and loss, vol. II: Separation*. Basic Books.

Briggs, F., & Hawkins, R. M. (1996). A comparison of the childhood experiences of convicted male child molesters and men who were sexually abused in childhood and claimed to be nonoffenders. *Child abuse & neglect*, Vol. 20 n. 3, p.221-233. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S014521349500145X> doi: [https://doi.org/10.1016/S0145-2134\(95\)00145-X](https://doi.org/10.1016/S0145-2134(95)00145-X)

Brown, S. J., Walker, K., Gannon, T. A., & Keown, K. (2013). Creating a psychologically comfortable position: The link between empathy and cognitions in sex offenders. *Journal of Sexual Aggression*, 19(3), 275-294. Retrieved from <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13552600.2012.747223> doi: <https://doi.org/10.1080/13552600.2012.747223>

Burke NJ, Hellman JL, Scott BG, Weems CF, Carrion VG. The impact of adverse childhood experiences on an urban pediatric population. *Child Abuse Negl.* 2011;35(6):408-413 Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S014521341100113X> doi: <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2011.02.006>

Burton, D. L., Miller, D. L., & Shill, C. T. (2002). A social learning theory comparison of the sexual victimization of adolescent sexual offenders and nonsexual offending male delinquents. *Child Abuse & Neglect*, 26(9), 893-907. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0145213402003605> doi: [https://doi.org/10.1016/S0145-2134\(02\)00360-5](https://doi.org/10.1016/S0145-2134(02)00360-5)

Café, M. B., & Nascimento, N. I. D. (2012). O psicodrama e o atendimento aos autores de violência sexual. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 20(2), 127-139. Recuperado de <https://revbraspsicodrama.org.br/rbp/article/view/270>

Callaghan, J. E., Alexander, J. H., Sixsmith, J., & Fellin, L. C. (2018). Beyond “witnessing”: Children’s experiences of coercive control in domestic violence and abuse. *Journal of interpersonal violence*, 33(10), 1551-1581. Retrieved from <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0886260515618946> doi: <https://doi.org/10.1177/0886260515618946>



- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). *Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ*. Florianopolis-SC: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Campos, C. H., Machado, L. Z., Nunes, J. K., & dos Reis Silva, A. (2018). Cultura do estupro ou cultura antiestupro?. *Revista Direito GV*, 14(3), 981-1006. Recuperado de [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1808-24322017000300981&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1808-24322017000300981&script=sci_arttext) doi: <https://doi.org/10.1590/2317-6172201738>
- Carneiro, J. B., Gomes, N. P., Estrela, F. M., Santana, J. D. D., Mota, R. S., & Erdmann, A. L. (2017). Violência conjugal: repercussões para mulheres e filhas (os). *Escola Anna Nery*, 21(4). Recuperado de [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-81452017000400214&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-81452017000400214&script=sci_arttext&tlng=pt) doi: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2016-0346>
- Castro, E. G. D., & Macedo, S. C. (2019). Estatuto da Criança e Adolescente e Estatuto da Juventude: interfaces, complementariedade, desafios e diferenças. *Revista Direito e Práxis*, 10(2), 1214-1238. Recuperado de [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2179-89662019000201214&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2179-89662019000201214&script=sci_arttext&tlng=pt) doi: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/40670>
- Capaldi, D. M., Tiberio, S. S., Pears, K. C., Kerr, D. C., & Owen, L. D. (2019). Intergenerational associations in physical maltreatment: Examination of mediation by delinquency and substance use, and moderated mediation by anger. *Development and psychopathology*, 31(1), 73-82. Doi: <https://doi.org/10.1017/S0954579418001529>
- Cronholm, P. F., Forke, C. M., Wade, R., Bair-Merritt, M. H., Davis, M., Harkins-Schwarz, M. & Fein, J. A. (2015). Adverse childhood experiences: Expanding the concept of adversity. *American journal of preventive medicine*, 49(3), 354-361. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0749379715000501> doi: <https://doi.org/10.1016/j.amepre.2015.02.001>
- Center on the Developing Child (2007). The Impact of Early Adversity on Child Development (InBrief). Retirado de [www.developingchild.harvard.edu](http://www.developingchild.harvard.edu).
- Chalom, A., Cardoso, E., & Barbosa, R. C. K. (2018). Crianças e adolescentes com familiares encarcerados: levantamentos de impactos sociais, econômicos e afetivos [e-book]. *Galdeano, AP, org. São Paulo: CEBRAP*.
- Christ, C., De Waal, M. M., Dekker, J. J., van Kuijk, I., Van Schaik, D. J., Kikkert, M. J., ... & Messman-Moore, T. L. (2019). Linking childhood emotional abuse and depressive symptoms: The role of emotion dysregulation and interpersonal problems. *PloS one*, 14(2), e0211882. Retrieved from: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0211882> doi: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0211882>
- Chui, W. H. (2016). Incarceration and family stress as understood through the family process theory: Evidence from Hong Kong. *Frontiers in psychology*, 7, 881. Retrieved from <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2016.00881/full> doi: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2016.00881>

- Cohen, J. R., Menon, S. V., Shorey, R. C., Le, V. D., & Temple, J. R. (2017). The distal consequences of physical and emotional neglect in emerging adults: A person-centered, multi-wave, longitudinal study. *Child abuse & neglect*, 63, 151-161. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0145213416302940> doi: <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2016.11.030>
- Cole, M., & Cole, S. R. (2004). *O desenvolvimento da criança e do adolescente*. Artmed.
- Clarkson, P. (2014). Prevalence and relationship between Adverse Childhood Experiences and child behavior among young children. *Infant Ment Health J* 35(6):544-54.
- Costa, L. F., Penso, M. A., Conceição, M. I. G., & Carreteiro, T. C. O. C. (2017). Transmissão Geracional Familiar em Adolescentes que Cometeram Ofensa Sexual. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(4), 995-1010. doi: 10.1590/1982-3703004722016
- Costa, L. P., Cavalcante, L. C., & Reis, D. C. (2018). Autores de agressão sexual em contextos intra e extrafamiliar: revisão da literatura. *Mudanças-Psicologia da Saúde*, 26(2), 61-69. Recuperado de <https://core.ac.uk/download/pdf/229059591.pdf>
- Cronholm, P. F., Forke, C. M., Wade, R., Bair-Merritt, M. H., Davis, M., Harkins-Schwarz, M., & Fein, J. A. (2015). Adverse childhood experiences: expanding the concept of adversity. *American journal of preventive medicine*, 49(3), 354-361. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0749379715000501> doi: <https://doi.org/10.1016/j.amepre.2015.02.001>
- Da Costa, R. N. P. (2018). Disfunção executiva em agressores sexuais: uma análise comparativa. (Dissertação de mestrado). Universidade do Porto, Porto, Portugal. Recuperado de <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/112764>
- Daley, K. (2016). *Youth and substance abuse*. Springer International Publishing, Switzerland.
- Davidson, J. O. C. (2001). The sex exploiter. *Theme paper for the Second World Congress Against Commercial Sexual Exploitation of Children*. Retrieved from [http://www.ecpat.net/eng/Ecpat\\_inter/projects/monitoring/wc2/yokohama\\_theme\\_sex\\_exploiter.pdf](http://www.ecpat.net/eng/Ecpat_inter/projects/monitoring/wc2/yokohama_theme_sex_exploiter.pdf)
- Davis, A. (2020). *Estarão as prisões obsoletas?* (Vargas, M. Trad.), 5ª edição, Editora Difel. Rio de Janeiro.
- Davis, J. L., & Petretic-Jackson, P. A. (2000). The impact of child sexual abuse on adult interpersonal functioning: A review and synthesis of the empirical literature. *Aggression and violent behavior*, 5(3), 291-328. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1359178999000105> doi: [https://doi.org/10.1016/S1359-1789\(99\)00010-5](https://doi.org/10.1016/S1359-1789(99)00010-5)
- DeCamp, W., Zaykowski, H., & Lunn, B. (2018). Victim–Offender trajectories: Explaining propensity differences from childhood to adulthood through risk and protective factors. *The British Journal of Criminology*, 58(3), 667-688. Retrieved from <https://academic.oup.com/bjc/article-abstract/58/3/667/4090652> doi: <https://doi.org/10.1093/bjc/azx052>

- Dennison, S., & Lecler, B. C. (2011). Developmental factors in adolescent child sexual offenders: a comparison of nonrepeat and repeat sexual offenders. *Criminal Justice and Behavior*, 38(11), 1089-1102. doi: 10.1177/0093854811417076
- Departamento Penitenciário Nacional (2019) Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen). Disponível em: <  
<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMmU4ODAwNTAtY2IyMS00OWJiLWE3ZTgtZGNjY2ZhNTYzZDliIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>> Acessado em 27 de julho, 2020.
- Deslandes, S. F., Assis, S. D., & Santos, N. D. (2005). *Violência envolvendo crianças no Brasil: um plural estruturado e estruturante. Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. Brasília: Secretaria de Vigilância em Saúde/Ministério da Saúde, 43-77.
- DeLisi, M., Drury, A. J., & Elbert, M. J. (2019). Parent exposure to drugs: a “new” adverse childhood experience with devastating behavioral consequences. *Journal of Drug Issues*, 49(1), 91-105. Retrieved from doi: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0022042618805738>  
<https://doi.org/10.1177/0022042618805738>
- De Souza, F. B., & Da Silva Maciel, W. L. (2018). O tratamento que as Políticas Públicas e o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes têm realizado junto ao agressor sexual, com a finalidade de evitar reincidências. *Revista do CEJUR/TJSC: Prestação Jurisdicional*, 6(1), 33-48. Recuperado de <https://revistadocejur.tjsc.jus.br/cejur/article/view/306> doi: <https://doi.org/10.21902/rctjsc.v6i1.306>
- De Souza, V. P., Gusmão, T. L., Neto, W. B., Guedes, T. G., & Monteiro, E. M. L. M. (2019). Fatores de risco associados à exposição de adolescentes à violência sexual. *Avances en Enfermería*, 37(3). Recuperado de <https://revistas.unal.edu.co/index.php/avenferm/article/view/77050> doi: <https://doi.org/10.15446/av.enferm.v37n3.77050>
- Downey, J. C., Gudmunson, C. G., Pang, Y. C., & Lee, K. (2017). Adverse childhood experiences affect health risk behaviors and chronic health of Iowans. *Journal of family violence*, 32(6), 557-564. Retrieved from <https://link.springer.com/article/10.1007/s10896-017-9909-4>
- Dias A, Sales L, Hessen DJ, Kleber RJ. Child maltreatment and psychological symptoms in a Portuguese adult community sample: the harmful effects of emotional abuse. *Eur Child Adolesc Psychiatry*. 2015;24(7):767-778. Retrieved from <https://link.springer.com/article/10.1007/s00787-014-0621-0>
- Drapeau, M., Beretta, V., de Roten, Y., Koerner, A., & Despland, J. N. (2008). Defense styles of pedophilic offenders. *International journal of offender therapy and comparative criminology*, 52(2), 185-195. Retrieved from doi: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0306624X07307121>  
<https://doi.org/10.1177/0306624X07307121>
- Drury, A. J., Elbert, M. J., & DeLisi, M. (2019). Childhood sexual abuse is significantly associated with subsequent sexual offending: new evidence among federal correctional

- clients. *Child abuse & neglect*, 95, 104035. Retrieved from doi: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0145213419302121>  
<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2019.104035>
- Drury, A., Heinrichs, T., Elbert, M., Tahja, K., DeLisi, M., & Caropreso, D. (2017). Adverse childhood experiences, paraphilias, and serious criminal violence among federal sex offenders. *Journal of criminal psychology*, Vol. 7 No. 2, pp. 105-119. Doi: <https://doi.org/10.1108/JCP-11-2016-0039>
- Dube, S. R., Anda, R. F., Felitti, V. J., Edwards, V. J., & Croft, J. B. (2002). Adverse childhood experiences and personal alcohol abuse as an adult. *Addictive behaviors*, 27(5), 713-725. Retrieved from doi: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0306460301002040>  
[https://doi.org/10.1016/S0306-4603\(01\)00204-0](https://doi.org/10.1016/S0306-4603(01)00204-0)
- Duke, N. N., Pettingell, S. L., McMorris, B. J., & Borowsky, I. W. (2010). Adolescent violence perpetration: associations with multiple types of adverse childhood experiences. *Pediatrics*, 125(4), e778-e786. Retrieved from doi: <https://pediatrics.aappublications.org/content/125/4/e778.short>  
<https://doi.org/10.1542/peds.2009-0597>
- Dumessa, L., Oliveros, A. D., & Coleman, A. (2020). Attributions of conflict: impact on the relation between parental physical maltreatment and emotion regulation difficulties. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 29(1), 57-72. Retrieved from doi: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10926771.2018.1544183>  
<https://doi.org/10.1080/10926771.2018.1544183>
- Edwards, V. J., Holden, G. W., Felitti, V. J., & Anda, R. F. (2003). Relationship between multiple forms of childhood maltreatment and adult mental health in community respondents: results from the adverse childhood experiences study. *American Journal of Psychiatry*, 160(8), 1453-1460. Retrieved from doi: <https://ajp.psychiatryonline.org/doi/full/10.1176/appi.ajp.160.8.1453>  
<https://doi.org/10.1176/appi.ajp.160.8.1453>
- Engel, C. L. (2017). *As atualizações e a persistência da cultura do estupro no Brasil*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro. Recuperado de <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8088>
- Faleiros, E. T. S., & de Oliveira Campos, J. (2000). *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes*.
- Famularo, R., Kinscherff, R., & Fenton, T. (1992). Psychiatric diagnoses of maltreated children: preliminary findings. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 31(5), 863-867. Retrieved from doi: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0890856709649704>  
<https://doi.org/10.1097/00004583-199209000-00013>
- Farinha, M. G., & Souza, T. M. C. (2016). Plantão psicológico na delegacia da mulher: experiência de atendimento sócio-clínico. *Revista da SPAGESP*, 17(1), 65-79. Recuperado de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5535403>

- Fazenda, I. M. E. M. (2010). *Representações Sociais em torno do Abuso Sexual de Crianças numa amostra de Médicos e Enfermeiros dos Cuidados de Saúde Primários*. (Dissertação de Mestrado em Psiquiatria Cultural) Faculdade de Medicina, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal. Recuperado de <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/18219>
- Felipe, J. (2006). Afinal, quem é mesmo pedófilo? *Cadernos Pagu*, 26, 201-223. Recuperado de [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332006000100009&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332006000100009&script=sci_arttext&tlng=pt) doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332006000100009>
- Feelgood, S., & Hoyer, J. (2008). Child molester or paedophile? Sociolegal versus psychopathological classification of sexual offenders against children. *Journal of Sexual Aggression*, 14(1), 33-43. Recuperado de <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13552600802133860> doi: <https://doi.org/10.1080/13552600802133860>
- Felitti, V. J. Anda, R. F, Nordenberg, D., Williamson, D. F., Spitz, A.M., Edwards, V., Koss, M. P., Marks, J. S (1998). The relationship of adult health status to childhood abuse and household dysfunction. *American Journal of Preventive Medicine*, 14, 245-258. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0749379798000178> doi: [https://doi.org/10.1016/S0749-3797\(98\)00017-8](https://doi.org/10.1016/S0749-3797(98)00017-8)
- Ferraz, M. M. P. (2018). *Violência sexual contra crianças e adolescentes: Análise das notificações à luz da categoria de gênero*. (Trabalho de conclusão de curso). Belém-PA: Universidade Federal do Pará.
- Filho, S. M. M., & Bueno, P. M. M. G. (2016). Demografia, vulnerabilidades e direito à saúde da população prisional brasileira. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21, 1999-2010. Recuperado de <https://www.scielo.org/article/csc/2016.v21n7/1999-2010/pt/> doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015217.24102015>
- Finkelhor, D., & Browne, A. (1985). The traumatic impact of child sexual abuse: A conceptualization. *American Journal of orthopsychiatry*, 55(4), 530-541. Retrieved from <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1939-0025.1985.tb02703.x> doi: <https://doi.org/10.1111/j.1939-0025.1985.tb02703.x>
- Fontes, L. F. C., Conceição, O. C., & Machado, S. (2017). Violência sexual na adolescência, perfil da vítima e impactos sobre a saúde mental. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22, 2919-2928. Recuperado de <https://www.scielo.org/article/csc/2017.v22n9/2919-2928/pt/> doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.11042017>
- Fontora, L. J. C. (2019). *Relação entre o uso prejudicial de álcool e outras drogas entre homens e o suicídio*. Trabalho de Conclusão de Curso. Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais.
- Fox, B. H., Perez, N., Cass, E., Baglivio, M. T., & Epps, N. (2015). Trauma changes everything: Examining the relationship between adverse childhood experiences and serious, violent and chronic juvenile offenders. *Child abuse & neglect*, 46, 163-173. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0145213415000356> doi: <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2015.01.011>

- Franke, H. (2014). Toxic stress: effects, prevention and treatment. *Children*, 1(3), 390-402. Retrieved from <https://www.mdpi.com/2227-9067/1/3/390> doi: <https://doi.org/10.3390/children1030390>
- Freitas, S. B. (2015). *E agora José? Ideologias de gênero e autores de violência sexual contra crianças e adolescentes*. Tese de doutoramento. Faculdades de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Estadual Paulista. Recuperado de <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/138567>
- Frías, S. M., & Erviti, J. (2014). Gendered experiences of sexual abuse of teenagers and children in Mexico. *Child abuse & neglect*, 38(4), 776-787. Retrieved from: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0145213413003864> doi: <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2013.12.001>
- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança: Uma abordagem multidisciplinar*. (M. A. V. Veronese, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Funahashi, S., & Andreau, J. M. (2013). Prefrontal cortex and neural mechanisms of executive function. *Journal of Physiology-Paris*, 107(6), 471-482. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0928425713000223> doi: <https://doi.org/10.1016/j.jphysparis.2013.05.001>
- Gaylord-Harden, N. K., Bai, G. J., & Simic, D. (2017). Examining a dual-process model of desensitization and hypersensitization to community violence in African American male adolescents. *Journal of Traumatic Stress*, 30(5), 463-471. Retrieved from <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/jts.22220> doi: <https://doi.org/10.1002/jts.22220>
- Garmendia, V. S., & López-Pinar, C. (2017). Impulsividad y empatía en una muestra de delinquentes en tratamiento: diferencias entre delinquentes sexuales y no sexuales. *Informació psicològica*, (114), 2-14. Recuperado de <http://www.informaciopsicologica.info/OJSmottif/index.php/leonardo/article/view/833> doi: <http://dx.medra.org/10.14635/IPSIC.2017.114.1>
- Giaccardi, S., Ward, L. M., Seabrook, R. C., Manago, A., & Lippman, J. R. (2017). Media use and men's risk behaviors: Examining the role of masculinity ideology. *Sex Roles*, 77(9-10), 581-592. Retrieved from <https://link.springer.com/article/10.1007/s11199-017-0754-y>
- Gibim, A. P. P. G. (2019) Infância e diálogos feministas: representações das crianças sobre as mulheres na sociedade patriarcal. *ISSO AÍ É RACHISMO! Feminismo em estado de alerta na educação das crianças pequenas: transformações emancipatórias para pedagogias descolonizadoras*. In Silva; Faria; Vinco (org.) p. 43-60. São Carlos: Pedro & João Editores.
- Giordano, P. C., Copp, J. E., Manning, W. D., & Longmore, M. A. (2019). Linking parental incarceration and family dynamics associated with intergenerational transmission: A life-course perspective. *Criminology*, 57(3), 395-423. Recuperado de <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1745-9125.12209> doi: <https://doi.org/10.1111/1745-9125.12209>

- Gomide, P. I. C. (2003). *Estilos parentais e comportamento anti-social. Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem*, Vol. 1, pg. 21-60.
- Gonçalves, J. A. F., & Souza, I. F. D. (2015). Gênero, justiça restaurativa e direito: um estudo sobre a violência sexual contra criança e adolescente. *Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea*. Departamento de Direito – CEPEJUR. Recuperado de <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/13120>
- Goodman, L. A., Thompson, K. M., Weinfurt, K., Corl, S., Acker, P., Mueser, K. T., & Rosenberg, S. D. (1999). Reliability of reports of violent victimization and posttraumatic stress disorder among men and women with serious mental illness. *Journal of Traumatic Stress*, 12(4), 587-599
- Grady, M. D., Levenson, J. S., & Bolder, T. (2017). Linking adverse childhood effects and attachment: A theory of etiology for sexual offending. *Trauma, Violence, & Abuse*, 18(4), 433-444. Retrieved from <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1524838015627147> doi: <https://doi.org/10.1177/1524838015627147>
- Grimaldi, E. F., Costa, M. C. O., do Nascimento, O. C., Claudiana, B. D. A., da Costa, A. M., & Souza, D. P. (2018). Agressor sexual de crianças e adolescentes: perfil e perpetração em uma década de registros nas Delegacias Especializadas. *Adolescência e Saúde*, 15(1), 34-44.
- Gershoff, E. T., Lansford, J. E., Sexton, H. R., Davis-Kean, P., & Sameroff, A. J. (2012). Longitudinal links between spanking and children's externalizing behaviors in a national sample of White, Black, Hispanic, and Asian American families. *Child development*, 83(3), 838-843. Retrieved from <https://srcd.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-8624.2011.01732.x> doi: <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.2011.01732.x>
- Krug, E. G., Dalhberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B., & Lozano, R. (Eds.). (2002). Relatório mundial sobre violência e saúde. Genebra, Suíça: Organização Mundial da Saúde.
- Habigzang, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. N. A., & Machado, P. X. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia: teoria e pesquisa*. Brasília. Vol. 21, n. 3 (set./dez. 2005), p. 341-348. Recuperado de [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010237722005000300011&script=sci\\_abstract&lng=es](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010237722005000300011&script=sci_abstract&lng=es) doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722005000300011>.
- Hanson, R. K., & Morton-Bourgon, K. E. (2005). The characteristics of persistent sexual offenders: a meta-analysis of recidivism studies. *Journal of consulting and clinical psychology*, 73(6), 1154. Retrieved from <https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2F0022-006X.73.6.1154> doi: <https://doi.org/10.1037/0022-006X.73.6.1154>
- Hlavka, H. R. (2017). Speaking of stigma and the silence of shame: Young men and sexual victimization. *Men and Masculinities*, 20(4), 482-505. doi: <https://doi.org/10.1177/1097184X16652656>

- Henriques, D. M. E. (2016). Esquemas precoces mal adaptativos e ajustamento emocional à prisão em agressores sexuais de menores (Master's thesis). Recuperado de [http://recil.ulusofona.pt/bitstream/handle/10437/7573/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20DE NISE%20MARGARIDA%20ESMERALDO%20HENRIQUES.pdf?sequence=1](http://recil.ulusofona.pt/bitstream/handle/10437/7573/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20DE%20NISE%20MARGARIDA%20ESMERALDO%20HENRIQUES.pdf?sequence=1). Acesso a 17 de Julho de 2019
- Ho, G. W., Chan, A. C., Chien, W. T., Bressington, D. T., & Karatzias, T. (2019). Examining patterns of adversity in Chinese young adults using the adverse childhood experiences international questionnaire (ACE-IQ). *Child abuse & neglect*, 88, 179-188. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0145213418304253> doi: <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.11.009>
- Hoeboer, C., De Roos, C., van Son, G. E., Spinhoven, P., & Elzinga, B. (2020). The effect of parental emotional abuse on the severity and treatment of PTSD symptoms in children and adolescents. *Child Abuse & Neglect*, 104775. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0145213420304300> doi: <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2020.104775>
- Hollist, D. R., Hughes, L. A., & Schaible, L. M. (2009). Adolescent maltreatment, negative emotion, and delinquency: An assessment of general strain theory and family-based strain. *Journal of criminal justice*, 4(37), 379-387. Doi: [10.1016/j.jcrimjus.2009.06.005](https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2009.06.005)
- Holmes, R. M., & Holmes, S. T. (2002). Pedophilia. In R. M. Holmes & S. T. Holmes (Eds.), *Sex Crimes. Patterns and Behavior* (2 ed., pp. 93-114). California: Sage Publications
- Hohendorff, J. V., Habigzang, L. F., & Koller, S. H. (2012). Violência sexual contra meninos: dados epidemiológicos, características e consequências. *Psicologia USP*, 23(2), 395-416. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642012005000007>
- Hohendorff, J., Costa, L. S., Habigzang, L. F., & Koller, S. H. (2014). Análise documental de casos de violência sexual contra meninos notificados em Porto Alegre. *Paidéia* (Ribeirão Preto), 24(58), 187-196. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/paideia/article/view/84829> doi: <https://doi.org/10.1590/1982-43272458201406>
- Hoherdorff, J. V., Habigzang, L. F., & Koller, S. H. (2014). *Violência sexual contra meninos: teoria e intervenção*. Curitiba: Juruá.
- Hohendorff, J., & Patias, N. D. (2017). Violência sexual contra crianças e adolescentes: identificação, consequências e indicações de manejo. *Barbarói*, (49), 239-257. Doi: <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i49.9474>
- Hughes, K., Lowey, H., Quigg, Z., & Bellis, M. A. (2016). Relationships between adverse childhood experiences and adult mental well-being: results from an English national household survey. *BMC public health*, 16(1), 222. Retrieved from <https://link.springer.com/article/10.1186/s12889-016-2906-3>
- Hunt, G., & Antin, T. (2019). Gender and intoxication: From masculinity to intersectionality. *Drugs: Education, Prevention and Policy*, 26(1), 70-78. Retrieved from <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09687637.2017.1349733> doi: <https://doi.org/10.1080/09687637.2017.1349733>



- Husky, M. M., Delbasty, E., Bitfoi, A., Carta, M. G., Goelitz, D., Koç, C. & Kovess-Masféty, V. (2020). Bullying involvement and self-reported mental health in elementary school children across Europe. *Child abuse & neglect*, 107, 104601. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0145213420302568> doi: <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2020.104601>
- Jacob, A. (2016). A conversão religiosa como um meio determinante para a sobrevivência no cárcere. Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, Faculdade Unidade de Vitória. Disponível em: <http://bdtd.faculdadeunida.com.br:8080/jspui/handle/prefix/127> Acesso 28 de maio de 2020
- Junqueira, M. H. R., de Souza, P. D. M., & de Lima, V. A. A. (2015). A percepção de familiares de ex-apenados sobre a experiência do cárcere e do processo de inclusão social. *Mnemosine*, 11(2). Recuperado de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41589>
- Jeglic, E. L., Mercado, C. C., & Levenson, J. S. (2012). The prevalence and correlates of depression and hopelessness among sex offenders subject to community notification and residence restriction legislation. *American Journal of Criminal Justice*, 37(1), 46-59. Doi: 10.1007/s12103-010-9096-9
- Jesus, A. P. C., & Moreira, R. B. R. (2015). A violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil: Da proteção jurídica as políticas públicas. *Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea*. Recuperado de <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/13166/2249>
- Johnson, N. L., & Johnson, D. M. (2017). An empirical exploration into the measurement of rape culture. *Journal of interpersonal violence*, Doi: 0886260517732347.
- Kassel, J. D., Stroud, L. R., & Paronis, C. A. (2003). Smoking, stress, and negative affect: correlation, causation, and context across stages of smoking. *Psychological bulletin*, 129(2), 270. Retrieved from <https://psycnet.apa.org/record/2003-01977-006> doi: <https://doi.org/10.1037/0033-2909.129.2.270>
- Khodabandeh, F., Khalilzadeh, M., & Hemati, Z. (2017). The impact of adverse childhood experiences on adulthood aggression and self-esteem-A study on male forensic clients. *Novelty in Biomedicine*, Vol. 6 n.2, p.85-91. Retrieved from <https://journals.sbmu.ac.ir/nbm/article/view/20695> doi: <https://doi.org/10.22037/nbm.v6i2.20695>
- Kingston, D. A., Graham, F. J., & Knight, R. A. (2017). Relations between self-reported adverse events in childhood and hypersexuality in adult male sexual offenders. *Archives of sexual behavior*, 46(3), 707-720. Doi: 10.1007/s10508-016-0873-5
- Koyama, Y., & Fujiwara, T. (2019). Impact of alcohol outlet density on reported cases of child maltreatment in Japan: fixed effects analysis. *Frontiers in public health*, 7, 265. Doi: <https://doi.org/10.3389/fpubh.2019.00265>
- Krug, E. G., Mercy, J. A., Dahlberg, L. L., & Zwi, A. B. (2002). The world report on violence and health. *The lancet*, 360(9339), 1083-1088.

- Lavoratti, C., & Silvestre, L. P. (2013). O reflexo das relações de gênero no cotidiano da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes. *Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 6(4), 645-674.
- Laurenti, C.; Barros, M. N. F. (2002). Violentadores: A força do ressentimento. *Anais do Seminário sobre Violência contra a Criança e o Adolescente*. Londrina, UEL, pp. 153-1.
- Leach, C., Stewart, A., & Smallbone, S. (2016). Testing the sexually abused-sexual abuser hypothesis: A prospective longitudinal birth cohort study. *Child abuse & neglect*, 51, 144-153. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0145213415003828> doi: <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2015.10.024>
- Lett, T. A., Mohnke, S., Amelung, T., Brandl, E. J., Schiltz, K., Pohl, A., & Wittfoth, M. (2018). Multimodal neuroimaging measures and intelligence influence pedophile child sexual offense behavior. *European Neuropsychopharmacology*, 28(7), 818-827. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0924977X18301172> doi: <https://doi.org/10.1016/j.euroneuro.2018.05.002>
- Leopold, T., & Kalmijn, M. (2016). Is divorce more painful when couples have children? Evidence from long-term panel data on multiple domains of well-being. *Demography*, 53(6), 1717-1742. Doi: 10.1007/s13524-016-0518-2
- Lewis, T., McElroy, E., Harlaar, N., & Runyan, D. (2016). Does the impact of child sexual abuse differ from maltreated but non-sexually abused children? A prospective examination of the impact of child sexual abuse on internalizing and externalizing behavior problems. *Child abuse & neglect*, 51, 31-40. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0145213415004408> doi: <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2015.11.016>
- Levenson, J. S., Willis, G. M., & Prescott, D. S. (2014). Adverse childhood experiences in the lives of male sex offenders: Implications for trauma-informed care. *Sexual Abuse*, 28(4), 340-359. Retrieved from <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1079063214535819> doi: <https://doi.org/10.1177/1079063214535819>
- Levenson, J. S., & Socia, K. M. (2015). Adverse childhood experiences and arrest patterns in a sample of sexual offenders. *Journal of Interpersonal Violence*, 31(10), 1883-1911. Doi: <https://doi.org/10.1177/0886260515570751>
- Libório, R. M. C., & Castro, B. D. (2010). Abuso, exploração sexual e pedofilia: as intrincadas relações entre os conceitos e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. *Criança e Adolescente. Direitos, Sexualidades e Reprodução*, 19.
- Lim, S. A., & You, S. (2019). Effect of parental negligence on mobile phone dependency among vulnerable social groups: Mediating effect of peer attachment. *Psychological reports*, 122(6), 2050-2062. Doi: <https://doi.org/10.1177/0033294118799339>
- Lima, C. T. C. D. (2019). Reflexos da violência doméstica contra a mulher em seus filhos: uma visão sistêmica. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade e Psicologia, Universidade

de Caxias do Sul. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/11338/5029> Acesso 22 de junho de 2020

- Livramento, A. M., Rosa, E. M. (2016). Homens no cárcere: estratégias de vida na prisão. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 11(2), 412-426. Recuperado de: [http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista\\_ppp/article/view/1756](http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/1756)
- Loinaz, I., Bigas, N., & de Sousa, A. M. (2019). Comparing intra and extra-familial child sexual abuse in a forensic context. *Psicothema*, 31(3), 271-276. Doi: 10.7334/psicothema2018.351
- Lussier, P., Bouchard, M., & Beauregard, E. (2011). Patterns of criminal achievement in sexual offending: Unravelling the “successful” sex offender. *Journal of Criminal Justice*, 39(5), 433-444. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0047235211000857> doi: <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2011.08.001>
- Lussier, P., Blokland, A., Mathesius, J., Pardini, D., & Loeber, R. (2015). The Childhood Risk Factors of Adolescent-Onset and Adult-Onset of Sex Offending. *Sex offenders: A criminal career approach*, 93.
- Machado, C. (2010). Novas Formas de vitimação criminal. Braga: *Psiquilibrios*.
- Machado, L. Z. (1998). Masculinidade, sexualidade e estupro: as construções da virilidade. *cadernos pagu*, (11), 231-273. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634634>
- Manly, J. T., Oshri, A., Lynch, M., Herzog, M., & Wortel, S. (2013). Child neglect and the development of externalizing behavior problems: Associations with maternal drug dependence and neighborhood crime. *Child maltreatment*, 18(1), 17-29. Doi: <https://doi.org/10.1177/1077559512464119>
- Marchi, R. (2011). Gênero, infância e relações de poder: interrogações epistemológicas. *cadernos pagu*, (37), 387-406. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645026>
- Marchi, R. D. C., & Sarmento, M. J. (2017). Infância, normatividade e direitos das crianças: transições contemporâneas. *Educação & Sociedade*, 38(141), 951-964.
- Marini, V. A., Leibowitz, G. S., Burton, D. L., & Stickle, T. R. (2013). Victimization, Substance Use, and Sexual Aggression in Male Adolescents Sexual Offenders. *Criminal Justice and Behavior*, 41(5), 635-649. doi: <https://doi.org/10.1177/0093854813507567>
- Martins, C. B. D. G., & Jorge, M. H. P. D. M. (2010). Abuso sexual na infância e adolescência: perfil das vítimas e agressores em município do sul do Brasil. *Texto & Contexto-Enfermagem*, 19(2), 246-255. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072010000200005>
- Marshall, W. L. (2014). Phallometric assessments of sexual interests: an update. (Report). *Current Psychiatry Reports*, 16(1), 1-7. Doi: 10.1007/s11920-013-0428-6
- Marshall, W. L., Barbaree, H. E., & Christophe. D. (1986). Sexual offenders against female children: sexual preferences for age of victims and type of behaviors. *Canadian Journal of*

- Behavior Science*, 18(4), 424-439. Retrieved from <https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2Fh0079966> doi: [10.1037/h0079966](https://doi.org/10.1037/h0079966)
- Matos, A. M. A. D. (2019). *Experiências adversas, stress traumático e comportamentos criminais: um estudo com ofensores Portugueses*. Dissertação de mestrado itnegrado em Psicologia. Universidade do Minho. Disponível: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/61397> Acesso: 18/03/19
- McFarlane, J., Fredland, N. M., Symes, L., Zhou, W., Jouriles, E. N., Dutton, M. A., & Greeley, C. S. (2017). The intergenerational impact of intimate partner violence against mothers on child functioning over four years. *Journal of family violence*, 32(7), 645-655. Retrieved from <https://link.springer.com/article/10.1007/s10896-017-9913-8>
- McKillop, N., Rayment-McHugh, S., & Bojack, R. (2020). Comparing the onset of child sexual abuse perpetration from adolescence into adulthood: are there unique risks, and what does this mean for prevention?. *Child Abuse & Neglect*, 107, 104630. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0145213420302854> doi: <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2020.104630>
- McKillop, N., Rayment-McHugh, S., Smallbone, S., & Bromham, Z. (2018). A comparison of individual, ecological and situational factors associated with adolescence-and adulthood-onset sexual abuse of children. *Report to the Criminology Research Advisory Council*. Grant: CRG 30/13-14. Retrieved from <https://www.aic.gov.au/sites/default/files/2020-05/30-1314-FinalReport.pdf>
- Merrick, M. T., Ford, D. C., Ports, K. A., & Guinn, A. S. (2018). Prevalence of adverse childhood experiences from the 2011-2014 behavioral risk factor surveillance system in 23 states. *JAMA pediatrics*, 172(11), 1038-1044. Doi: [10.1001/jamapediatrics.2018.2537](https://doi.org/10.1001/jamapediatrics.2018.2537)
- Mikorski, R., Szymanski, D. M., & Carretta, R. F. (2020). Masculine norms and readiness for change among men in substance abuse treatment. *Psychology of Men & Masculinities*, 21(4), 518. Retrieved from <https://psycnet.apa.org/record/2019-67906-001> doi: <https://doi.org/10.1037/men0000250>
- Miller, E., Culyba, A. J., Paglisotti, T., Massof, M., Gao, Q., Ports, K. A., Kato-Wallace, J., Pulerwitz, J., Espelage, D. L., Abebe, K. Z., & Jones, K. A. (2020). Male adolescents' gender attitudes and violence: Implications for youth violence prevention. *American Journal of Preventive Medicine*, 58(3), 396-406. <https://doi.org/10.1016/j.amepre.2019.10.009>.
- Miner, M. H., Robinson, B. E., Knight, R. A., Berg, D., Swinburne Romine, R., & Netland, J. (2010). Understanding sexual perpetration against children: Effects of attachment style, interpersonal involvement, and hypersexuality. *Sexual Abuse*, 22(1), 58-77. Doi: <https://doi.org/10.1177/1079063209353183>
- Mitchell, J. M., & Abraham, K. M. (2018). Parental Mental Illness and the Transition to College: Coping, Psychological Adjustment, and Parent-Child Relationships. *Journal of Child and Family Studies*, 27(9), 2966-2977. Retrieved from <https://link.springer.com/article/10.1007/s10826-018-1133-1>

- Monteiro, F. M., & Cardoso, G. R. (2013). A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária. Um debate oportuno. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, 13(1), 93-117. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/742/74227897007.pdf>
- Morais, H. B., Alexander, A. A., Fix, R. L., & Burkhart, B. R. (2018). Childhood sexual abuse in adolescents adjudicated for sexual offenses: Mental health consequences and sexual offending behaviors. *Sexual Abuse*, 30(1), 23-42. Doi: <https://doi.org/10.1177/1079063215625224>
- Moreira, A. C. D., & Weber, L. N. D. (2013). Maus-tratos contra crianças e adolescentes. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, 1(1), 249-258. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/3498/349852058018.pdf>
- Moura, P. B. D. (2019). Mapeamento de estressores e níveis de estresse de condenados por crimes sexuais. (Dissertação de mestrado) Potifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil. Recuperado de: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8947>
- Murray, J. S. (2018). Toxic stress and child refugees. *Journal for Specialists in Pediatric Nursing*, 23(1), e12200. Doi: <https://doi.org/10.1111/jspn.12200>
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2004). O modelo bioecológico do desenvolvimento humano. *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil*, 51-65.
- Nelson III, C. A., & Gabard-Durnam, L. J. (2020). Early Adversity and Critical Periods: Neurodevelopmental Consequences of Violating the Expectable Environment. *Trends in Neurosciences*, 43(3), 133-143. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0166223620300035> doi: <https://doi.org/10.1016/j.tins.2020.01.002>
- Ngai, S. S. Y., Xie, L., Ng, Y. H., & Ngai, H. L. (2018). The effects of parenting behavior on prosocial behavior of Chinese adolescents in Hong Kong. *Children and Youth Services Review*, 87, 154-162. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0190740917309416> doi: <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2018.02.030>
- Nunes, A. J., & Sales, M. C. V. (2016). Violence against children in Brazilian scenery. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21, 871-880. Recuperado de <https://www.scielosp.org/article/csc/2016.v21n3/871-880/en/> doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015213.08182014>
- Oladeji, B. D., Makanjuola, V. A., & Gureje, O. (2010). Family-related adverse childhood experiences as risk factors for psychiatric disorders in Nigeria. *The British Journal of Psychiatry*, 196(3), 186-191. Doi: <https://doi.org/10.1192/bjp.bp.109.063677>
- Oliveira, C. R. G. (2016). *Compreender o fenómeno da violação: fatores de risco associado à prática da agressão sexual*. Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, Portugal. Recuperado de <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/88326/2/169145.pdf>
- Oliveira, N. F. D., Moraes, C. L. D., Junger, W. L., & Reichenheim, M. E. (2020). Violência contra crianças e adolescentes em Manaus, Amazonas: estudo descritivo dos casos e análise da completude das fichas de notificação, 2009-2016. *Epidemiologia e Serviços de*

*Saúde*, 29, e2018438. Recuperado de <https://www.scielo.org/article/ress/2020.v29n1/e2018438/> doi: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742020000100012>

Oliveira, S. M. M. (2016). *O modus operandi de agressores sexuais adultos: diferenças entre agressores sexuais de crianças, violadores e pedófilos*. Dissertação de Mestrado em Medicina Legal, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Universidade do Porto, Portugal. Recuperado de <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/89335/2/169421.pdf>

Organização Mundial da Saúde (2014). *Relatório Mundial sobre a Prevenção da Violência*.

Raffaelli, M., Santana, J. P., de Moraes, N. A., Nieto, C. J., & Koller, S. H. (2018). *Adverse childhood experiences and adjustment: A longitudinal study of street-involved youth in Brazil*. *Child Abuse & Neglect*. doi:10.1016/j.chiabu.2018.07.032

Ratliff, E., Morris, A. S., Hays-Grudo, J., Sheet, S. F., & Model, P. H. (2020). *The Impact of Adverse and Protective Childhood Experiences*. T 21-48, Oklahoma Cooperative Extension Service. Disponível em: <http://pods.dasnr.okstate.edu/docushare/dsweb/Get/Document-11817/T-2148web.pdf> Acesso em: 19/06/2020

Reavis, J., Looman, J., Franco, K., & Rojas, B. (2013). Adverse childhood experiences and adult criminality: How long must we live before we possess our own lives? *The Permanent Journal*, 17, 44-48. Retrieved from <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3662280/> doi: [10.7812/TPP/12-072](https://doi.org/10.7812/TPP/12-072)

Reigeluth, C. S., & Addis, M. E. (2016). Adolescent boys' experiences with policing of masculinity: Forms, functions, and consequences. *Psychology of Men & Masculinity*, 17(1), 74–83. <https://doi.org/10.1037/a0039342>

Reisen, A., Viana, M. C., & dos Santos Neto, E. T. (2019). Adverse childhood experiences and bullying in late adolescence in a metropolitan region of Brazil. *Child Abuse & Neglect*, 92, 146–156. doi:10.1016/j.chiabu.2019.04.003

Rizzo, A. J., Banyard, V. L., & Edwards, K. M. (2020). Unpacking Adolescent Masculinity: Relations between Boys' Sexual Harassment Victimization, Perpetration, and Gender Role Beliefs. *Journal of Family Violence*, 1-11. Retrieved from <https://link.springer.com/article/10.1007/s10896-020-00187-9>

Robertson, O., Christmann, K., Sharratt, K., Berman, A. H., Manby, M., Ayre, E., Gavriluta, C. (2016). Children of Prisoners: Their Situation and Role in Long-Term Crime Prevention. *Women and Children as Victims and Offenders: Background, Prevention, Reintegration*, 203–232. doi:10.1007/978-3-319-28424-8\_8

Rocha, H. A., Sudfeld, C. R., Leite, Á. J., Rocha, S. G., Machado, M. M., Campos, J. S., ... & Correia, L. L. (2020). Adverse childhood experiences and child development outcomes in Ceará, Brazil: a population-based study. *American journal of preventive medicine*. doi: <https://doi.org/10.1016/j.amepre.2020.08.012>

Rodriguez, C. M., Russa, M. B., & Kircher, J. C. (2015). Analog assessment of frustration tolerance: Association with self-reported child abuse risk and physiological

- reactivity. *Child abuse & neglect*, 46, 121-131. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S014521341500068X> doi: [10.1016/j.chiabu.2015.02.017](http://dx.doi.org/10.1016/j.chiabu.2015.02.017)
- Paiva, F. S. D., & Ronzani, T. M. (2009). Estilos parentais e consumo de drogas entre adolescentes: revisão sistemática. *Psicologia em estudo*, 14(1), 177-183. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722009000100021>
- Paludo, S., & Schirò, E. D. B. (2012). Um estudo sobre os fatores de risco e proteção associados à violência sexual cometida contra adolescentes e jovens adultos. *Estudos de psicologia*, 17(3), 397-404. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2012000300007>
- Pedrosa, A. R. G. (2018). *Experiências adversas na infância-consequências psicopatológicas e a importância de uma boa orientação*. Dissertação de Mestrado em Medicina Legal, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Universidade do Porto, Portugal. Recuperado de <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/114011/2/277452.pdf>
- Pelisolli, C., Pires, J. P. M., de Almeida, M. E., & Dell’Aglío, D. D. (2010). Violência sexual contra crianças e adolescentes: dados de um serviço de referência. *Temas em Psicologia*, 18(1), 85-97. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/5137/513751435008.pdf>
- Pereira, J. A. T. C. (2011). *Distorções cognitivas e agressão sexual: estudo exploratório com agressores intra e extra-familiares*. Dissertação de Mestrado em Medicina Legal, Universidade do Porto, Portugal. Recuperado de <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/22218/2/Tese%202007.pdf>
- Pereira, V. B., & Leitão, H. D. A. L. (2020). Sobrecarga e rede de apoio: a experiência da maternidade depois da separação conjugal. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 15(1), 1-12. Recuperado de [http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista\\_ppp/article/view/3708](http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/3708)
- Pereira, S. E., Simon, C., Kern, C. A. R., & Gomes, K. M. (2017). Influências parentais na saúde mental das crianças na fase da segunda infância. *Revista de Extensão*, 2(2), 47-59. Recuperado de <http://periodicos.unesc.net/revistaextensao/article/view/3775> doi: [10.18616/re.v2i2.3775](https://doi.org/10.18616/re.v2i2.3775)
- Pincolini, A. M. F. Hutz, C. S. (2014). Abusadores sexuais adultos e adolescentes no sul do Brasil: pesquisa em denúncias e sentenças judiciais. *Temas em Psicologia*, 22(2), 301-311. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/5137/513751528004.pdf>
- Pinto, A. D. V. (2016). *Pornografia: herança e perpetuação do patriarcado brasileiro*. Centro Universitário de Brasília, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/10353>
- Pinto, L. W., & Assis, S. G. D. (2013). Violência familiar e comunitária em escolares do município de São Gonçalo, Rio de Janeiro, Brasil. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 16, 288-300. Recuperado de <https://www.scielo.org/article/rbepid/2013.v16n2/288-300/> doi: <https://doi.org/10.1590/S1415-790X2013000200006>

- Pinto, R. J., Fernandes, A. I., Mesquita, C., & Maia, A. C. (2015). Childhood adversity among institutionalized male juvenile offenders and other high-risk groups without offense records in Portugal. *Violence and victims*, 30(4), 600-614. Doi: 10.1891/0886-6708.VV-D-13-00002
- Power, J., Goodyear, M., Maybery, D., Reupert, A., O'Hanlon, B., Cuff, R., & Perlesz, A. (2016). Family resilience in families where a parent has a mental illness. *Journal of Social Work*, 16(1), 66-82. Doi: <https://doi.org/10.1177/1468017314568081>
- Plummer, M., & Cossins, A. (2016). The cycle of abuse: When victims become offenders. *Trauma, Violence, & Abuse*, Vol.19 n. 3, p286-304. Doi: <https://doi.org/10.1177/1524838016659487>
- Pullman, L. E., Leroux, E. J., Motayne, G., & Seto, M. C. (2014). Examining the developmental trajectories of adolescent sexual offenders. *Child abuse & neglect*, 38(7), 1249-1258. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0145213414000751> doi: 10.1016/j.chiabu.2014.03.003
- Quinn, S. T., & Stewart, M. C. (2018). Examining the long-term consequences of bullying on adult substance use. *American Journal of Criminal Justice*, 43(1), 85-101. Retrieved from <https://link.springer.com/article/10.1007/s12103-017-9407-5>
- Waiselfisz, J. J. (2012). *Mapa da Violência 2012: Crianças e adolescentes do Brasil*. Centro de Estudos Latino-Americanos.
- Ward, T., Hudson, S. M., Johnston, L., & Marshall, W. L. (1997). Cognitive distortions in sex offenders: An integrative review. *Clinical psychology review*, 17(5), 479-507. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0272735897810343> doi: [https://doi.org/10.1016/S0272-7358\(97\)81034-3](https://doi.org/10.1016/S0272-7358(97)81034-3)
- Wermuth, M. Â. D., & Assis, L. R. (2016). O controle social penal e a produção da vida nua no sistema carcerário brasileiro: o viés biopolítico da seletividade e da imposição do medo do direito penal no Brasil. *InterSciencePlace*, 11(2). Recuperado de <http://interscienceplace.org/isp/index.php/isp/article/view/520>
- Wermuth, M. Â. D. (2018). Biopolítica e polícia soberana: a sociedade escravocrata como chave de compreensão da violência e da seletividade punitiva no Brasil. *Revista Direitos Fundamentais & Democracia*, 23(3), 284-309 doi: <https://doi.org/10.25192/issn.1982-0496.rdfd.v23i31262>
- Woodward, L. J., & Fergusson, D. M. (2002). Parent, child, and contextual predictors of childhood physical punishment. *Infant and Child Development: An International Journal of Research and Practice*, 11(3), 213-235. Retrieved from <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/icd.252> doi: <https://doi.org/10.1002/icd.252>
- Wood, E., & Riggs, S. (2008). Predictors of child molestation: Adult attachment, cognitive distortions, and empathy. *Journal of interpersonal violence*, 23(2), 259-275. Doi: <https://doi.org/10.1177/0886260507309344>



- World Health Organization. (2009) *Global Research Network. ACE METING REPORT. Adverse Childhood Experiences International. Questionnaire: Pilot study review and finalization meeting.* Meeting report presented. at Geneva, Switzerland. Recuperado de: [http://www.who.int/violence\\_injury\\_prevention/violence/activities/adverse\\_childhood\\_experiences/global\\_research\\_network/en/](http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/activities/adverse_childhood_experiences/global_research_network/en/)
- World Health Organization. (2011). *Adverse Childhood Experiences International. Questionnaire: Pilot study review and finalization meeting.* Meeting report presented. at Geneva, Switzerland. Recuperado de: [http://www.who.int/violence\\_injury\\_prevention/violence/activities/adverse\\_childhood\\_experiences/global\\_research\\_network/en/](http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/activities/adverse_childhood_experiences/global_research_network/en/).
- Yang, S. W., Kernic, M. A., Mueller, B. A., Simon, G. E., Chan, K. C. G., & Vander Stoep, A. (2020). Association of parental mental illness with child injury occurrence, hospitalization, and death during early childhood. *JAMA pediatrics*, 174(8), e201749-e201749. Retrieved from <https://jamanetwork.com/journals/jamapediatrics/article-abstract/2766829> doi: 10.1001/jamapediatrics.2020.1749
- Yoder, J. R., Leibowitz, G. S., & Peterson, L. (2016). Parental and peer attachment characteristics: Differentiating between youth sexual and non-sexual offenders and associations with sexual offense profiles. *Journal of interpersonal violence*, Vol. 33 n. 17, p2643-2663. Doi: <https://doi.org/10.1177/0886260516628805>
- Young, J. E., Klosko, J. S., & Weishaar, M. E. (2003/2010). Schema therapy in Handbook of Cognitive Behavioral Therapies. Dobson (ed.) New York: Guilford, 254.
- Ratinaud, P., & Marchand, P. (2012). Application de la méthode ALCESTE à de “gros” corpus et stabilité des “mondes lexicaux”: analyse du “CableGate” avec IRaMuTeQ. Actes des 11eme Journées internationales d’Analyse statistique des Données Textuelles, 835-844.
- Rawlings, L. A. (2015). *Understanding the environmental contexts of boys and young men of color.* Washington, DC: Urban Institute. Retrieved from <https://www.issuelab.org/resources/22859/22859.pdf>
- Rebocho, M. F. (2007). *Caracterização do Violador Português: Um Estudo Exploratório.* Coimbra, Porto: Almedina.
- Reis, D.C. (2016). *Autores de Agressão Sexual de Crianças e Adolescentes: Características Biopsicossociais e Trajetórias de vida.* Tese de doutoramento, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, 2016. Recuperado de <http://200.130.18.222/images/stories/download/pct/2017/Mencoes-Honrosas/Psicologia-Daniela-Castro-dos-Reis.PDF>
- Reis, D. C., & Cavalcante, L. I. C. (2018). Autor de agressão sexual de criança/adolescente: Uma caracterização da produção sobre o tema. *Ciências & Cognição*, 23(2), 263-276.
- Rocha, R. O. G; Ferreira, T. M. F (2019). A Dimensão Espacial da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e da Rede de Enfrentamento desta Violência no Município de Belém-PA in *Violências na Amazônia.* Org: Oliveira, Thomaz \$ Lim. Ed. Lumens Juris Ltda.

- Rocha, S. S. S. (2016). Empatia interpessoal dos pais, estilos parentais e ajustamento psicológico dos filhos: quando as teias se constroem em telas de desvantagem social e económica. Dissertação de Mestrado. Psicologia Clínica e da Saúde, Núcleo de Psicologia Sistêmica, Universidade de Lisboa (ULisboa), Lisboa, Portugal. Recuperado em <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/28650>
- Rodrigues, A. L. T. G. (2016). *Consistência temporal no relato de experiências adversas na infância: dados de Integrative Data Analysis*. Tese de doutoramento, Universidade do Minho, Portugal. Recuperado de <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/42693>
- Rodrigues, A. R. C. (2017). *Caracterização psicopatológica dos abusadores sexuais de menores intra versus extra familiares*. Tese de Mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Escola de Psicologia e Ciências da Vida, Lisboa, Portugal.
- Romero-Martínez, A., Figueiredo, B., & Moya-Albiol, L. (2014). Childhood history of abuse and child abuse potential: The role of parent's gender and timing of childhood abuse. *Child abuse & neglect*, 38(3), 510-516. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0145213413002640> doi: <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2013.09.010>
- Rosario, W. O. Marques, J. O. M. Costa, M. C. O. Silva, M. L. C. C. A. (2019). Perfil de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual periciados no Instituto Médico Legal em Feira de Santana, Bahia. *Anais Seminário de Iniciação Científica*, (22). Recuperado de <http://periodicos.uefs.br/ojs/index.php/semic/article/view/4161>
- Russell, D. E. (1983). The incidence and prevalence of intrafamilial and extrafamilial sexual abuse of female children. *Child abuse & neglect*, 7(2), 133-146. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0145213483900650> doi: [https://doi.org/10.1016/0145-2134\(83\)90065-0](https://doi.org/10.1016/0145-2134(83)90065-0)
- Russell, D. E. (1982). The prevalence and incidence of forcible rape and attempted rape of females. *Victimology*, 7(1-4), 81-93. Retrieved from <https://psycnet.apa.org/record/1984-18030-001>
- Saffioti, H. I., & Almeida, S. S. D. (1995). Violência de gênero: poder e impotência. In *Violência de gênero: poder e impotência*. pp (218-218).
- Saffioti, H. I. (2004). *Gênero, violência e patriarcado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Sanderson, C. (2005). *Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais*. M. Books do Brasil.
- Santos, S. S. D., & Dell'Aglio, D. D. (2010). Quando o silêncio é rompido: o processo de revelação e notificação de abuso sexual infantil. *Psicologia & Sociedade*, 22(2), 328-335. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822010000200013>
- Santoro, A. F., Suchday, S., Benkhokha, A., Ramanayake, N., & Kapur, S. (2016). Adverse childhood experiences and religiosity/spirituality in emerging adolescents in India. *Psychology of Religion and Spirituality*, 8(3), 185. Retrieved from <https://psycnet.apa.org/record/2015-28580-001> doi: <https://doi.org/10.1037/rel0000038>

- Sayago, C. W.; Dornelles, V. G. R. O. G; Ferreira, T. M. F (2011). Conceitualização Cognitiva. in *Manual Pratico De Terapia Cognitivo Comportamental*. Org: Oliveira. Ed. Casa do Psicólogo.
- Schaaf, S., Jeglic, E. L., Calkins, C., Raymaekers, L., & Leguizamo, A. (2019). Examining ethno-racial related differences in child molester typology: An MTC: CM3 approach. *Journal of interpersonal violence*, 34(8), 1683-1702. Doi: <https://doi.org/10.1177/0886260516653550>
- Schoeler, T., Duncan, L., Cecil, C. M., Ploubidis, G. B., & Pingault, J. B. (2018). Quasi-experimental evidence on short-and long-term consequences of bullying victimization: a meta-analysis. *Psychological bulletin*, 144(12), 1229. Retrieved from <https://psycnet.apa.org/fulltext/2018-58808-001.html> doi: 10.1037/bul0000171
- Scott, J. (1995). *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade. Porto Alegre. V. 20 N. 2. Jul. Dez, 9-255.
- Sehn, A. S., Porta, D. D., & Siqueira, A. C. (2018). O envolvimento do adolescente em semiliberdade com o ato infracional sob a perspectiva ecológica. *Pensando famílias*, 22(2), 187-203. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2018000200013](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2018000200013)
- Serafim, A. D. P., Saffi, F., Rigonatti, S. P., Casoy, I., & Barros, D. M. D. (2009). Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 36(3), 101-111. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/acp/article/view/17252> doi: <https://doi.org/10.1590/S0101-60832009000300004>
- Sheikh, M. A. (2018). Childhood physical maltreatment, perceived social isolation, and internalizing symptoms: a longitudinal, three-wave, population-based study. *European Child & Adolescent Psychiatry*, 27(4), 481-491. Retrieved from <https://link.springer.com/article/10.1007/s00787-017-1090-z>
- Sgroi, S. (1982). *Handbook of clinical intervention in child sexual abuse*. Simon and Schuster.
- Siegel, J. Z., Estrada, S., Crockett, M. J., & Baskin-Sommers, A. (2019). Exposure to violence affects the development of moral impressions and trust behavior in incarcerated males. *Nature communications*, 10(1), 1-9. Retrieved from <https://www.nature.com/articles/s41467-019-09962-9>
- Silva, C. C. P., Pinto, D. D. M., & Milani, R. G. (2013). Pedofilia, quem a comete? Um estudo bibliográfico do perfil do agressor. Anais do VIII EPCC – Encontro Nacional de Produção Científica Cesumar: ISBN 978-85-8084-603-4. Recuperado de [https://www.unicesumar.edu.br/epcc-2013/wp-content/uploads/sites/82/2016/07/Camila\\_Cortellete\\_Pereira\\_da\\_Silva.pdf](https://www.unicesumar.edu.br/epcc-2013/wp-content/uploads/sites/82/2016/07/Camila_Cortellete_Pereira_da_Silva.pdf)
- Silva, E. P., Ludermir, A. B., de Carvalho Lima, M., Eickmann, S. H., & Emond, A. (2019). Mental health of children exposed to intimate partner violence against their mother: A longitudinal study from Brazil. *Child abuse & neglect*, 92, 1-11. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0145213419300882> doi: <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2019.03.002>

- Silva, F. M., & Mota, C. P. (2018). Vinculação aos pais, adversidade na infância e desenvolvimento de psicopatologia em adultos= Attachment to parents, adverse childhood experiences and psychopathology. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*: Rio de Janeiro, 70 (1): 175-192. Recuperado de <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/109319/2/204303.pdf>
- Silva, J. C. F., & Gonçalves, S. M. M. (2019). Perfil da violência contra crianças e adolescentes segundo registros do Conselho Tutelar de um município da Baixada Fluminense. *Revista Mosaico*, 10(2), 02-09. Doi: <https://doi.org/10.21727/rm.v10i2.1931>
- Silva, I. M. L. (2019). *Impacto psicossocial da negligência física e emocional: diferenças entre a negligência física e a negligência emocional*. Dissertação de doutorado, Instituto Universitário ISPA, Portugal. Recuperado de <http://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/7290>
- Silva, S. C. M. G. D. (2017). *Bagagens traumáticas: o papel das experiências adversas precoces no desejo sexual e na intimidade*. Tese de mestrado integrado apresentada pela Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa, Portugal. Recuperado de <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/33210>
- Shonkoff, J. P., Garner, A. S., Siegel, B. S., Dobbins, M. I., Earls, M. F., McGuinn, L., ... & Committee on Early Childhood, Adoption, and Dependent Care. (2012). The lifelong effects of early childhood adversity and toxic stress. *Pediatrics*, 129(1), e232-e246. Retrieved from <https://pediatrics.aappublications.org/content/129/1/e232.short>
- Smallbone, S., & Cale, J. (2015). An integrated life-course developmental theory of sexual offending. *Sex offenders: A criminal career approach*, 43-70.
- Soares, A. L. G., Howe, L. D., Matijasevich, A., Wehrmeister, F. C., Menezes, A. M., & Gonçalves, H. (2016). Adverse childhood experiences: Prevalence and related factors in adolescents of a Brazilian birth cohort. *Child abuse & neglect*, 51, 21-30. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S014521341500441X> doi: <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2015.11.017>
- Soares, E. M. R., da Silva, N. L. L., de Matos, M. A. S., Araújo, E. T. H., da Silva, L. D. S. R., & Lago, E. C. (2016). Perfil da violência sexual contra crianças e adolescentes. *Revista Interdisciplinar*, 9(1), 87-96. Recuperado de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6771970>
- Souza Batista, A. A., Batista, E. E. V., & Lombardi, A. B. (2019). As adversidades na infância, a Teoria de Bronfenbrenner e a disciplina de Práticas na Comunidade II: um relato de experiência em que teoria e prática se completam. *Conecte-se! Revista Interdisciplinar de Extensão*, 3(6), 141-151.
- Smith VC, Wilson CR, AAP Committee On Substance Use And Prevention. (2016). Families Affected by Parental Substance Use. *Pediatrics*. 2016;138(2):e20161575 Spiegel, J. *Sexual abuse of males: The SAM model of theory and practice*. Routledge.
- Stikkelbroek, Y., Bodden, D. H., Reitz, E., Vollebergh, W. A., & van Baar, A. L. (2016). Mental health of adolescents before and after the death of a parent or sibling. *European child & adolescent psychiatry*, 25(1), 49-59. Doi: 10.1007/s00787-015-0695-3

- Stone, L. B., Amole, M. C., Cyranowski, J. M., & Swartz, H. A. (2018). History of childhood emotional abuse predicts lower resting-state high-frequency heart rate variability in depressed women. *Psychiatry research*, 269, 681-687. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0165178118302713> doi: <https://doi.org/10.1016/j.psychres.2018.08.106>
- Summit, R. C. (1983). The child sexual abuse accommodation syndrome. *Child abuse & neglect*, 7(2), 177-193. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0145213483900704> doi: [https://doi.org/10.1016/0145-2134\(83\)90070-4](https://doi.org/10.1016/0145-2134(83)90070-4)
- Taylor, A. Y., Lauro, G., Segundo, M., & Greene, M. E. (2015). *Ela vai no meu barco. Casamento na infância e adolescência no Brasil. Resultados de pesquisa de método misto*. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Promundo & Promundo, Brasil. Recuperado de <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/895>
- Taylor, C. (2018). *Foucault, Feminism, and Sex Crimes: An Anti-Carceral Analysis*. Routledge.
- Talon, M. S. V. (2018). Perfil Epidemiológico Dos Menores Vítimas De Violência Sexual Em Cuiabá E Região. *Caderno de Publicações Univag*, (09). Recuperado em <http://www.periodicos.univag.com.br/index.php/caderno/article/viewFile/1211/1388>
- Teixeira, J. N. D. S., Resende, A. C., & Perissinotto, R. (2020). Vitimização e Psicopatia em Autores de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. *Avaliação Psicológica*, 19(2), 123-131. Doi: <http://dx.doi.org/10.15689/ap.2020.1902.02>
- Titcomb, C., Goodman-Delahunty, J., & De Puseau, B. W. (2012). Pretrial diversion for intrafamilial child sexual offending: Does biological paternity matter?. *Criminal Justice and Behavior*, 39(4), 552-570. Doi: <https://doi.org/10.1177/0093854811433678>
- Tharp, A. T., DeGue, S., Valle, L. A., Brookmeyer, K. A., Massetti, G. M., & Matjasko, J. L. (2013). A systematic qualitative review of risk and protective factors for sexual violence perpetration. *Trauma, Violence, & Abuse*, 14(2), 133-167. Doi: <https://doi.org/10.1177/1524838012470031>
- Turner, H. A., Vanderminden, J., Finkelhor, D., & Hamby, S. (2019). Child neglect and the broader context of child victimization. *Child maltreatment*, 24(3), 265-274. Doi: <https://doi.org/10.1177/1077559518825312>
- Unicef. (2012). Convenção sobre os Direitos da Criança 1989. Disponível no AVA.
- Van Brunshot, E., & Brannigan, A. (2002). Childhood maltreatment and subsequent conduct disorders: The case of female street prostitution. *International Journal of Law and Psychiatry*. Retrieved from <https://psycnet.apa.org/record/2002-15328-002> doi: <https://doi.org/10.1016/S0160->
- Van Den Berg, C., Bijleveld, C., & Hendriks, J. (2017). The juvenile sex offender: criminal careers and life events. *Sexual Abuse*, 29(1), 81-101. Doi: <https://doi.org/10.1177/1079063215580967>

- Vasters, G. P., & Pillon, S. C. (2011). Uso de drogas por adolescentes: sus percepciones sobre adhesión y el abandono del tratamiento especializado. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 19(2), 317-324. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692011000200013>.
- Vega-Arce, M., & Núñez-Ulloa, G. (2018). Experiencias Adversas en la Infancia: mapeo bibliométrico de la literatura científica en la Web of Science. *Revista Cubana de Información en Ciencias de la Salud (ACIMED)*, 29(1), 25-40. Recuperado de [http://scielo.sld.cu/scielo.php?pid=S230721132018000100003&script=sci\\_arttext&tlng=en](http://scielo.sld.cu/scielo.php?pid=S230721132018000100003&script=sci_arttext&tlng=en)
- Veloso, M. M. X. (2015). *Maus-tratos contra crianças e adolescentes: limites e possibilidades de atuação de profissionais de saúde* (Doctoral dissertation, Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, 203 pp. Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil. Recuperado de <http://ppgtpc.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses/Milene%20Veloso%202015.pdf>
- Veloso, M. M. X., Magalhães, C. M. C., & Cabral, I. R. (2017). Identificação e notificação de violência contra crianças e adolescentes: limites e possibilidades de atuação de profissionais de saúde. *Mudanças*, 25(1), 1-8.
- Vertamatti, M. A. F. (2017). *Fatores associados à duração e severidade do abuso sexual infantil em São Paulo-Brasil*, Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, Brasil. Recuperado de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-15012018-133051/en.php>
- Verônico, M. S. B. (2015). *Agressores sexuais: caracterização de uma amostra portuguesa*. Dissertação de Mestrado em Medicina Legal, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Universidade do Porto. Recuperado de [https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub\\_geral/pub\\_view?pi\\_pub\\_base\\_id=37444](https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub_geral/pub_view?pi_pub_base_id=37444)
- Vieira, S., M. A. (2010). *Ofensores sexuais: das crenças ao estilo de pensamento*. Tese de Doutorado em Psicologia da Justiça. Universidade do Minho. Recuperado de <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/14246/1/Sandra%20M%C3%B3nica%20de%20Almeida%20Vieira.pdf>
- Vieira, M. S. (2016). A interface entre a violência sexual contra crianças e adolescentes e a violência de gênero: notas críticas acerca do cenário do município de Porto Alegre. *Revista Margens Interdisciplinar*, 9(12), 254-269. Recuperado de <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/viewFile/3075/3096>
- Vieira, M. S., de Oliveira, S. B., & de Almeida Sókora, C. (2017). A violência sexual contra crianças e adolescentes: particularidades da região Norte do Brasil. *Revista Intellector-ISSN 1807-1260-CENEGRI*, 13(26), 136-151. Recuperado de <http://www.cenegri.org.br/intellector/ojs-2.4.3/index.php/intellector/article/view/126>
- Vieira, M. S. (2018). A vitimização sexual de crianças e adolescentes: As múltiplas faces de uma violência perversa. *Missões: Revista de Ciências Humanas e Sociais*, 4(1). Recuperado de <http://200.132.146.161/index.php/missoes/article/view/23185>
- Villodas, M. T., Litrownik, A. J., Newton, R. R., & Davis, I. P. (2016). Long-term placement trajectories of children who were maltreated and entered the child welfare system at an

early age: Consequences for physical and behavioral well-being. *Journal of pediatric psychology*, 41(1), 46-54. Re  
<https://academic.oup.com/jpepsy/article/41/1/46/2579943?login=true> doi:  
<https://doi.org/10.1093/jpepsy/jsv031>

Vink, M., Derks, J. M., Hoogendam, J. M., Hillegers, M., & Kahn, R. S. (2014). Functional differences in emotion processing during adolescence and early adulthood. *Neuroimage*, 91, 70-76. Retrieved from  
<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1053811914000561> doi:  
<https://doi.org/10.1016/j.neuroimage.2014.01.035>

Zimmerman, G. M., & Posick, C. (2016). Risk factors for and behavioral consequences of direct versus indirect exposure to violence. *American journal of public health*, 106(1), 178-188. Retrieved from <https://ajph.aphapublications.org/doi/abs/10.2105/ajph.2015.302920>

Zuo, P., Wang, Y., Liu, J., Hu, S., Zhao, G., Huang, L., & Lin, D. (2019). Effects of early adversity on the brain: Larger-volume anterior cingulate cortex in AIDS orphans. *PloS one*, 14(1), e0210489. Retrieved from  
<https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0210489> doi:  
<https://doi.org/10.1371/journal.pone.0210489>

### Apêndice A – Tabela de caracterização geral dos participantes (AASCA)

Caracterização geral dos participantes (AASCA)

Participante	Idade do autor <sup>a</sup>	Idade da vítima <sup>b</sup>	Sexo da vítima	Vínculo	Severidade	ACE-Score
P1	30	4	M	Pai	Hands On <sup>c</sup>	4
P2	46	14	F	Pai	Hands On <sup>c</sup>	4
P3	47	14	F	Pai	S.I	1
P4	44	10	F	Conhecido	Hands Off <sup>d</sup>	5
P5	32	14	M	Conhecido	Hands Off <sup>d</sup>	6
P6	32	10	F	Vizinho	Hands Off <sup>d</sup>	9
P7	27	10	M	Conhecido	Hands Off <sup>d</sup>	4
P8	49	12, 12	F, F	Conhecidas	S.I	2
P9	70	S.I	M	Vizinho	S.I	2
P10	40	18	F	Desconhecido	Hands On <sup>c</sup>	7
P11	64	13	F	Conhecido	Hands On <sup>c</sup>	2
P12	35	12	F	Padrasto	Hands On <sup>c</sup>	6
P13	52	9	F	Vizinho	Hands On <sup>c</sup>	3
P14	30	16	F	Conhecido	S.I	2
P15	33	16	F	Conhecido	Hands Off <sup>d</sup>	0
P16	27	15	F	Conhecido	Hands On <sup>c</sup>	3
P17	43	13	F	Padrasto	Hands On <sup>c</sup>	5
P18	31	15	F	Padrasto	Hands On <sup>c</sup>	4
P19	29	11	F	Padrasto	Hands On <sup>c</sup>	10
P20	S.I	16	F	Conhecido	Hands On <sup>c</sup>	8
P21	31	12	F	Padrasto	Hands On <sup>c</sup>	6
P22	38	12	F	Padrasto	Hands On <sup>c</sup>	5
P23	55	8	M	Avodrasto	S.I	6
P24	47	15, 15	F, F	Pai	Hands On <sup>c</sup>	7
P25	52	13	F	Padrinho	Hands On <sup>c</sup>	8
P26	41	16	F	Pai	Hands On <sup>c</sup>	1
P27	43	8	F	Padrasto	Hands On <sup>c</sup>	4
P28	42	14	F	Pai	S.I	3
P29	33	10	F	Tio	S.I	3
P30	42	13	F	Vizinho	Hands On <sup>c</sup>	2

\*Nota. S.I = sem informação

<sup>a</sup>Idade do autor = no momento da entrevista

<sup>b</sup>Idade da vítima = no momento da agressão

<sup>c</sup>Hands on = agressão sexual com penetração e/ou coerção severa

<sup>d</sup>Hands off = agressão sexual sem o uso de força e sem penetração





III – SAÚDE		
Nasceu de parto normal?		
Teve alguma complicação no parto?	Se sim, indique qual:	
Nasceu com alguma deficiência	Se sim, indique qual:	
Sofreu agressão física?	Se sim, com que idade:	
Sofreu agressão verbal?	Se sim, com que idade:	
Sofreu agressão sexual?	Se sim, com que idade:	
Teve alguma doença mental/psicológica ou dos nervos?	Se sim, indique qual:	
Teve alguma doença sexualmente transmissível?	Se sim, com que idade e qual o tipo?	Que idade
Como você acha que contraiu esta doença?		
Você se envolveu alguma vez em briga?	Se sim, com que idade:	Em que local?
Tentou suicídio alguma vez?	Se sim, indique qual idade:	Porquê?
Considerando a sua experiência pessoal, responda às questões abaixo:		
Tipos	Já experimentou ao menos uma vez na vida?	Que idade você tinha quando usou pela 1ª vez?
Bebida alcoólica		
Cigarro comum		
Maconha		
Cola, solventes, <i>thinner</i> , lança-perfume, acetona		
Cocaína		
<i>Crack</i>		
<i>Ecstasy</i>		
Remédio para emagrecer sem receita médica		
Anabolizante		
Remédio para “ficar doidão”		
Chá para “ficar doidão”		
Outra		
Frequência que isso acontecia		

<b>IV – EDUCAÇÃO</b>	
Seus pais estudaram?	Comente:
Você foi estimulado pela sua família a estudar?	Explique:
Completo todas as séries?	Em caso negativo, qual(ais) a(s) série(s)?
Quantos anos você tinha quando isso aconteceu	
Explique quais os motivos que fizeram você não completar a série?	
Foi alguma vez expulso da escola?	Em caso afirmativo, qual série?
Explique os motivos	

<b>VI-VIOLÊNCIA</b>		
<b>Tipos</b>	<b>Com que frequência esta situação acontecia</b>	<b>Indique quem fez isto com mais frequência</b>
Ameaça ou humilhação		
Soco ou surra		
Agressão com objeto (madeira, cinto, fio, cigarro, etc.)		
Mexeu no meu corpo contra a minha vontade		
Relação sexual forçada		

<b>VI – SEXUALIDADE</b>		
O que é sexualidade para você?		
Quem foi a primeira pessoa a falar sobre sexualidade com você?	Que idade você tinha?	
E nas outras vezes, com quem você falou sobre sexualidade?	Que idade você tinha?	
Que idade você tinha quando teve acesso a revistas e/ou filmes pornográficos?	Como você tinha acesso?	
Com idade começou a namorar?	Com quem?	
Com que idade você teve sua primeira relação sexual?		
Com quem foi a sua primeira relação sexual?		
Quantos parceiros sexuais você teve até hoje?		
Quantos eram do sexo masculino?		
Quantos eram do sexo feminino?		
Na sua <b>infância</b> , você foi abordado por alguém para manter relação sexual?	Se sim, que idade você tinha:	
Quem lhe convidou?		
Na sua <b>adolescência</b> você foi abordado por alguém para manter relação sexual?	Se sim, que idade você tinha:	
Quem lhe convidou?		
Manteve relação sexual em troca de dinheiro, favor ou vantagem?	Se sim, que idade você tinha?	Com quem?
Você recebeu alguma vez orientação sobre violência ou agressão sexual (o que é, como se prevenir, etc)?	Se sim, que idade você tinha?	
Quem falou com você sobre violência ou agressão sexual?		

<b>VII – REDE DE APOIO</b>	
Você tinha amigos na infância?	Qual idade do seu amigo?
Você tinha amigos na adolescência?	Qual idade do seu amigo?
Você tinha amigos na juventude	Qual idade do seu amigo?
Você tem amigos hoje?	Qual idade do seu amigo?
Se não, qual o motivos?	

Durante a sua infância participava de algum grupo ou associação?	Se sim, que idade tinha ?	E qual grupo?
Durante a sua adolescência participava de algum grupo ou associação?	Se sim, que idade tinha ?	E qual grupo?
Durante a sua juventude participava de algum grupo ou associação?	Se sim, que idade tinha ?	E qual grupo?
Você trabalhava na sua infância?	Se sim, que idade tinha ?	Qual tipo de trabalho
Você trabalhava na sua adolescência ?	Se sim, que idade tinha ?	Qual tipo de trabalho
Você trabalhava na sua juventude?	Se sim, que idade tinha ?	Qual tipo de trabalho
Tinha alguma profissão, antes de ser preso?	Se sim, qual?	
Foi demitido alguma vez?		
Teve problemas com descumprimento da lei?	Qual foi o motivo?	
No período em que o processo foi instaurado e o cumprimento da sentença você recebeu ajuda de quem?		

## ENTREVISTAS SOBRE OS CICLOS DE VIDA

### 1. Infância: Relações (explorar esta fase do ciclo vital)

Fale-me sobre sua infância...

Que lembranças você tem de sua infância? (Explorar lembranças boas/ruins).

Fale-me de sua família. (Explorar relações com irmãos, primos, outras crianças que viviam na mesma casa).

Como era ser uma criança nesta família?

Como você acha que sua mãe/pai o descreveriam?

Que lembranças você tem de sua infância na sua família?

Conte-me sobre um episódio bom.

Conte-me sobre um episódio ruim (**se não mencionar vitimização na infância por abuso sexual perguntar se passou por alguma experiência relacionada ao fato**)

Fale-me de sua escola. (Explorar relações com colegas, professores, atividades no recreio, desempenho escolar)

Você tinha amigos(as) na escola? Fale-me sobre eles...

Como você acha que sua professora o descreveria?

Que lembranças você tem de sua infância na sua escola? Conte-me sobre um episódio bom. Conte-me sobre um episódio ruim.

Fale-me de seus amigos fora da escola...

Quem eram estes amigos (as)? Fale-me sobre eles...

Que lembranças você tem de sua infância no seu bairro? Conte-me sobre um episódio bom. Conte-me sobre um episódio ruim. Do que você mais gostava de brincar? Por quê? Como ocupava seu tempo?

## **2. Adolescência: Relações** (explorar esta fase do ciclo vital)

Fale-me de você, como um adolescente...

Como era sua família quando você era adolescente?

Como era ser um **Adolescêncte** nesta família?

Quem eram as pessoas com as quais convivia?

Como era sua relação com elas? (Explorar relações com irmãos, primos, outras crianças que viviam na mesma casa, durante a adolescência) Como ocupava seu tempo?

Conte-me sobre um acontecimento bom e um ruim em sua adolescência. Como você acha que sua mãe/pai o descreveriam na **Adolescência**?

Que lembranças você tem de sua **Adolescência** na sua família? Conte-me sobre um episódio bom.

Conte-me sobre um episódio ruim (**se não mencionar vitimização na infância por abuso sexual perguntar se passou por alguma experiência relacionada ao fato**)

Fale-me de sua escola. (Explorar relações com colegas, professores, atividades no recreio, desempenho escolar) Você tinha amigos(as) na escola?

Fale-me sobre eles...

Como você acha que sua professora o descreveria?

Que lembranças você tem de sua **Adolescência** na sua escola? Conte-me sobre um episódio bom. Conte-me sobre um episódio ruim. Fale-me de seus amigos fora da escola...

Quem eram estes amigos (as)? Fale-me sobre eles...

Que lembranças você tem de sua **Adolescência** no seu bairro? Conte-me sobre um episódio bom. Conte-me sobre um episódio ruim.

Do que você mais gostava de brincar? Por quê? Como ocupava seu tempo?

Fale-me dos seus relacionamentos amoroso na sua **Adolescência**

#### **4 Vida adulta: Relações** (explorar esta fase do ciclo vital) Como foi sua vida afetiva na vida **adulta**?

Fale-me de acontecimentos bons e ruins na vida **adulta**

Fale-se do seu trabalho na vida **adulta**

Fale-me do nascimento dos seus **filhos**

Como é sua relação com a sua família de origem Fale-me de você hoje, como um adulto.

Quem é sua família?

Quem são as pessoas com as quais convive? Como é sua relação com elas?

(Explorar relações com irmãos, primos, outras crianças que vivem na mesma casa) Como você acha que sua família o descreveria hoje

## ENTREVISTA COGNITIVA

1. Se uma criança sente-se atraído por um adulto eles podem manter relação sexual? Exemplifique
2. Se uma adolescente sente-se atraído por um adulto eles podem manter relação sexual? Exemplifique
3. O que você acha de uma pessoa adulta que manteve relação sexual com uma criança? Exemplifique
4. O que você acha de uma pessoa adulta que manteve relação sexual com um adolescente? Exemplifique
5. Se alguém fizesse algo semelhante a uma pessoa que lhe é querida como reagiria?
6. Uma criança ou um adolescente quem mantém relação sexual com um adulto é uma agressão sexual? Comente
7. O que você acha que é uma agressão? Exemplifique
8. O que você acha que é uma agressão sexual? Exemplifique
9. O que leva uma pessoa a agredir sexualmente uma criança ou um adolescente?
10. Você consegue se perceber como uma pessoa assim (que manteve relação sexual com uma criança/adolescente)?
11. Você foi julgado pelo crime de agressão sexual contra criança e adolescência o que você tem a dizer sobre isso?
12. Conhecida a criança/adolescente? Fala como ela era (Descreva-a, explorar aspectos como aparência, atitudes, percepção de inteligência e maturidade, deficiência, etc)
13. Qual o seu relacionamento com ela?
14. Quem era a criança/adolescente?
15. Quantos anos ela tinha?
16. A criança/adolescente o atraía?
17. Acha que a criança/adolescente o provocou?
18. Costuma a pensar nessa(e) criança/adolescente?



19. Você foi encaminhado até aqui por um juiz para cumprir uma sentença de pena.
20. Acha que a pena foi justa?
21. Qual o sentimento de estar cumprindo essa sentença?
22. Que explicação encontra para a agressão praticada?
23. Acha que lhe provocou sofrimento? Quando praticou o crime estava tranquilo ou extremamente ansioso?
24. Quanto praticou o crime você tinha bebido ou estava drogado, e isso pode ter levado você a cometer a agressão? Comente
25. Considera-se culpado?
26. Considera-se uma vítima?
27. Os outros presos conhecem seu crime pelo qual você foi condenado?
28. Você é tratado de forma diferente dos outros reclusos?
29. Você é penalizado aqui pelo seu crime?
30. Minimiza ou nega a culpa por seu crime?
31. Consegue entender o seu comportamento?
32. Acha que tem controle sobre o seu comportamento, ou age movido por força desconhecida? Tem dificuldade de lidar com isso?
33. Se você pudesse voltar no passado o que faria diferente?
34. Como você acha que a criança ou o adolescente que você foi acusado de agredir se sente?
35. Pensando em sua vida hoje, você acha que sua história influenciou em algo que acontece no momento atual?
36. Quais os seus medos atuais?
37. Julga que irá sair um homem diferente após reclusão?
38. O que você acha que acontecerá depois que cumprir a sentença?

39. Julga voltar a ter o mesmo comportamento após o cumprimento da pena?
40. Você está recebendo atendimento no sistema penitenciário? Qual o tipo? Você acha que esse atendimento satisfaz as suas necessidades?
41. Qual o atendimento que você gostaria de receber?
42. Como você quer que seja sua vida no futuro?
43. Fale-me sobre coisas boas que você quer que aconteçam.
44. O que você achou desta entrevista? Quer acrescentar alguma informação?

**Apêndice C – Quadro comparativo entre Roteiro de Entrevista Semiestruturada e ACE**

**IQ**

<b>ACE-IQ TEST</b>		<b>ROTEIRO DE ENTREVISTA BIOPSIOLÓGICO</b>	
<b>EAI</b>	<b>Itens</b>	<b>Sessão</b>	<b>Pergunta</b>
<b>Abuso Físico</b>	Algun dos seus pais, cuidador, ou outra pessoa que vivesse na sua casa, o espancou, esbofeteou, pontapeou ou esmurrou?	III - SAÚDE	Sofreu agressão física? Se sim, com que idade?
	Algun dos seus pais, cuidador, ou outra pessoa que vivesse na sua casa, o atingiu ou feriu com um objeto como um pau (ou vara), garrafa, taco, faca, chicote, etc.?	VI - VIOLÊNCIA	Ameaça ou humilhação Soco ou surra Agressão com objeto (madeira, cinto, fio, cigarro, etc.). Com que frequência? Quem fazia isso com mais Frequência?
<b>Abuso emocional</b>	Algun dos seus pais, cuidador, ou outra pessoa que vivesse na sua casa, gritou consigo, chamou-lhe nomes, insultou-o ou humilhou-o?	III - SAÚDE	Sofreu agressão verbal? Se sim, com que idade?
	Algun dos seus pais, cuidador, ou outra pessoa que vivesse na sua casa, o ameaçou, abandonou, ou pô-lo fora de casa?	VI - VIOLÊNCIA	Ameaça ou humilhação; com que frequência? Quem fazia isso com mais frequência?
<b>Abuso sexual</b>	Alguém lhe tocou ou o acariciou sexualmente quando não queria?	III - SAÚDE	Sofreu agressão sexual? Se sim, com que idade?
	Foi forçado a tocar sexualmente no corpo de alguém, contra a sua vontade?	VI - SEXUALIDADE	Na sua infância, você foi abordado por alguém para manter relação sexual? Na sua adolescência você foi abordado por alguém para manter relação sexual?
	Alguém o tentou obrigar, contra a sua vontade, a ter relações sexuais vaginais, anais ou orais?		

	Alguém o obrigou efetivamente a ter relações sexuais vaginais, anais ou orais, contra a sua vontade?	VI- VIOLÊNCIA	Mexeu no meu corpo contra a minha vontade Relação sexual forçada. Com que frequência? Quem fazia isso com mais Frequência?
<b>Consumo de álcool/drogas no lar</b>	Em casa, viveu com alguém alcoólico ou com problemas com a bebida, ou que consumisse drogas?	II - CARACTERIZAÇÃO SOCIOFAMILIAR	Composição familiar/doenças/ uso de substâncias pelos familiares
<b>Encarceramento de membro de família</b>	Em casa, viveu com alguém que foi ou está preso?	II - CARACTERIZAÇÃO SOCIOFAMILIAR	Ocupação atual
		CICLOS DE VIDA	Episódio ruim na infância/ adolescência
<b>Doença mental/ suicida no lar</b>	Em casa, viveu com alguém que tivesse uma depressão, uma doença mental ou comportamentos suicidas?	II - CARACTERIZAÇÃO SOCIOFAMILIAR	Doenças na família
<b>Violência Doméstica</b>	Viu ou ouviu, na sua casa, alguém gritar com, chamar nomes, insultar ou humilhar algum dos seus pais ou outra pessoa que lá vivesse?	III - SAÚDE	Sofreu agressão física? Sofreu agressão verbal?
	Viu ou ouviu, na sua casa, alguém dar bofetadas, pontapés, murros ou espancar algum dos seus pais ou outra pessoa que lá vivesse?	VI - VIOLÊNCIA	Ameaça ou humilhação Soco ou surra Agressão com objeto (madeira, cinto, fio, cigarro, etc.)
	Viu ou ouviu, na sua casa, alguém atingir ou ferir algum dos seus pais, ou outra pessoa que lá vivesse, com um objeto como um pau (ou vara), garrafa, taco, faca, chicote, etc.?	CICLOS DE VIDA	1. Relações na infância e adolescência. Como era ser criança e adolescente nessa família?
<b>Separação ou morte de um dos pais</b>	Os seus pais alguma vez se separaram ou divorciaram?	I - IDENTIFICAÇÃO	Foi criado pelos pais biológico na infância?
	A sua mãe, o seu pai, ou o seu cuidador morreram?	II- COMPOSIÇÃO FAMILIAR	Morte na família
<b>Negligência Emocional</b>	Os seus pais/cuidadores entendiam os seus problemas e preocupações?	IV - EDUCAÇÃO	Seus pais estudaram? Você foi estimulado pela sua família a estudar? Completo todas as séries? Quantos anos você tinha quando isso

	Os seus pais/cuidadores sabiam realmente o que fazia nos seus tempos livres quando não estava na escola ou no trabalho?		aconteceu? Explique quais os motivos que fizeram você não completar a série? Foi alguma vez expulso da escola?
<b>Negligência física</b>	Os seus pais/cuidadores alguma vez não lhe deram comida suficiente mesmo quando podiam?	VI - VIOLÊNCIA	Ameaça ou humilhação; com que frequência? Quem fazia isso com mais frequência?
	Os seus pais/cuidadores estiveram embriagados ou drogados demais a ponto de não conseguirem tomar conta de você?	II - CARACTERIZAÇÃO SOCIOFAMILIAR	Uso de substâncias pelos familiares
	Os seus pais/cuidadores alguma vez não o mandaram para a escola mesmo quando era possível?	IV - EDUCAÇÃO	Seus pais estudaram? Você foi estimulado pela sua família a estudar? Completou todas as séries? Quantos anos você tinha quando isso aconteceu? Explique quais os motivos que fizeram você não completar a série? Foi alguma vez expulso da escola?
<b>Violência moral/ bullying/ envolvimento em lutas</b>	Foi vítima de bullying?	VI - VIOLÊNCIA	Ameaça ou humilhação Soco ou surra Agressão com objeto (madeira, cinto, fio, cigarro, etc.). Com que frequência? Quem fazia isso com mais frequência?
	Qual tipo de Bullying sofreu?	VI - EDUCAÇÃO	Foi alguma vez expulso da escola? Em caso afirmativo, qual série? Explique os motivos
	Se envolvia em lutas físicas?	III - SAÚDE	Você se envolveu uma vez em alguma briga?
		VII - REDE DE APOIO	Você tinha amigos na infância? Você tinha amigos na adolescência?
CICLOS DE VIDA	Relações na infância e adolescência. Você tinha amigos na infância/ adolescência? Quem eram seus amigos?		
<b>Violência comunitária</b>	Viu ou ouviu alguém ser espancado na vida real?	CICLOS DE VIDA	Relações da infância e adolescência; Que lembranças você tem de sua infância no seu bairro? Conte-me sobre um episódio bom. Conte-me sobre um episódio ruim.
	Viu ou ouviu alguém ser esfaqueado ou baleado na vida real?		
	Viu ou ouviu alguém ser ameaçado com uma faca ou uma arma na vida real?		

<b>Violência Coletiva</b>	Foi forçado a partir e viver noutra lugar devido a algum destes acontecimentos?	CICLOS DE VIDA	Relações da infância e adolescência; Que lembranças você tem de sua infância no seu bairro? Conte-me sobre um episódio bom. Conte-me sobre um episódio ruim.
	Assistiu à destruição propositada da sua casa devido a algum destes acontecimentos?		
	Foi espancado por soldados, polícia, milícias ou gangues?		
	Algum familiar ou amigo seu foi morto ou espancado por soldados, polícia, milícias ou gangues?		
<b>Fatores Pessoais</b>	Idade autor	I - IDENTIFICAÇÃO	Idade; escolaridade; religião; estado civil; raça
	Escolaridade		
	Religião		
	Estado Civil		
	Raça		
<b>Fatores Situacionais</b>	Sexo da vítima	ENTREVISTA COGNITIVA	10. Você consegue se perceber como uma pessoa assim (que manteve relação sexual com uma criança/adolescente)?
	Idade da vítima		11. Você foi julgado pelo crime de agressão sexual contra criança e adolescência o que você tem a dizer sobre isso?
	Vínculo		12. Conhecida a criança/adolescente? Fala como ela era (Descreva-a, explorar aspectos como aparência, atitudes, percepção de inteligência e maturidade, deficiência, etc)
	Recorrência da violência		13. Qual o seu relacionamento com ela?
	Severidade		14. Quem era a criança/adolescente?
	Estratégia de persuasão		15. Quantos anos ela tinha?
	Comportamento sexual		16. A criança/adolescente o atraía?
			17. Acha que a criança/adolescente o provocou?
	Uso de álcool e drogas		24. Quanto praticou o crime você tinha bebido ou estava drogado, e isso pode ter levado você a cometer a agressão? Comente



Participant Identification Number: [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ]

<b>2</b>		<b>RELATIONSHIP WITH PARENTS/GUARDIANS</b>	
<b>When you were growing up, during the first 18 years of your life . . .</b>			
2.1 [P1]	Did your parents/guardians understand your problems and worries?	Always	
		Most of the time	
		Sometimes	
		Rarely	
		Never	
		Refused	
2.2 [P2]	Did your parents/guardians <b>really</b> know what you were doing with your free time when you were not at school or work?	Always	
		Most of the time	
		Sometimes	
		Rarely	
		Never	
		Refused	
<b>3</b>			
3.1 [P3]	How often did your parents/guardians <b>not</b> give you enough food even when they could easily have done so?	Many times	
		A few times	
		Once	
		Never	
		Refused	
3.2 [P4]	Were your parents/guardians too drunk or intoxicated by drugs to take care of you?	Many times	
		A few times	
		Once	
		Never	
		Refused	
3.3 [P5]	How often did your parents/guardians <b>not</b> send you to school even when it was available?	Many times	
		A few times	
		Once	
		Never	
		Refused	
<b>4</b>		<b>FAMILY ENVIRONMENT</b>	
<b>When you were growing up, during the first 18 years of your life . . .</b>			
4.1 [F1]	Did you live with a household member who was a problem drinker or alcoholic, or misused street or prescription drugs?	Yes	
		No	
		Refused	
4.2 [F2]	Did you live with a household member who was depressed, mentally ill or suicidal?	Yes	
		No	
		Refused	
4.3 [F3]	Did you live with a household member who was ever sent to jail or prison?	Yes	
		No	
		Refused	
4.4 [F4]	Were your parents ever separated or divorced?	Yes	
		No	
		Not applicable	
		Refused	
4.5 [F5]	Did your mother, father or guardian die?	Yes	
		No	
		Don't know / Not sure	
		Refused	
<b>These next questions are about certain things you may actually have heard or seen IN YOUR HOME. These are things that may have been done to another household member but not necessarily to you.</b>			





Participant Identification Number: [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ]

[V5]	or shot in real life?	A few times
		Once
		Never
		Refused
7.3 [V6]	Did you see or hear someone being threatened with a knife or gun in real life?	Many times
		A few times
		Once
		Never
		Refused
<b>8</b>	<b>EXPOSURE TO WAR/COLLECTIVE VIOLENCE</b>	
	<b>These questions are about whether YOU did or did not experience any of the following events when you were a child. The events are all to do with collective violence, including wars, terrorism, political or ethnic conflicts, genocide, repression, disappearances, torture and organized violent crime such as banditry and gang warfare.</b>	
	<b>When you were growing up, during the first 18 years of your life . . .</b>	
8.1 [V7]	Were you forced to go and live in another place due to any of these events?	Many times
		A few times
		Once
		Never
		Refused
8.2 [V8]	Did you experience the deliberate destruction of your home due to any of these events?	Many times
		A few times
		Once
		Never
		Refused
8.3 [V9]	Were you beaten up by soldiers, police, militia, or gangs?	Many times
		A few times
		Once
		Never
		Refused
8.4 [V10]	Was a family member or friend killed or beaten up by soldiers, police, militia, or gangs?	Many times
		A few times
		Once
		Never
		Refused

## Anexo B - Adverse Childhood Experiences International Questionnaire (ACE-IQ)

### Tradução Portuguesa (Silva, 2017)

<b>1. Relação com pais/cuidadores</b>			
Durante os primeiros 18 anos da sua vida, à medida que crescia...			
1.1.	Os seus pais/cuidadores entendiam os seus problemas e preocupações?	Sempre A maioria das vezes Algumas vezes Raramente Nunca	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
1.2.	Os seus pais/cuidadores sabiam <b>realmente</b> o que fazia nos seus tempos livres quando não estava na escola ou no trabalho?	Sempre A maioria das vezes Algumas vezes Raramente Nunca	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
<b>2.</b>			
2.1.	Com que frequência os seus pais/cuidadores <b>não</b> lhe davam comida suficiente mesmo quando facilmente o podiam fazer?	Muitas vezes Algumas vezes Uma vez Nunca	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
2.2.	Os seus pais/cuidadores estavam demasiado embriagados ou drogados para tomar conta de si?	Muitas vezes Algumas vezes Uma vez Nunca	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
2.3.	Com que frequência os seus pais/cuidadores não o mandaram para a escola mesmo quando tal era possível?	Muitas vezes Algumas vezes Uma vez Nunca	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>

<b>3. Contexto Familiar:</b>			
Durante os primeiros 18 anos da sua vida, à medida que crescia...			
3.1.	Em casa, viveu com alguém alcoólico ou com problemas com a bebida, ou que consumisse drogas?	Sim Não Não se lembra	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
3.2.	Em casa, viveu com alguém que tivesse uma depressão, uma doença mental ou comportamentos suicidas?	Sim Não Não se lembra	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
3.3.	Em casa, viveu com alguém que alguma vez tivesse estado preso?	Sim Não Não se lembra	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
3.4.	Os seus pais alguma vez se separaram ou divorciaram?	Sim Não Não se lembra	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
3.5.	A sua mãe, o seu pai, ou o seu cuidador morreram?	Sim Não Não se lembra	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
<b>As próximas questões são sobre algumas coisas que pode ter ouvido ou visto NA SUA CASA. São coisas que podem ter sido feitas a outra pessoa na sua casa, mas não necessariamente a si.</b>			
Durante os primeiros 18 anos da sua vida, à medida que crescia			
3.6.	Viu ou ouviu, na sua casa, alguém gritar com, chamar nomes, insultar ou humilhar algum dos seus pais ou outra pessoa que lá vivesse?	Muitas vezes Algumas vezes Uma vez Nunca	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>

3.7.	Viu ou ouviu, na sua casa, alguém dar bofetadas, pontapés, murros ou espancar algum dos seus pais ou outra pessoa que lá vivesse?	Muitas vezes <input type="radio"/>
		Algumas vezes <input type="radio"/>
		Uma vez <input type="radio"/>
		Nunca <input type="radio"/>
3.8.	Viu ou ouviu, na sua casa, alguém atingir ou ferir algum dos seus pais, ou outra pessoa que lá vivesse, com um objeto como um pau (ou vara), garrafa, taco, faca, chicote, etc.?	Muitas vezes <input type="radio"/>
		Algumas vezes <input type="radio"/>
		Uma vez <input type="radio"/>
		Nunca <input type="radio"/>
<b>4. As próximas questões são sobre algumas coisas que lhe podem ter acontecido.</b>		
Durante os primeiros 18 anos da sua vida, à medida que crescia...		
4.1.	Algun dos seus pais, cuidador, ou outra pessoa que vivesse na sua casa, gritou consigo, chamou-lhe nomes, insultou-o ou humilhou-o?	Muitas vezes <input type="radio"/>
		Algumas vezes <input type="radio"/>
		Uma vez <input type="radio"/>
		Nunca <input type="radio"/>
4.2.	Algun dos seus pais, cuidador, ou outra pessoa que vivesse na sua casa, o ameaçou, abandonou, ou pô-lo fora de casa?	Muitas vezes <input type="radio"/>
		Algumas vezes <input type="radio"/>
		Uma vez <input type="radio"/>
		Nunca <input type="radio"/>
4.3.	Algun dos seus pais, cuidador, ou outra pessoa que vivesse na sua casa, o espancou, esbofeteou, pontapeou ou esmurrou?	Muitas vezes <input type="radio"/>
		Algumas vezes <input type="radio"/>
		Uma vez <input type="radio"/>
		Nunca <input type="radio"/>
4.4.	Algun dos seus pais, cuidador, ou outra pessoa que vivesse na sua casa, o atingiu ou feriu com um objeto como um pau (ou vara), garrafa, taco, faca, chicote, etc.?	Muitas vezes <input type="radio"/>
		Algumas vezes <input type="radio"/>
		Uma vez <input type="radio"/>
		Nunca <input type="radio"/>
4.5.	Alguém lhe tocou ou o acariciou sexualmente quando não queria?	Muitas vezes <input type="radio"/>
		Algumas vezes <input type="radio"/>
		Uma vez <input type="radio"/>
		Nunca <input type="radio"/>
4.6.	Foi forçado a tocar sexualmente no corpo de alguém, contra a sua vontade?	Muitas vezes <input type="radio"/>
		Algumas vezes <input type="radio"/>
		Uma vez <input type="radio"/>
		Nunca <input type="radio"/>
4.7.	Alguém o tentou obrigar, contra a sua vontade, a ter relações sexuais vaginais, anais ou orais?	Muitas vezes <input type="radio"/>
		Algumas vezes <input type="radio"/>
		Uma vez <input type="radio"/>
		Nunca <input type="radio"/>
4.8.	Alguém o obrigou efetivamente a ter relações sexuais vaginais, anais ou orais, contra a sua vontade?	Muitas vezes <input type="radio"/>
		Algumas vezes <input type="radio"/>
		Uma vez <input type="radio"/>
		Nunca <input type="radio"/>
<b>5. Violência de Pares</b>		
<b>As próximas questões são sobre TER SIDO VÍTIMA DE BULLYING durante o seu crescimento.</b>		
<i>Bullying</i> é quando um jovem ou grupo de jovens dizem ou fazem coisas más e desagradáveis a outro jovem. Também é <i>bullying</i> quando um jovem é muito provocado de uma maneira desagradável ou quando um jovem é marginalizado propositadamente. Não é <i>bullying</i> quando dois jovens com força ou poder semelhante discutem ou lutam, ou quando a provocação é amigável e divertida.		
<b>Durante os primeiros 18 anos da sua vida, à medida que crescia...</b>		
5.1.	Com que frequência foi vítima de <i>bullying</i> ?	Muitas vezes <input type="radio"/>
		Algumas vezes <input type="radio"/>
		Uma vez <input type="radio"/>
		Nunca <input type="radio"/>

5.2.	Na maior parte das vezes, que tipo de <i>bullying</i> sofria?	<input type="radio"/> Atiravam-me com objetos, empurravam-me, davam-me encontrões, trancavam-me em sítios <input type="radio"/> Era gozado por causa da minha raça, nacionalidade ou cor <input type="radio"/> Era gozado por causa da minha religião <input type="radio"/> Era gozado com piadas, comentários ou gestos sexuais <input type="radio"/> Era propositadamente deixado de fora de atividades ou completamente ignorado <input type="radio"/> Era gozado por causa da minha aparência física (corpo ou cara) <input type="radio"/> Sofria outros tipos de <i>bullying</i>
<b>A próxima questão é sobre LUTAS FÍSICAS. Uma luta física ocorre quando dois jovens com força ou poder semelhante decidem lutar um com o outro.</b>		
Durante os primeiros 18 anos da sua vida, à medida que crescia...		
5.3.	Com que frequência se envolvia em lutas físicas?	Muitas vezes <input type="radio"/> Algumas vezes <input type="radio"/> Uma vez <input type="radio"/> Nunca <input type="radio"/>

<b>6. Testemunhar violência comunitária</b>		
<b>As próximas questões são sobre a frequência com que, durante o seu crescimento, viu ou ouviu algumas coisas na sua VIZINHANÇA OU COMUNIDADE (não em sua casa, na TV, filmes ou rádio)</b>		
Durante os primeiros 18 anos da sua vida, à medida que crescia...		
6.1.	Viu ou ouviu alguém ser espancado na vida real?	Muitas vezes <input type="radio"/> Algumas vezes <input type="radio"/> Uma vez <input type="radio"/> Nunca <input type="radio"/>
6.2.	Viu ou ouviu alguém ser esfaqueado ou baleado na vida real?	Muitas vezes <input type="radio"/> Algumas vezes <input type="radio"/> Uma vez <input type="radio"/> Nunca <input type="radio"/>
6.3.	Viu ou ouviu alguém ser ameaçado com uma faca ou uma arma na vida real?	Muitas vezes <input type="radio"/> Algumas vezes <input type="radio"/> Uma vez <input type="radio"/> Nunca <input type="radio"/>
<b>7. Exposição a violência coletiva/guerra</b>		
<b>Estas questões são sobre se experienciou, durante o seu crescimento, acontecimentos de violência coletiva, incluindo guerras, terrorismo, conflitos políticos ou étnicos, genocídio, repressão, desaparecimentos, tortura e crime violento organizado tal como banditismo e guerras entre gangues.</b>		
Durante os primeiros 18 anos da sua vida, à medida que crescia...		
7.1.	Foi forçado a partir e viver noutra cidade devido a algum destes acontecimentos?	Muitas vezes <input type="radio"/> Algumas vezes <input type="radio"/> Uma vez <input type="radio"/> Nunca <input type="radio"/>
7.2.	Assistiu à destruição propositada da sua casa devido a algum destes acontecimentos?	Muitas vezes <input type="radio"/> Algumas vezes <input type="radio"/> Uma vez <input type="radio"/> Nunca <input type="radio"/>
7.3.	Foi espancado por soldados, polícia, milícias ou gangues?	Muitas vezes <input type="radio"/> Algumas vezes <input type="radio"/> Uma vez <input type="radio"/> Nunca <input type="radio"/>

7.4.	Algum familiar ou amigo seu foi morto ou espancado por soldados, polícia, milícias ou gangues?	Muitas vezes <input type="radio"/>
		Algumas vezes <input type="radio"/>
		Uma vez <input type="radio"/>
		Nunca <input type="radio"/>

**8. Em relação aos acontecimentos negativos que viveu durante os primeiros 18 anos da sua vida:**

8.1.	Culpo-me a mim	Concordo totalmente <input type="radio"/>
		Concordo <input type="radio"/>
		Discordo <input type="radio"/>
		Discordo totalmente <input type="radio"/>
8.2.	Culpo a minha família por não me ter protegido	Concordo totalmente <input type="radio"/>
		Concordo <input type="radio"/>
		Discordo <input type="radio"/>
		Discordo totalmente <input type="radio"/>
8.3.	Culpo o agressor/abusador (pessoa da minha família)	Concordo totalmente <input type="radio"/>
		Concordo <input type="radio"/>
		Discordo <input type="radio"/>
		Discordo totalmente <input type="radio"/>
8.4.	Culpo o agressor/abusador(pessoa que não fazia parte da minha família)	Concordo totalmente <input type="radio"/>
		Concordo <input type="radio"/>
		Discordo <input type="radio"/>
		Discordo totalmente <input type="radio"/>

## Anexo C – Parecer Circunstanciado do Comitê de Ética

NÚCLEO DE MEDICINA  
TROPICAL-NMT/  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO



Continuação do Parecer: 850.210

### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Agressor Sexual de Crianças e Adolescentes

**Pesquisador:** Daniela Castro dos Reis

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 18209313.1.0000.5172

**Instituição Proponente:** Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento

**Patrocinador Principal:** CONS NAC DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 850.210

**Data da Relatoria:** 30/04/2014

#### Apresentação do Projeto:

projeto objetiva compreender a violência sexual contra criança e adolescente na percepção do agressor sexual. Os dados serão coletados por meio de entrevista individuais, com homens e mulheres acima de 18 anos de idade que tenham processo transitado e julgado pelo crime de violência sexual contra criança e adolescente, que se encontrem, em liberdade ou cumprindo pena em regime de cárcere. A pesquisadora já possui autorização dos dirigentes das unidades, com garantia de espaço e proteção para coleta dos dados.

#### Objetivo da Pesquisa:

O trabalho pretende estudar o perfil biopsicossocial de agressores sexuais de crianças e adolescente e os fatores de risco e proteção presentes em sua trajetória de vida.

#### Objetivo Específico:

Identificar e analisar as características biopsicossociais dos agressores nos processos jurídicos que tramitam na Vara da Infância e Juventude na Comarca de Belém, na Promotoria da Infância e Juventude do Ministério Público do Pará, e Vara de Execução Penal de Belém/PA;

Compreender a violência sexual contra criança e adolescente na percepção do agressor sexual;

Verificar e analisar os fatores de risco e proteção presentes nos contextos ecológicos do desenvolvimento de agressores sexuais.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O TCLE deverá ser modificado incluindo as seguintes informações: 1- convite formal para participar do estudo; 2- Enfatizar a justificativa para o estudo; 3- enfatizar a guarda das informações pelo pesquisador; 4- Por motivo de segurança da pesquisadora sugere-se colocar endereço institucional fazendo referência também ao comitê de ética para esclarecimentos caso necessário(endereço, telefone e e-mail; 5- Precisa ser informado o tempo de realização do estudo com início e fim; 6- Esta ausente informações sobre o processo de devolução dos dados para os participantes; 7-Redigir o termo em papel timbrado da instituição. Deverá ser anexado a declaração Judicial dos Órgãos competentes

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Todas as recomendações foram acatadas pelo proponente.

**Recomendações:**

Considerando que as recomendações foram incluídas no documento apresentado, sou de parecer favorável a aprovação do estudo.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não há pendências

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Considerações Finais a critério do CEP:**

BELEM, 16 de Maio de 2014

---

Assinado por:  
**ANDERSON RAIOL RODRIGUES**  
(Coordenador)